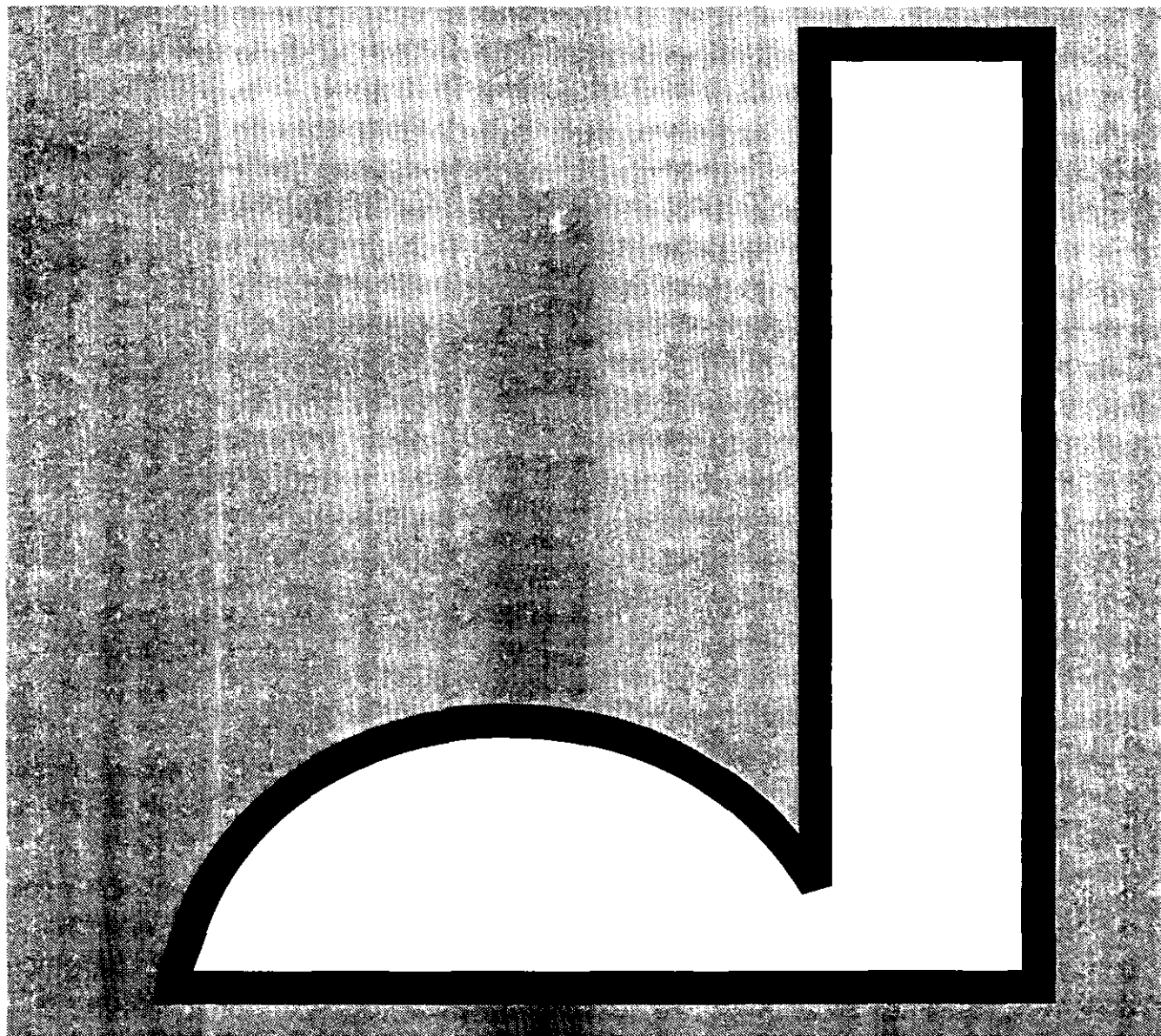




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeitos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> (3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10 Líder <i>Heloísa Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial		<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Buere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 110ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE AGOSTO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 168, de 2000 (nº 1.176/2000, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Jerson Kelman para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 17471

Nº 169, de 2000 (nº 1.177/2000, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 17492

Nº 170, de 2000 (nº 1.178/2000, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 17542

Nº 171, de 2000 (nº 1.180/2000, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Lauro Sérgio de Figueiredo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de três anos. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 17555

Nº 172, de 2000 (nº 1.179/2000, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Ivo Brasil para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 17561

1.2.2 – Ofícios

Nº 1.659/2000, de 24 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de in-

dicação de membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Deputado Gerson Gabrielli, como suplente, para integrar a referida Comissão. 17565

Nº 66/2000, de 29 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Senadores Antero Paes de Barros, Lúcio Alcântara, Luiz Pontes e Romero Jucá, como titulares, e os Senadores Ricardo Santos, Sérgio Machado, Osmar Dias e Lúdio Coelho, como suplentes, para integrarem a referida Comissão. 17565

Nº 79/2000, de 30 do corrente, de autoria do Senador José Jorge, solicitando o adiamento da homenagem aprovada nos termos do Requerimento nº 306, de 2000, pelo centenário de nascimento do ex-Senador José Ermírio de Moraes, do próximo dia 12 de setembro, para outra data. À publicação. 17565

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Defesa da criação de sistemas de controle eficazes para aplicação dos recursos orçamentários e detecção de obras irregulares. 17565

SENADOR EDUARDO SUPLEY – Registro de reunião, em Brasília, entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os presidentes de 12 países da América do Sul. 17568

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Implicações da ajuda norte-americana à Bolívia para combate às guerrilhas e ao narcotráfico. Importância da recuperação das Forças Armadas Brasileiras. 17570

SENADOR BERNARDO CABRAL – Importância da Agência Nacional de Águas para preservação dos recursos hídricos nacionais. 17572

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre a atuação da Justiça Eleitoral do Brasil. 17573

SENADOR PEDRO SIMON – Preocupação com a soberania brasileira na Amazônia diante

da guerrilha e tráfico de drogas na Colômbia e a intervenção dos Estados Unidos da América. 17577

SENADOR JOSÉ JORGE – Relevância do complexo industrial e portuário de Suape para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco e da região Nordeste. 17578

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas à apresentação, pelo Governo Federal, do plano de segurança nacional e da reforma do Código Penal Brasileiro como soluções para a questão da segurança pública. 17591

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários à quinta Agenda Legislativa da Confederação Nacional da Indústria – CNI, sobre os projetos de lei de interesse da entidade que tramitam no Congresso Nacional. 17592

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 76ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 12 de junho de 2000, e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente. ... 17594

Ata da 77ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 13 de junho de 2000, e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente. 17594

3 – EMENDAS

Nº 26, adicionada à Medida Provisória nº 1.925-11, de 2000. 17600

Nºs 92 a 96, adicionadas à Medida Provisória nº 1.956-53, de 2000. 17602

Nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 2.058, de 2000. 17611

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 888, de 2000, referente à servidora Maria Terezinha Nunes. 17612

Nº 889, de 2000, referente ao servidor Zilmar Dantas Ramalho. 17612

Nº 890, de 2000, referente ao servidor Jairo Sergio de Freitas. 17612

Nº 891, de 2000, referente ao servidor Emanuel Francisco de Mattos. 17613

Nº 892, de 2000, referente ao servidor Aldecyr Freitas Maciel. 17613

Nºs 893 a 896, de 2000. 17613

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 110ª Sessão Não Deliberativa em 30 de agosto de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Henrique Loyola

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa o Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 168, DE 2000 (Nº 1.176/200, na origem)

Mensagem nº 1.176

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com a alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com os arts. 9º e 22 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JERSON KELMAN, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos.

O Senhor Jerson Kelman é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo “curriculum vitae”.

Brasília, 25 de agosto de 2000.

JERSON KELMAN

I DADOS GERAIS

Nome:	Jerson Kelman
Filiação:	Mendel Kelman e Frida Kelman
CPF:	155082937-87
Endereço:	Rua Capitu 41 - Jacarepaguá, 22750-040, Rio de Janeiro
Tel:	(021) 447-2070
Fax:	(021) 447 7085
Data de Nascimento:	17 de janeiro de 1948
Naturalidade:	Rio de Janeiro

II FORMAÇÃO ACADÊMICA

1960/1966

Curso Secundário no Colégio Pedro II

1967/1968

Curso Básico de Engenharia no Instituto Militar de Engenharia (IME)

1969/1971

Curso de Engenharia Civil na Escola de Engenharia da UFRJ

1972

Mestrado (M.Sc.) em Engenharia Civil na COPPE/UFRJ

1973/1976

Doutorado (Ph.D.) em Hidrologia e Recursos Hídricos em Colorado State University

III ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1965

- Auxiliar de Escritório da Probal Tintas S.A.

1969

- Programador de Computadores da Montreal Engenharia S.A.

1970/1971

- Auxiliar de Pesquisa da COPPE/UFRJ
- Monitor do Instituto de Matemática da UFRJ na Cadeira de Cálculo Numérico
- Instrutor do Curso "Aplicação de Computadores à Hidráulica", para alunos do último ano do curso de engenharia civil da UFRJ, especialização em hidráulica.
- Estagiário do Núcleo de Estudos Saturnino de Brito (em janeiro de 1970)
- Consultor de hidrologia do CNEC

1972

- Auxiliar de Ensino da COPPE/UFRJ. Pesquisa na área de Hidrologia Determinística (modelagem do processo chuva x vazão)
- Professor de Física do Curso de Pós-Graduação em Educação Física da UFRJ.

1973

- Professor Assistente da COPPE/UFRJ - (Pós-Graduação em Engenharia)

1973/1976

- Bolsista do CNPq em Colorado State University (EUA) - desenvolvimento de estudos e pesquisa na área de Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos

1976/1991

- Pesquisador do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, da Eletrobrás.

1976/...

- Professor da COPPE/UFRJ (veja itens VIII, IX e X)

1986/87

- Engenheiro Senior da Pacific Gas and Electric Co. - San Francisco, California
Desenvolvimento de modelos matemáticos para Departamento de Geração e para Departamento de Operação.

1987/92

- Consultor da Pacific Gas and Electric Co. - San Francisco, California - Desenvolvimento do programa BOSS - "Basin Optimization and Operation System".

1991/96

- Diretor de Estudos Hidrológicos e Projetos da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA
Direção técnica do componente de macro-drenagem do Programa Reconstrução-Rio: obras nas bacias da Baixada Fluminense financiadas pelo Banco Mundial e pela Caixa Econômica Federal (custo do empreendimento $\cong$ US\$ 150 milhões). Realizaram-se três tipos de obras:
 - (i) aperfeiçoamento da capacidade de escoamento dos rios e canais;
 - (ii) construção de duas barragens de contenção de cheias;
 - (ii) remoção de obstáculos ao escoamento, principalmente pontes mal dimensionadas.

1992/1993

- Consultor Principal em Hidrologia do Projeto PARSEICA (financiamento do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento) para integração elétrica dos seis países da América Central: Panamá, Costa Rica, Nicaragua, Honduras, El Salvador e Guatemala.

1993/98

- Consultor de ISA - Interconexión Eléctrica S.A., Medellín, Colombia
- Consultor do Banco Mundial para projetos de recursos hídricos no Ceará (PROURB), consistindo na construção de cerca de 40 barragens e 40 adutoras, para garantir a sustentabilidade hídrica de cidades do interior.

1993/93

- Membro da Comissão de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paraíba do Sul
- Consultor do Banco Mundial para projetos de recursos hídricos no Peru

1995/96

- Membro da Comissão Especial da Matriz Energética, instituída por Decreto nº 21388, de 13 de março de 1995.

1997/99

- Consultor do Banco Mundial para o projeto PROÁGUA, de estabelecimento de uma política de gestão de recursos hídricos na Região Nordeste do Brasil
- Consultor do Governo do Estado do Paraná para a implementação da associação de usuários do Alto Iguaçu.
- Consultor do Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal para regulamentação da Lei 9433/97 ("Lei das Águas").
- Consultor da Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., a partir de 1998: saneamento e recursos hídricos.

1998

- Membro do "board" de consultores do Banco Mundial ("Blue Ribbon Panel"), relacionado ao equacionamento econômico-financeiro da usina hidroelétrica bi-nacional Yacyreta (Argentina e Paraguai).

1998/...

- Professor do curso Master of Business and Environment - MBE, da COPPE-UFRJ.

1999/...

- Assessor Especial do Ministro de Estado do meio Ambiente. Dedicado à concepção da Agência Nacional de Águas - ANA.

IV TESES ELABORADAS

- Simulação Hidrológica de Bacias Urbanas - M.Sc., COPPE/UFRJ, 1973
- Stochastic Modelling of Intermittent Daily Hydrologic Series (publicado como Hydrology Paper nº 89 de Colorado State University, USA) - Ph.D., Colorado State University, 1976)
- Cheias e Aproveitamentos Hidrelétricos - Docente Livre do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia da UFRJ, em concurso realizado em 23-26 de setembro de 1985.

V LIVROS

- 01) Cheias e Aproveitamentos Hidrelétricos, RBE, 1987.
capítulos em:
- 02) Stochastic Processes in Water Resources Engineering, Water Resources Publications, 1977.
- 03) Decision Making for Hydrosystems: Forecasting and Operation", Editado por T. E. Unny e E. A. Mcbean, Water Resources Publications, Canadá, 1982.
- 04) Curso de Engenharia Hidrológica, Editado pela EPUSP, DAEE. ABRH, 1983.
- 05) Modelos para Gerenciamento de Recursos Hídricos, Vol. 1 da Coleção ABRH de Recursos Hídricos, 1987.

- 06) *Advances in the Statistical Sciences*, Editors I.B. Mac Neill, G. J. Umphrey e A. I. McLeod, D. Reidel Publishing Co., 1987.
- 07) *Hydrologic Frequency Modeling*, editado por V.P.Sing, D.Reidel Publishing Co, 1987.
- 08) *Water - Putting Dublin/Agenda 21 into Practice (Lessons and New Approaches in Water and Land Management)*, editado por Jan Lundqvist e Torkil Jonch-Clausen, novembro 1994, Egito.
- 09) *Saneamento Ambiental na Baixada: Cidadania e Gestão Democrática*, editado pela FASE, 1995.
- 10) *Tormentas Tropicais*, editado por Luiz Pinguelli Rosa e Willy Alvarenga Lacerda, COPPE-UFRJ, 1997.
- 11) *Water for the Next 30 Years - Averting the Looming Water Crisis*, Stockholm International Water Institute, 1997.
- 12) *O Estado das Águas no Brasil - 1999*, Agência Nacional de Energia Elétrica, 1999.
- 13) *Brazil's Water Resources Management System*, ABRH, 1999.
- 14) *Águas Doces no Brasil*, editado por Aldo Rebouças, José Tundisi e Benedito Braga, USP, 1999.

VI PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES PROFISSIONAIS

- Diretor da Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos, ABRH, 1977/79.
- Presidente da ABRH, 1987/89
- Fellow da International Water Resources Association, 2000/...

VII EDITORIA DE REVISTAS ESPECIALIZADAS

Revista de Hidrologia e Recursos Hídricos, 1977/1981

Caderno de Recursos Hídricos da Revista Brasileira de Engenharia, 1981/...

Caderno de Recursos Hídricos, Instituto de Pesquisas Hidráulicas, 1980/85

Water International, 1984/88; 1998/...

Stochastic Hydrology and Hydraulics, 1987/...

VIII ORIENTAÇÃO DE TESES DE MESTRADO E DOUTORADO NA COPPE/UFRJ

Mestrado (M.Sc.)

- 01) *Estimação do Potencial de um Aproveitamento Hidroelétrico com Escassez de Dados*, Jorge M. Damázio, 1980.
- 02) *Modelo de Intercâmbio a Sub-Sistemas Equivalentes*, Luis F. Amaro, 1981.
- 03) *Modelagem de Vazões Diárias*, Paulo Junqueira, 1981.
- 04) *Controle de Cheias em Reservatórios de Usinas Hidroelétricas*, Joari P.da Costa, 1982.
- 05) *Redução de Dimensionalidade em Programação Dinâmica Estocástica Aplicada ao Planejamento da Operação de Sistemas Hidrotérmicos*, Cláudia B. Cotia, 1982.

- 06) Determinação de Estratégias de Operação de Subsistemas Interligados Utilizando Programação Dinâmica Estocástica com Restrição de Risco, Tristão de Alencar A. Neto, 1973.
- 07) Estimação de Vazões Extremas Usando Séries Parciais ou Máximos Anuais, Jonatas C. Moreira, 1983.
- 08) Discussão de Critérios de Operação de Sistemas Hidrelétricos Interligados, Laertes Munhoz da Cunha, 1986.
- 09) Estimativas Climatológicas de Evaporação em Lagos, Nelson Luiz da Costa Dias, 1986.
- 10) Aplicação de Técnicas Estatísticas de Reamostragem em Hidrologia, Fernanda Serra Costa, 1988.
- 11) Operação de Reservatórios com Previsão de Afluências Mensais, Maria Elvira P. Maceira, 1989.
- 12) Influência do Uso da Água para Irrigação no Cálculo da Energia Firme de um Sistema Hidrelétrico Interligado, José Roberto Gonçalves de Azevedo, 1992.
- 13) Incorporação da Incerteza Paramétrica na Geração de Séries Sintéticas de Vazões através de Reamostragem, Rubem Luiz Dariú, 1992.
- 14) Modelo de Programação da Operação de Reservatórios para Controle de Cheias com a Utilização das Condições de Controlabilidade, Vinicius Forain Rocha, 1993.
- 15) Avaliação Econômica de Projetos de Drenagem e Controle de Inundações e Bacias Urbanas, João Carlos Mattoso Salgado, 1995.
- 16) Modelagem Estocástica Conjunta de Precipitação e Nível do Mar na Baía de Guanabara, Maria de Fátima Rodrigues da Cunha, 1996.

Doutorado (D.Sc.)

- (01) Condições de Controlabilidade de Sistemas de Reservatórios para Controle de Cheias e seu Uso na Operação de Sistemas com Múltiplos Usos, Jorge Machado Damázio, 1988.
- (02) Modelagem Analítica da Operação Cronológica de Reservatórios no Despacho Probabilístico de Geração, Maria Elvira Pineiro Maceira, 1994.
- (03) Geração de Padrões Sintéticos de Flutuações Temporais e Espaciais das Precipitações Durante Tempestades, Fernanda da Serra Costa, 1996.
- (04) Hidrologia Estocástica e Operação de Reservatórios, Ailton de Mesquita Vieira, 1997.

IX PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS DE TESES

Mestrado (M.Sc.) :

- 01) Probabilidades de Duração de Secas Empregando a Teoria de Runs - Nabil Joseph Eid, COPPE/UFRJ, 1976
- 02) Estudos Hidrológicos para Capacidade de Embalses - Carlos Rodrigo Zeas Domingues, COPPE/UFRJ, 1977

- 03) Um Método para o Estudo da Confiabilidade de um Sistema de Geração Hidrotermoelétrico - Sérgio Henrique Ferreira da Cunha, COPPE/UFRJ, 1977
- 04) Algoritmo de Gradientes Conjugados Aplicado Identificação de Parâmetros nas Equações de Propagação de Ondas de Cheia - COPPE/UFRJ, José A. Cirilo, 1979
- 05) Metodologia para um Zoneamento Energético da Área Rural - Estudo de Caso: Estado do Espírito Santo - Artur C.R. de Castro, COPPE/UFRJ, 1981
- 06) Determinação da Confiabilidade da Capacidade de Geração de Sistemas Hidrotermoelétricos - Gallo O.N. Suquilanda, COPPE/UFRJ, 1981
- 07) Cheias: Análise de Frequências e Regionalização de Quantis, Mário Cicarelli Pinheiro, COPPE/UFRJ, 1982
- 08) Aplicação de Modelos Estocásticos Multivariados - Geração de Vazões Médias Mensais em Bacias Hidrográficas, Aquiles Boris Indursky, IPH-UFRS, 1982
- 09) Previsão de Cheias com Extensão de Registros Através de Modelos Determinísticos, Klaudius da Rocha Dib, COPPE/UFRJ, 1983
- 10) Modelo Bayesiano de Decomposição Sazonal de Séries Temporais, Marcia Woolf Bulach, Instituto de Matemática, UFRJ, 1983.
- 11) Investigação sobre a Aplicabilidade de um Esquema de Elementos Finitos para a Solução das Equações de Saint-Venant, Maurício Dziegdzig, CEHPAR-UFPR, 1988.
- 12) Metodologia de Sensoriamento Remoto para Estudo da Dinâmica Fluvial, Wagner Santos de Almeida, INPE, 1989.
- 13) Uma Investigação dos Fenômenos Transitórios em Usinas Hidroelétricas Reversíveis, Ricardo de Mattos Vieira, COPPE/UFRJ, 1991.
- 14) Simulação do Fenômeno de Infiltração em Modelos Chuva-Vazão, Ana Paula Simões, COPPE/UFRJ, 1991.
- 15) Operação Complementar de Usinas Termoelétricas no Contexto da Teoria Estocástica de Reservatórios, José Franco Pinheiro Machado, CEHPAR-UFPR, 1992.
- 16) Previsão de Cheias em Tempo Real Associada a uma Incerteza e Utilizando Técnica de Filtragem de Erros, Maria Helena Alves, COPPE/UFRJ, 1993.
- 17) Regionalização de Precipitações Máximas Diárias em uma região no Vale do Paraíba do Sul Utilizando Momentos-L, Cezar França Veiga Pires, COPPE/UFRJ, 1994.
- 18) Gestão Ambiental de Recursos Hídricos por Bacias Hidrográficas: Sugestões para o Modelo Brasileiro, Marcia Souza Leal, COOPE/UFRJ, 1997.
- 19) Gestão Integrada dos Recursos Hídricos: Pressupostos e Obstáculos para sua Implementação, Eloisa Elena Torres, 1997.

Doutorado (D.Sc.):

- 01) Confiabilidade no Planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro - Sérgio Henrique Ferreira da Cunha, COPPE/UFRJ, 1984
- 02) Procedimentos Lineares para Identificação e Estimação de Parâmetros de Modelos para Séries Temporais Uni e Multivariadas, Paulo Roberto de Holanda Sales, COPPE/UFRJ, 1989.
- 03) Modelação Matemática de Ondas Povocadas por Ruptura de Barragens, Flávio Cesar Borba Mascarenhas, COPPE/UFRJ, 1990.

- 04) Contribuição ao Estudo do Controle de Cheias em Sistema de Reservatórios com Finalidades Múltiplas, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Escola Politécnica da USP, 1990.
- 05) Análise dos Processos Hidrológico-Hidrodinâmicos na Bacia do Rio São Francisco, José Almir Cirilo, COPPE/UFRJ, 1991.

X CURSOS MINISTRADOS NA COPPE/UFRJ, A PARTIR DE 1973

Probabilidade e Estatística em Hidrologia (COC 713)
 Hidrologia Estocástica (COC 714)
 Simulação em Hidrologia (COC 720)
 Sistemas de Recursos Hídricos (COC 723)
 Programação Dinâmica e Cadeia de Markov (COC 727)
 Otimização de Recursos Hídricos (COC 813)

XI TRABALHOS PUBLICADOS

- 1) "Considerações Sobre a Solução Linearizada das Equações de Saint-Venant"
 Jerson Kelman, Rafael Quimpo - VI Congresso Latino Americano de Hidráulica, Colombia, 1974 (12 pags.)
- 2) "Simulation Model For Intermittent Process"
 Jerson Kelman - no livro "Stochastic Processes in Water Resources Engineering", Water Resources Publications, 1977 (24 pags.)
- 3) "Geração de Séries Hidrológicas Mensais para Estudos Energéticos"
 Pedro G. Salazar, Mário V.F. Pereira, Jerson Kelman, Frederico B.M. Gomes - IV Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, (SNPTEE) - Rio de Janeiro, 1977 (38 pags.)
- 4) "Critérios de Avaliação para Modelos de Séries Hidrológicas"
 Jerson Kelman, Mário V.F. Pereira - IV Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, (SNPTEE) - Rio de Janeiro, 1977 (43 pags.)
- 5) "Wet and Dry Periods of Annual Flow Series" (Discussion)
 Jerson Kelman, Pedro G. Salazar - ASCE Journal of the Hydraulics Division 103HY9, 1977 (2 pags.)
- 6) "Conjunto Hidroelétrico Divisa-Itapebi Estudos Probabilísticos de Alternativa de Desvio"
 Erton Carvalho, Jerson Kelman - XII Seminário Nacional de Grandes Barragens, So Paulo, 1978 (14 pags.)
- 7) "Modelo de Análise de Garantia de Suprimento"
 Mário V.F. Pereira, Leslie A. Terry, Jerson Kelman e José Rosenblatt - V Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) - Recife, 1979 (21 pags.)
- 8) "Geração de Séries Hidrológicas - Método de Desagregação"
 Jerson Kelman, Gerson C. Oliveira, Mário V.F. Pereira - V Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) - Recife, 1979 (37 pags.)

9) **"Revisão do Conceito de Energia Firme Através do Uso de Séries Hidrológicas Sintéticas"**
Jerson Kelman, Frederico B.M.Gomes, Solange F. Pinheiro, Mário V.F. Pereira - V Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) - Recife, 1979 (17 pags.)

10) **"Modelo Estocástico de Demanda"**

Leslie A. Terry, Jerson Kelman, Luiz M. Thomé, Paulo Abreu L. de Almeida - V Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) - Recife, 1979 (44 pags.)

11) **"Vazão Garantida por um Reservatório"**

Jorge M. Damázio, Jerson Kelman - III Simpósio Brasileiro de Hidrologia, Brasília, 1979 (12 pags.)

12) **"A Stochastic Model Daily Precipitation"**

Jerson Kelman - World Congress on Water Resources 3, Mexico, 1979 (12 pags.)

13) **"Operação de de Reservatório para Controle de Cheias"**

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio, Mário V.F. Pereira, Joari P. da Costa - Revista de Hidrologia e Recursos Hídricos 2 (2) - 1980 (12 pags.)

14) **"A Stochastic Model For Daily Streamflow"**

Jerson Kelman - Journal of Hydrology 47:235-49, 1980 (15 pags)

15) **"Uma Metodologia para Controle de Cheias"**

Joari P. da Costa, Jorge M. Damázio, Mário V.F. Pereira, Jerson Kelman - VI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) - Camboriú, 1981 (15 pags)

16) **"Seleção de de Modelo de Afluências Mensais para Planejamento Energético"**

Cláudia C.G. Costa, Gerson C. Oliveira, Mário V.F. Pereira, Jerson Kelman - VI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) - Camboriú, 1981 (15 pags).

17) **"Aplicação de Modelos Regionais e Conceituais em Estudos Hidroenergéticos"**

Jorge M. Damázio, Jerson Kelman - Revista de Hidrologia e Recursos Hídricos - 1981 (18 pags.)

18) **"Confiabilidade na Estimação de Vazões Extremas"**

Joari P. da Costa, Jorge M. Damázio, Mário V.F. Pereira, Jerson Kelman - IV Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos, Fortaleza, Anais, Vol. 1, 1981 (8 pags.)

19) **"Volumes de Espera para Amortecimento de Cheias"**

Jorge M. Damázio, Jerson Kelman, Mário V.F. Pereira, Joari P. da Costa - II Encontro Brasil - Venezuela de Engenharia Civil, Rio de Janeiro, 1981 (10 pags.).

20) **"Análise de Frequência de Cheias para As Regiões Sul e Sudeste do Brasil"**

Mário C. Pinheiro, Jorge M. Damázio, Jerson Kelman - Simpósio Brasileiro de Hidrologia 4, Fortaleza, 1981 (12 pags.).

21) **"Tópicos de Investigação em Controle de Cheias"**

Jerson Kelman - Simpósio Brasileiro de Hidrologia 4, Fortaleza, 1981 (11 pags.).

22) **"Previsão de Total Anual de Precipitação"**

Jorge M.Damázio, Jerson Kelman - Simpósio Brasileiro de Hidrologia 4, Fortaleza, 1981 (12 pags.).

23) **"Aplicação de de Modelo de Previsão Demanda do Sistema Light-Rio"**

Paulo A. L. Almeida, Luiz M. Thom, Mauro Prais, Leslie A. Terry, Jerson Kelman - I Encontro

sobre Previsão Quantitativa - Aplicações e Metodologia, Rio de Janeiro, 1981 (9 pags.).

24) "A Propósito de Discussão de A.E. Lanna Sobre a Operação de Reservatório para Controle de Cheias"

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio, Mário V.F. Pereira, Joari P. da Costa - Revista de Hidrologia e Recursos Hídricos, Vol. 3 - Nº 2, 1981.

25) "Flood Control Restrictions For a Hydroelectric Plant"

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio, Mário V.F. Pereira, Joari P. da Costa - Capítulo do Livro: "Decision Making for Hydrosystems: Forecasting and Operation", Editado por T. E. Umy e E. A. Mcbean, Water Resources Publications, Canadá, 1982 (9 pags.)

26) "Impact of Construction Delays on the Reliability of a Hydro Systems. a Brazilian Planning Experience"

Nelson de Franco, Altino Ventura Filho, Jerson Kelman, Paulo A. S. Pegado, Angelo Vian - International Conference on Large High Voltage Electric Systems (CIGR), Paris, 1982 (8 pags.)

27) "Alocação Ótima de Volumes para Amortecimento de Cheias Num Sistema de Reservatórios"

Joari P. da Costa, Mário V.F. Pereira, Jorge M. Damázio, Jerson Kelman - VII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), Brasília, 1983 (18 pags.).

28) "Synthetic Hydrology and Spillway Design"

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio - XX Congress of the International Association for Hydraulic Research (IARH), Moscou, 1983 (8 pags.).

29) "Geração de Séries Sintéticas de Vazões"

Jerson Kelman - Capítulo do livro "Curso de Engenharia Hidrológicas", Editado pela EPUSP, DAEE, ABRH, 1983 (30 pags.)

30) "Esquemas de Redução de Dimensionalidade em Algoritmos de Programação Dinâmica Estocástica"

Cláudia C.G. Costa, Mário V.F. Pereira e Jerson Kelman, Revista Pesquisa Operacional (SOBRAPO), Vol. 3, no. 1, junho 1983 (23 pags.)

31) "Geração de Séries Sintéticas de Vazões Diárias" - Modelo Diana"

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio e Joari P. da Costa, Revista Brasileira de Engenharia, Caderno de Hidrologia e Recursos Hídricos - Vol. 1, nº 2, 1983 (18 pags.)

32) "Hydroenergetic Systems"

Jerson Kelman, Seminar on Water Utilization in Latin America, Curitiba, 1983.

33) "Seleção de Métodos para Estimção de Vazões com Tempos de Retorno Elevados"

Jorge M. Damázio, Jonatas C. Moreira, Joari P. da Costa e Jerson Kelman, Simpósio Brasileiro de Hidrologia 5, Blumenau, 1983 (20 pags.)

34) "Estimção de Vazões Extremas" Séries Parciais ou Máximos Anuais ?"

Jonatas C. Moreira, Jorge M. Damázio, Joari P. da Costa e Jerson Kelman, Simpósio Brasileiro de Hidrologia 5, Blumenau, 1983 (9 pags.).

35) "Delimitação de Região Hidrológicamente Homogênea"

Jerson Kelman e Jorge M. Damázio, Simpósio Brasileiro de Hidrologia 5, Blumenau, 1983 (13 pags.)

36) "Programação Dinâmica Estocástica para Operação Otimizada de Sistemas Hidrotérmicos"

Jerson Kelman - Capítulo do livro "Curso de Engenharia Hidrológica", Editado pela EPUSP, DAEE, ABRH, 1983 (11 pags.)

37) "A Risk-Constrained Stochastic Dynamic Programming Approach to the Operation Planning of Hydrothermal Systems"

T. de A. Araripe Neto, Mário V.F. Pereira e Jerson Kelman - IEEE/Power Engineering Society 1984 - Summer Meeting 1984 (7 pags.)

38) "Stochastic Streamflow Models For Hydroelectric Systems"

Mário V.F. Pereira, Gerson C. Oliveira, Cláudia C.G. Costa e Jerson Kelman, Water Resources Research, Vol. 20, nº 3 - pags. 379-390, March 1984 (38 pags.)

39) "Daily Synthetic Streamflow Sequences and the Evaluation of Dam Safety"

Jerson Kelman, American Geophysical Union, Fall Meeting, Fall 1984, EOS, Vol. 65, Nº 45, San Francisco, USA, November 1984 (Página 887).

40) "Cheia de 1983 no Rio Iguaçu em Salto Santiago"

Jerson Kelman e Jorge M. Damázio - Revista da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Vol. 2, No. 2, 1984 (11 pags.)

41) "Estudo de Periodicidade na Vazão Anual do Rio São Francisco"

Jerson Kelman - VI Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos e Simpósio Internacional de Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas, São Paulo, 1985.

42) "Geração Multivariada de Precipitações Extremas"

Jerson Kelman, Joari P. da Costa, Jorge M. Damázio e Nelson Luis da Costa Dias - VI Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos e Simpósio Internacional de Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas, São Paulo 1985.

43) "Fator de Segurança para Cheia Decamilenar"

Jerson Kelman e Jorge M. Damázio - VI Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos e Simpósio Internacional de Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas, São Paulo, 1985

44) "A Multivariate Synthetic Daily Streamflow Generator"

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio e Joari P. da Costa - Artigo convidado para apresentação no IV Simpósio Internacional de Hidrologia, Fort Collins, Colorado, Julho, 1985.

45) "Flood Control in a Multireservoir System"

Jerson Kelman, Joari P. da Costa, Jorge M. Damázio e Valéria S.M. Barbalho - IV Simpósio Internacional de Hidrologia, Fort Collins, Colorado, Julho, 1985.

46) "Multivariate Weekly Streamflow Forecasting Model"

Gerson C. de Oliveira, Joari P. da Costa, Jorge M. Damázio e Jerson Kelman - IFAC Conference on Systems Analysis Applied to Water and Related Land Resources, Lisboa, Portugal, Outubro, 1985.

47) "Comparison of Stochastic and Deterministic Approaches in Hydrothermal Generation Scheduling"

Tristão Araripe A. Neto, Cláudia B. da Costa, Mário V.F. Pereira e Jerson Kelman - IFAC Symposium on Planning and Operation of Electric Energy Systems, Rio de Janeiro, Brasil, Julho, 1985.

48) "Optimization of Flood Control and Power Generation Requirements in a Multi-Reservoir"

Nelson L.C. Dias, Mário V.F. Pereira e Jerson Kelman - IFAC Symposium on Planning and Operation of Electric Energy Systems, Rio de Janeiro, Brasil, Julho, 1985.

49) "A Method to Optimize the Flood Retention Capacity For a Multi-Reservoir in Terms of Accepted Risk"

Luis V. Tavares e Jerson Kelman - publicado no "Journal of Hydrology", 81, pages 127-135, 1985

50) "Brazilian Hydroelectric System"

J. Lepecki e J. Kelman - Water International, Volume 10, no. 4, Dezembro, 1985.

51) "Previsão Multivariada das Afluências Aproveitamentos Hidroelétricos"

Gerson C. de Oliveira, Joari Paulo da Costa, Jorge M. Damázio e Jerson Kelman - VIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, São Paulo, 1986 (19 pags.)

52) "Modelo de Simulação a Usinas Individualizadas para Estudos de Usos Múltiplos de Água em Sistemas Interligados"

Sérgio Henrique F. da Cunha, Jerson Kelman, Mário V.F. Pereira, Arnaldo T. Santos, Francisco Agnaldo S. Bem - VIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, São Paulo, Maio 1986 (19 pags.).

53) "Extreme Multivariate Rainfall Generation"

Jerson Kelman, Joari P. da Costa, Jorge M. Damázio, Nelson L. C. Dias - AGU Chapman Conference, Caracas, Venezuela, Março, 1986.

54) "Statistical Approach to Floods"

Jerson Kelman - Serie Advances in the Statistical Sciences Editors I.B. Mac Neill, G. J. Umphrey e A. I. McLeod, D. Reidel Publishing Co., 1987

55) "Métodos de Cálculo de Cheia de Projeto de Vertedores"

Jerson Kelman, Jorge M. Damázio, Nelson L. C. Dias, Fernando C. Albuquerque - IX Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Belo Horizonte, 1987.

56) "Monte Carlo Approach to Spillway Design Floods"

Jerson Kelman, Fernanda Serra, Jorge M. Damázio - National Conference on Hydraulic Engineering and Symposium on Engineering Hydrology - ASCE Hydraulics Division - Williamsburg, Virginia, August 3-7, 1987.

57) "Modelo Probabilístico de Simulação a Usinas Individualizadas para Sistemas Interligados"

Maria Elvira P. Maccira, Mário V.F. Pereira, Gerson C. de Oliveira, Jerson Kelman e Sérgio Henrique F. da Cunha - CIER/87

58) "Use of Synthetic Streamflow For Flood Control in a Multireservoir System"

Jorge M. Damázio, Jerson Kelman, Joari P. da Costa e Fernanda Serra - 11th Trienal Conference on Operation Research - IFORS, Buenos Aires, Argentina, 1987.

59) "Utilização de Modelos Par para Simulação e Previsão de Séries Hidrológicas Mensais"

Maria Elvira P. Maceira, Jerson Kelman, Jorge M. Damázio - IV Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH, Salvador, 1987.

60) "Cálculo do Desvio Padrão de Estimadores de Parâmetros Hidrológicos"

Fernanda Serra, Jerson Kelman e Jorge M. Damázio - VII Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH, Salvador, 1987.

61) "Métodos para a Estimação de Evaporação em Lagos"

Nelson L.C. Dias, Jerson Kelman, Jorge M. Damázio - Seminário Balanço Hídrico no Brasil - Comissão Brasileira para o Programa Hidrológico Internacional, COBRAPHI - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, DNAEE, Brasília, Março 1987.

62) "Comparação Entre Modelos Climatológicos e o Uso de Tanques Classe a para Estimar a Evaporação no Reservatório de Sobradinho"

Nelson L.C. Dias, Jerson Kelman - VII Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH, Salvador, 1987.

63) "Uso de Séries Sintéticas no Planejamento e Operação de Sistemas Hidrotérmicos"

Jerson Kelman - I Seminário Latinoamericano Sobre Aprovechamiento de Recursos Hidráulicos - Colombia, Medellín, dezembro 1987

64) "Use of Historical Data in Flood Frequency Analysis"

Jorge M. Damázio e Jerson Kelman, Capítulo do Livro Hydrologic Frequency Modeling, editado por V.P. Sing, D. Reidel Publishin Co. 1987.

65) "The Use of Hydrologic Forecasts in Reservoir Operating Policies Derived With Ordinary and Sampling Stochastic Dynamic Programming"

Jery Stedinger, Jerson Kelman, Lisa Cooper, Eric Hsu, Sun Yuan, Water Resources Planning and Management Division Meeting, ASCE, Virginia, junho 1987.

66) "The Benefits of Synthetic Hydrology For Determining Dependable Hydroelectric Capacity: a Case Study"

Konstantin Staschus e Jerson Kelman, Transactions AGU, Vol. 68, nº 44, Nov. 1987.

67) "A Representation of Spatial Cross-Correlation in Large Stochastic Seasonal Streamflow Models"

Gerson C. de Oliveira, Jerson Kelman, Mário V.F. Pereira e Jery R. Stedinger - Water Resources Research, Vol.24, no 5, pages 781-785, 1989.

68) "Dimensionamento de Volume de Espera para Controle de Cheia"

Jerson Kelman, XIII Congresso Latinoamericano de Hidráulica, Havana, Cuba, junho 1988.

69) "Hydrology Hazards in Brazil"

Jerson Kelman, VI IWRA World Congress on Water Resources, Ottawa, Junho 1988

70) "Probabilistic Dependable Hydro Capacity: The Benefits of Synthetic Hydrology"

Jerson Kelman, 3rd Water Resources Operations and Management Workshop - ASCE, Colorado, USA, julho 1988.

71) "The Use of Probabilistic Constraints in Reservoir Operation Policies With Sampling Stochastic Dynamic Programming"

Jerson Kelman, Lisa A. Cooper, Eric Hsu and Sun Yuan, 3rd Water Resources Operations and Management Workshop - ASCE, Colorado, USA, julho 1988.

72) "Dificuldades na Implantação de Obras de Uso Múltiplo"

Jerson Kelman, Seminário Nacional de Energia para Irrigação, p. g. 419-430, Belo Horizonte, Contagem 1988.

73) "The Determination of Flood Control Volumes in a Multireservoir System"

Jerson Kelman, Jorge M. Damazio, J.L. Marien and Joari P. da Costa, Water Resources Research, Vol. 25, No. 3, pp. 337-334, march 1989.

74) "Análise Comparativa de Metodologias de Repartição de Custos e Benefícios Num Sistema de Geração Hidrotérmico"

Mário V.F. Pereira, Boris G. Gorenstin, Nora M. Campodónico, Joari P. da Costa e Jerson Kelman, X SNPTEE, Curitiba, 1989.

75) "Programação Dinâmica Amostral, Aplicada à Operação de Reservatórios".

Maria Elvira P. Maccira e Jerson Kelman, X SNPTEE, Curitiba, 1989.

76) "The Estimation of Extreme Floods in Brazil".

Jerson Kelman, Third National Conference on Hydraulic Engineering and International Symposium on Sediment Transport Modeling, American Society of Civil Engineers, ASCE, 1989

77) "Escolha de Variável de Estado "Tendência, Hidrológica" no Cálculo de Política Ótima para Operação".

J. Kelman e Maria Elvira P. Maccira, APRH - 4 Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos - SILUSB - Lisboa - Portugal - 1989

78) "Efeito das Tarifas a Custo Marginal no Planejamento e Operação de Sistemas Hidrotérmicos".

Boris G. Gorenstin, Joari P. Costa, N. M. Campodónico, Jerson Kelman e Mário V.F. Pereira, VIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Foz do Iguaçu, Nov. 1989.

79) Pico de Cheia: Deve-Se Modelar Vazões Diárias ou Máximas Anuais ?

Fernanda da Serra Costa, Jerson Kelman e Jorge Damázio, VIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos - Foz do Iguaçu, Nov. 1989.

80) "Applications of Probabilistic Methods to the Evaluation of Energy Supply Contracts in a Multi Owned Power Generation System"

Tristão A. Araripe Neto, M.V.F. Pereira, Jerson Kelman, R.P. Batista Neto, IFAC, Korea, 1989.

81) "Sampling Stochastic Dynamic Programming Applied to Reservoir Operation"

Jerson Kelman, Jerry R. Stedinger, Lisa A. Cooper, Eric Hsu and Sun Yuan, Water Resources Research, Vol. 26, No. 3, Pages 447-454, March 1990.

82) "Hidrologia e Gestão de Água na Bacia Amazônica"

Jerson Kelman, Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, Manaus, Agosto 5-9, 1990

83) "Aplicação do Programa Caev no Acompanhamento de Operação Hidráulica para Controle de Cheias na Bacia do Rio paraná"

D.F. Rocha, Jorge M. Damázio, Fernanda S. Costa, Jerson Kelman, A.L. Lopes, IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos/V Simpósio Luso Brasileiro de Hidrologia, Novembro 1991, Rio de Janeiro

84) "Modelo de Desagregação para Geração de Precipitações em Sub-Bacias"

Fernanda S. Costa, Jorge M. Damázio, Jerson Kelman, IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos/V Simpósio Luso Brasileiro de Hidrologia, Novembro 1991, Rio de Janeiro

85) "Previsão em Tempo Real de Vazão Associada a uma Incerteza e Utilizando Técnica de Filtragem de Erro"

Maria Helena Alves, Paulo Canedo de Magalhães, Jerson Kelman, IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos/V Simpósio Luso Brasileiro de Hidrologia, Novembro 1991, Rio de Janeiro.

86) "Balanço Hídrico com Parâmetros Físicos, uma Aplicação para a Reserva Ducke (Am) - Local de Amazônia"

André G. D'Angelo, Jerson Kelman, Paulo Canedo de Magalhães, IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos/V Simpósio Luso Brasileiro de Hidrologia, Novembro 1991, Rio de Janeiro

87) "Coordenação Hidro-Térmica Baseada em Programac o Dinâmica Amostral"

Maria Elvira Pinciro Maccira, Jerson Kelman, XI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, outubro de 1991, Rio de Janeiro

88) "Optimal Operation of Reservoir Based on Sampling Stochastic Dynamic Programming"

Maria Elvira Pinciro Maccira, Jerson Kelman, TMS XXX - SOBRAPO XXIII, Joint International Meeting, July 1991, Rio de Janeiro, Brazil

89) "Cobrança Pelo Uso de  gua"

Maria Elvira Pinciro Maccira, Jerson Kelman, Mario V.F. Pereira, IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos/V Simpósio Luso Brasileiro de Hidrologia, Novembro 1991, Rio de Janeiro

90) "Water Resources Management System in Ceará, Brazil"

Jerson Kelman, capítulo de "Water - Putting Dublin/Agenda 21 into Practice (Lessons and New Approaches in Water and Land Management)", editado por Jan Lundqvist e Torkil Jonch-Clausen, Novembro 1994, Cairo, Egito.

91) "Macro drenagem no Programa Reconstrução-Rio"

Jerson Kelman, capítulo do livro "Saneamento Ambiental na Baixada: Cidadania e Gestão Democrática", editado pela FASE (Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional), 1995.

92) "Controle de Enchentes Urbanas - O Caso da Baixada Fluminense"

Jerson Kelman, Jonatas Costa Moreira e Paulo Canedo de Magalhães, Seminário Regional sobre Gestão Urbana, Instituto de Desarrollo Econômico del Banco Mundial (IDE), Rio de Janeiro, 1995.

93) "Um Modelo para Geração Estocástica de Chuvas Diárias"

Carlos Eduardo de Siqueira Nascimento e Jerson Kelman, RBE-Caderno de Recursos Hídricos, Vol 13, n2, 1995.

94) "Building a Water Resources Management System in Brazil – A Status Report"

Jerson Kelman, 6th Stockholm Water Symposium, Stockholm, Sweden, 1996.

95) "Gerenciamento de Recursos Hídricos, Parte I: Outorga"

Jerson Kelman, XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória, 1997.

96) "Gerenciamento de Recursos Hídricos, Parte II: Cobrança"

Jerson Kelman, XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória, 1997.

97) "O Plano de Macro-Drenagem para a Bacia do Iguaçu-Sarapuí"

Jerson Kelman, Jonatas Costa Moreira, Jander Duarte Ramos, XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória, 1997.

98) "Controle de Enchentes Urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro"

Jerson Kelman, Paulo Canedo de Magalhães, XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória, 1997.

99) "Sistema de Tratamento de Esgotos: Concentrado ou Distribuído?"

Jerson Kelman, XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória, 1997.

100) "Modelo PAR(p) Dinâmico"

Jerson Kelman, Ailton de Mesquita Vieira, XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória, 1997.

101) "Integrated Water Resources Management in Brazil – Some Issues"

Jerson Kelman, Conferencia sobre Evaluación y Estrategias de Gestión de Recursos Hídricos en America Latina y el Caribe, Vitória, 1997.

102) "Efeito Telescópico em Sequências de Afluências"

Jerson Kelman, Ailton de Mesquita Vieira, Jorge Eduardo Rodriguez, Revista Brasileira de Recursos Hídricos, ISSN 1414-381X, N.3, jul/set 1998.

103) "Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – Questões Legais e Institucionais"

Jerson Kelman, O Estado das Águas no Brasil – 1999, ANEEL, 1999.

104) "A Lei das Águas"

Jerson Kelman, Revista Rio-Águas, Ano I, N 1, out/nov 1999.

105) "Regionalização de Precipitações Máximas Diárias em uma Região no Vale do Paraíba do Sul Usando Momentos-L"

Cezar Luiz França e Jerson Kelman, A Água em Revista, Revista Técnica e Informativa da CPRM, Ano VII, número 11, nov 1999.

106) "Recursos Hídricos no Brasil – Questão do Momento"

Jerson Kelman, A Água em Revista, Revista Técnica e Informativa da CPRM, Ano VII, número 11, nov 1999.

XII CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

1974

- “Modelos Determinísticos em Hidrologia” (Ciclo sobre Cheias, patrocinado pela COPPE/UFRJ), Rio de Janeiro.

1976

- “Modelos Estocásticos para Defluvios Diários” (Conferência apresentada no LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Lisboa/Portugal, sob o patrocínio do CNPq).
- “Simulação de Séries Hidrológicas de Curto Intervalo de Discretização” (Patrocínio da COPPE/UFRJ), Rio de Janeiro.

1977

- “As Atividades de Pesquisa do CEPEL em Hidrologia” - (Seminário de Hidrologia e Recursos Hídricos, Patrocínio do CNPq, Rio de Janeiro)

1978

- “Stochastic Streamflow Modeling” (Seminário de Hidrologia, a convite da Universidade Simon Bolívar, Caracas, Venezuela)

1981

- “Participação na mesa redonda sobre Operação de Reservatórios” (IV Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos), Fortaleza.

1982

- “Controle de Cheias” (Conferência apresentada no LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sob o patrocínio do CNPq, a convite da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos), Lisboa.

1983

- “Hydroenergetic Systems: Design and Operation” - Special Lecture- (Seminar on Water Utilization in Latin America, Centro Internazionale de Hidrologia “Dino Tonini” e Centro de Hidráulica Professor Parigot de Souza), Curitiba.
- “Delimitação de Região Hidrologicamente Homogênea” (Painel sobre Regionalização Hidrológica, V Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos), Blumenau.

1984

- “Modelos para Operação de Reservatórios para Geração de Energia Elétrica e Controle de Cheias” (Seminário sobre Aplicação de Modelos Matemáticos em Recursos Hídricos”, DNAEE, Setembro), P. Alegre.

1987

- "Stochastic Hydrology" (American Institute of Hydrology), San Francisco, USA
- "Optimal Operation of a Hydroelectric System" (Pacific Gas and Electric Co), San Francisco, USA.

1988

- "Uso de Grandes Reservatórios para Controle de Cheias" (SBPC), Rio de Janeiro.
- "ABRH e Guia de Cálculo de Cheia de Projeto Vertedores" (Escola de Minas), Ouro Preto.

1989

- "Hidrologia Estocástica" (Instituto de Matemática- UFRJ), Rio de Janeiro
- "Tendências da Hidrologia" (Seminário de Comemoração dos 30 anos do CEHPAR), Curitiba

1990

- "Conferencista do Encontro Nacional sobre Gestão de Bacias Hidrográficas" (ABRH), Curitiba.

1992

- "Gerenciamento de Recursos Hídricos", participação em mesa redonda, ECOTECH, Simpósio e Mostra Internacional de Tecnologias Ambientais, Rio de Janeiro.

1994

- "A Experiência da SERLA no Uso de Modelos Aplicados à Drenagem Urbana", no Seminário Hidráulica Computacional Aplicada a Problemas de Drenagem Urbana, organizado pela ABRH, São Paulo.
- "Hidelbrando de Araújo Góes e o Saneamento da Baixada Fluminense", Seminário sobre Política Nacional de Saneamento, Clube de Engenharia.
- "Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu", Primeiro Encontro Estadual de Recursos Hídricos, ABRH/FGV, São Paulo.

1995

- "Controle de Enchentes no Estado do Rio de Janeiro", Seminário sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil (organizado pelo Banco Mundial), Salvador.
- "Tendências Contemporâneas no Ensino e Pesquisa em Hidrologia", II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Recursos Hídricos no Brasil, Campinas.
- "Projeto de Lei de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro", Seminário sobre Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil, IPEA, Rio de Janeiro.
- "Sistemas de Recursos Hídricos", Módulo de Meio Ambiente do Curso de Extensão Universitária em Urbanismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).
- "A Gestão dos Recursos Hídricos", Seminário "Ciência e Tecnologia - Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Contexto América Latina", Rio de Janeiro.
- "Brazilian Hydrology and Dam Safety", Swedish Meteorological and Hydrological Institute, Norköping, Suécia.
- "Water Resources of Brazil", Linköping University, Suécia.

1996

- "Proposta de Projeto de Lei de Recursos Hídricos para o Estado do Rio de Janeiro", Palácio Guanabara, Rio de Janeiro.
- "A Enchente de Fevereiro de 1996", Associação Comercial do Rio de Janeiro.
- "Redes de Drenagem", Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ.

1997

- "O Comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul", Seminário sobre a Lei Federal de Recursos Hídricos, Ministério do Planejamento e Orçamento, Brasília.
- "Desenvolvimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos na Agenda XXI", III Seminário Internacional de Gestão das Águas, Fortaleza.
- "Aspectos Legais e Institucionais da Drenagem Urbana", III Seminário Nacional de Drenagem Urbana, Curitiba.
- "Gestão de Saneamento no Estado do Rio de Janeiro: Alternativas e Aspectos Legais", Clube de Engenharia, Rio de Janeiro.
- "Key Policy implications under different water resources predicament; Low water stress – low coping capability; Mar del Plata 30th anniversary, Stockholm, Sweden.
- "Análise da Situação Hidrológica, Conselho Nacional de Operação, Colômbia.
- "Emerging Lessons of Experience in Managing Inter-State Rivers in Urbanized Areas of South-East Brazil", 1997 World Bank Water Seminar, Annapolis, USA.

1998

- Gerenciamento de Recursos Hídricos, X Simpósio sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, Petrobrás, Rio de Janeiro.
- Integrated Water Resources Management: The Role of Non Structural Flood Control Measures, International Workshop on Non Structural Flood Control in Urban Areas, São Paulo.
- Desafios Ambientais de Interbacias em Transferências de Águas – Estudo de Casos, IV Seminário Internacional de Gestão de Águas, Fortaleza.
- Differences on Hydro and Thermal Electric Energy Production Systems, Wholesale Electric Energy Market – Perspectives for Brazil, Escelsa, Vitória.
- Gestão de Recursos Hídricos no Contexto da Bacia Hidrográfica, Workshop sobre Prioridades e Estratégias de Ação para a Área Ambiental, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Economic Development Institute (EDI- Banco Mundial), Recife.
- Proposta de Equilíbrio Hídrico e Energético, Encontro Mineiro sobre a Transposição das Águas do Rio São Francisco, Sociedade Mineira de Engenheiros, Belo Horizonte.
- A influência do Fenômeno El Niño na Previsão de Vazões, Seminário Latino-Americano sobre os Impactos do El Niño/La Niña na Gestão de Recursos Hídricos em Sistemas Hidrelétricos, Rio de Janeiro.
- Meio Ambiente, Semana Interna de Prevenção de Acidentes. Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Rio de Janeiro.
- Possibilidades de Estruturação do CEIVAP e Financiamento do Plano Diretor da Bacia

Hidrográfica do Paraíba do Sul, I Encontro Regional de Gestão dos Recursos Hídricos da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Resende.

1999

- Vulnerabilidade e Uso Eficiente dos Recursos Hídricos, Seminário "Perspectiva dos usos da Água e da Informação Hidrológica no Século XXI", ANEEL, Brasília.
- Viabilização do Setor de Drenagem Urbana e Esgotamento Sanitário – Uma Questão de Saúde Pública, Fórum Nacional de Drenagem Urbana e Esgotamento Sanitário, Rio de Janeiro.
- Recursos Hídricos: O Processo de Consolidação da Política Nacional, Mesa Redonda do Vigésimo Congresso da ABES, Rio de Janeiro.
- As Perspectivas da Atuação da Futura Agência Nacional de Águas, Seminário sobre os Aspectos Institucionais do Setor Hidroelétrico Brasileiro, Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais.
- Agência Nacional de Águas e Regulamentação da Política Nacional de Recursos Hídricos, Seminário Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, Curitiba, Paraná.
- Outorga e Cobrança de Recursos Hídricos, H2O Summit, Conferência Internacional de Recursos Hídricos e Saneamento, FIESP, São Paulo.
- Problemas Urbanos e Recursos Hídricos, Seminário sobre Gestão de Bacias Hidrográfica, Programa Guarapiranga, São Paulo.
- Gestão de Recursos Hídricos no Brasil, XIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Belo Horizonte.
- Água – O Desafio do Próximo Milênio, Comissão de Economia, Comissão de Direitos Humanos, Comissão do Meio Ambiente; Câmara dos Deputados, Brasília.
- Recursos Hídricos – Sede de Saber, Fundação Ulysses Guimarães, João Pessoa.
- Recursos Hídricos – Série de palestras na COPPE-UFRJ.

2000

- Americas – Presenting the Framework for Action, 2nd World Water Forum, The Hague, Holanda.
- Água e Legislação, Seminário Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento, organizado pela Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal.
- O Papel da Futura Agência Nacional de Água – ANA, Seminário de apresentação do Proágua Nacional, Consórcio Intermunicipal de Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, Piracicaba.
- O Uso das Águas e a Criação da Agência Nacional de Águas – ANA, Simpósio do Comitê Jurídico da Associação das Concessionárias de Energia – ABCE, São Paulo.
- Qualidade da Água: Perspectivas para o Século XXI, Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Recursos Hídricos – Série de palestras na COPPE-UFRJ.

XIII ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA

- 01) Estado Palestino é a Única Saída para Israel, Jornal do Brasil, 22/08/82.
- 02) Pela Diminuição de Vagas, Jornal do Brasil, 20/07/90.

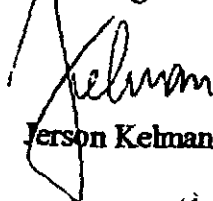
- 03) Círculos em Torno de uma Favela, Boletim ABRH, 2º semestre 1991.
- 04) Meio Ambiente e Processo Democrático, Jornal do Brasil, 10/06/94.
- 05) O Serviço Público, O Dia, 26/07/94.
- 06) Lixo e Inundações, Jornal do Commercio, 19/08/94.
- 07) Rio São Francisco, Jornal do Brasil, 11/10/94.
- 08) Barba, Cabelo e Bigode, O Globo, 01/06/95
- 09) Cargo de Aluguel, O Globo, 25/06/95
- 10) Privatização do Setor Elétrico, O Globo, 11/10/95
- 11) Contratos de Gestão Já!, O Tempo, 11/07/97
- 12) Três Cheias, Um Século, O Globo, 07/03/98
- 13) Água para o Semi-Árido Nordeste, O Globo, 08/09/98
- 14) A Privatização da CEDAE, Jornal do Brasil, 11/11/98
- 15) A Agência Nacional de Águas, Jornal do Brasil, 07/10/99

XIV OUTRAS ATIVIDADES

- Membro do Comitê Organizador do Seminário de Hidrologia e Recursos Hídricos, Outubro de 1977, Rio de Janeiro.
- Membro do Comitê Organizador do III Simpósio Brasileiro de Hidrologia, Agosto 1979, Brasília.
- Coordenador de Sessões Técnicas dos Simpósios Brasileiros de Hidrologia (1977, 1979, 1981, 1983, 1985, 1987, 1989, 1991, 1993)
- Revisor do 4º Congresso Brasileiro de Automática (1983)
- Revisor do XVI Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional (1983)
- Professor do Curso de Engenharia Hidrológica, organizado pela ABRH, DAEE-SP (1983) e Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo - EPUSP (1983)
- Consultor de Hidroenergia da OLADE (Organização Latinoamericana em Energia) (1984) - Atividades no Equador e no Suriname
- Membro do Comitê do Programa Internacional da Conferência sobre Aplicação de Análise de Sistemas a Recursos Hídricos e Recursos do Solo, IFAC, Lisboa, 1985.
- Perito do grupo de trabalho da UNESCO em assuntos relativos a cheias e secas (1985/88).
- Curador da ELETROS - Fundação ELETROBRÁS/CEPEL de Seguridade Social (1985/86).
- Presidente de Reunião Técnica no IV Congresso Brasileiro de Energia - Operação de Grandes Reservatórios (1987).
- Membro do Comitê Organizador do "Water Resources and Environmental Engineering Workshop, Rio de Janeiro, 1991.
- Representante da SERLA no Conselho Estadual do Meio Ambiente (1992/94)
- Membro do Comitê Internacional da Conferência em Honra ao Prof. T.E. Unny sobre Métodos Estatísticos e Estocásticos em Hidrologia e Engenharia Ambiental, Universidade de Waterloo, Canadá (1993).
- Membro do Comitê Internacional da Conferência Internacional de Hidrologia e Recursos Hídricos, Delhi, Índia (1993).
- Colaborador Emérito do Exército (1994).

- Membro da Comissão Especial da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro (1995/96).
- Membro da Comissão de Acompanhamento do Programa Baixada Viva (1996).
- Membro do Corpo Consultivo do Banco Mundial para "Water Resources Experience and Strategy", 1999.
- Suplente do "Steering Committee" de Global Water Partnership (1996/...).
- Membro do "Special International Advisory Panel for the Bi-National Yacyreta Hydroelectric Project" (1998/...).
- Membro do Corpo de Coordenadores da Comissão Editorial da ABRH (1988/...).
- Membro do Comitê de Assessoramento do CNPq (1999).

Brasília, 09 de agosto de 2000



Jerson Kelman

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM
Nº 169, DE 2000
(Nº 1.177/00, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com a alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com os arts. 9º e 22 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos.

O Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 25 de agosto de 2000.



BENEDITO P.F. BRAGA JR.**I. DADOS PESSOAIS**

DATA DE NASCIMENTO: 15 de julho de 1947

LOCAL: Catanduva, SP

NACIONALIDADE: Brasileira

FILIAÇÃO: Benedito Pinto Ferreira Braga
Maria Olga Vedoveili Braga

ESTADO CIVIL: Casado

ESPOSA: Sandra Chiari Gomes Braga

FILHOS: Eduardo Gomes Braga (03.06.87)
Ana Flávia Gomes Braga (29.03.89)
Victor Gomes Braga (29.04.91)

RESIDÊNCIA: Al. Bilbao, 86
06475-190 - Barueri - SP
fone/fax: (011) 7295-2371
e-mail: benbraga@usp.br

II. FORMAÇÃO ACADÊMICA**1. CURSO UNIVERSITÁRIO**

1968 a 1972 - Curso de Engenharia Civil com especialização em Hidráulica
Escola de Engenharia de São Carlos - São Carlos - SP

2. CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO

2.1 - Nível de Mestrado

1973 a 1976 - **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - São Paulo - SP**

Conservação e Utilização de Recursos Hídricos; Sistemas de Recursos Hídricos I; Irrigação; Remanso Hidráulico; Hidráulica Fluvial; Escoamentos em Superfícies Livres; Hidrologia Estatística; Planejamento de Aproveitamentos Múltiplos; Processos Estocásticos; Seminário de Recursos Hídricos.

1976 - **Universidade de Stanford - Palo Alto - California**

Sedimentation Problems; Fluid Mechanics of Closed Conduits; Environmental Fluid Mechanics II; Decision Analysis in Environmental Problems; Numerical Methods; Analysis of Variance and Design; Water Quality in Water Resources Development; Water Studies Seminar; Numerical Methods for Partial Differential Equations.

2.2 - Nível de Doutorado

1976 a 1978 - **Universidade de Stanford - Palo Alto - California - E.U.A.**

Numerical Methods in Hydrogeology; Quantitative Planning Techniques; Hydrogeology; Environmental Fluid Mechanics I; Models and Applications of Operations Research in Society; Seminar on Environmental Impact Assessment; Independent Study in Civil Engineering (Infiltration); Water Resources Planning; Geomathematics III; Decision Sciences I; Stochastic Processes and Decision Statistics for Civil Engineers; Time Series Analysis; Decision Analysis; Advanced Decision Analysis; Application of Decision Analysis to the Public Sector; Economics and Engineering Planning; Economic Forecasting; Ordinary Differential Equations; Partial Differential Equations.

3. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

1972 - Cálculos Estatísticos em um Computador Digital - EESC - USP. São Carlos - SP.

1973 - Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Poluição da Água - CETESB - São Paulo - SP

- 1973 - Hydrology Systems Analysis and Water Resources Planning, Prof. Ven Te Chow - DAEE - São Paulo - SP.
- 1973 - Análise de Sistemas Aplicada ao Planejamento de Recursos Hídricos, Prof. Carlos Pandolfi - DAEE - São Paulo - SP.
- 1973 - Métodos Estocásticos em Hidrologia, Prof. Vúica Yeyjevich - EPUSP - São Paulo - SP.
- 1974 - Modelos Matemáticos Aplicados a Transientes Hidráulicos, Prof. Michael Abott - CETESB - São Paulo - SP.
- 1974 - Data Base Concepts - CDC - Control Data Corporation - São Paulo - SP.
- 1974 - The Institute on Unsteady Flow in Open Channels - Colorado State University - Colorado - E.U.A.
- 1978 - Computer Workshop in Statistical Hydrology - Colorado State University - Colorado E.U.A.
- 1986 - Hidrologia e Qualidade da Água no Ambiente Urbano e Encostas - CETESB (B Beck e H. Wheeler - Imperial College, Londres).
- 1987 - Hierarchical Approach to Water Resources Management: Risk Analysis, Case Western Reserve University, Cleveland, Ohio, E.U.A.

4. BOLSAS DE ESTUDO

- 1969 - Aluno Monitor do Departamento de Ciências de Computação e Estatística da EESC-USP sob orientação do Prof.Dr. Odelar Leite Linhares - São Carlos - SP.
- 1970 - Aluno Monitor do Departamento de Física e Ciências dos Materiais da EESC - USP sob orientação do Prof.Dr. Roberto Leal Lobo e Silva Filho - São Carlos - SP.
- 1971 - Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, junto ao Departamento de Física e Ciências dos Materiais da EESC-USP - São Carlos - SP.

- 1976 a 1979 - Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, junto ao Department of Civil Engineering - Stanford University - Califórnia - EUA.
- 1982 a 1983 - Bolsa de Pesquisa do CNPq junto ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP - São Paulo - SP
- 1995 a 1996 - Bolsa de Pesquisa do CNPq junto ao Centro Tecnológico de Hidráulica/Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP na área de otimização de sistemas de irrigação sob demanda livre
- 1997 - atual - Bolsa de Pesquisa do CNPq (I-C) junto ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP na área de Sistemas de Suporte a Decisão Aplicados ao Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos

5. VISITAS TÉCNICAS

- 1974 - Visita técnica ao Hydrologic Engineering Center - Davis, Califórnia - EUA.
- 1982 - Visita técnica a UCLA para desenvolvimento de modelo de otimização de expansão de capacidade - Los Angeles, Califórnia - EUA.
- 1982 - Visita técnica a University of Illinois para análise da viabilidade de implantação de radares meteorológicos para previsão de cheias em tempo real, Illinois - EUA.
- 1985 - Visita técnica ao "National Weather Service" para análise de sistemas de previsão de cheias através de redes telemétricas, radares e satélites meteorológicos nos centros de Washington, D.C., Minneapolis, Kansas City e Tulsa - EUA.
- 1985 - Visita técnica ao "Tennessee Valley Authority" como assessor da Organização Panamericana da Saúde para início de cooperação técnica na área de gestão de recursos hídricos entre aquela entidade e o DAEE, SP Tennessee - EUA.
- 1985 - Visita técnica a "Severn Trent Water Authority" como assessor da Organização Panamericana da Saúde para início de cooperação técnica na área de gestão de recursos hídricos entre aquela entidade e o DAEE, SP Inglaterra.

1986 - Visita técnica a McGill University para implantação de sistema de previsão de cheias através do uso de radares meteorológicos, Montreal - Canada.

1987 - Visita técnica a U.C.L.A. dentro do programa de cooperação internacional da "National Science Foundation" (E.U.A.) e do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) para desenvolvimento de um modelo de otimização da operação de sistemas de reservatórios - Los Angeles, Califórnia - E.U.A.

1988 - Visita técnica a Cornell University com Prof. Jery Stedinger para contatos sobre programas de pesquisa em hidrologia estocástica e ementa de disciplinas na área de sistemas de recursos hídricos - Ithaca, N. York - E.U.A.

1992 - Visita técnica ao CERGNE para contatos sobre pesquisas desenvolvidas no âmbito de gerenciamento integrado de bacias hidrográficas, Paris, França.

1992 - Visita técnica ao Departamento de Saneamento e Recursos Hídricos de Paris para discussão de métodos de previsão de controle de cheias em tempo real através de radares meteorológicos, França.

1992 - Visita técnica a Agência de bacia do Seine-Normandie para contatos sobre cobrança pelo uso da água no contexto do planejamento integrado de bacias hidrográficas, Paris, França.

1994 - Visita Técnica ao FRICS - Flood Warning for River Systems - Tsukuba, Japão, programa RHAE

1994 - Visita Técnica a Universidade do Colorado, Fort Collins, CO, EUA, programa RHAE, para estudos de ensino da Engenharia Ambiental

1994 - Visita técnica à Universidade da Califórnia em Los Angeles UCLA para desenvolvimento de projeto de pesquisa conjunto na área de otimização da operação de sistemas de canais de irrigação em tempo real

1997 - Visita Técnica a Colorado State University para contatos com o Departamento de Engenharia Civil na área de controle de cheias com vistas a métodos não convencionais

1997 - Visita Técnica ao Denver Flood Control District, Denver, E.U.A. e seus sistemas de controle de cheias "off stream" e discussões sobre Planos Diretores de Drenagem Urbana

1997 - Visita Técnica a UNESCO, Paris na qualidade de relator do programa 7 do Programa Hidrológico Internacional da UNESCO - PHI na sua fase V para

definir programa de atuação da UNESCO na área de gestão de controle de cheias em áreas urbanas e implementação de Sistema de Suporte a Decisão para mitigação do impacto das cheias em áreas urbanas.

1998 - Visita Técnica a Universidade do Novo México e Universidade do Sul de Illinois - E.U.A para contatos na área de gestão de recursos hídricos

II. GRAUS ACADÊMICOS

1972 - Engenheiro Civil com especialização em Hidráulica pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos.SP.

1976 - Mestre em Engenharia Hidráulica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - São Paulo.SP.

1977 - Master of Science, M.Sc., em Hidrologia pela Stanford University - Palo Alto, California - E.U.A.

1979 - Doctor of Philosophy, Ph.D., na área de Recursos Hídricos pela Stanford University - Palo Alto, California - E.U.A.

1990 - Professor Livre Docente da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. SP

1993 - Professor Titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.SP.

IV. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E PUBLICAÇÕES

1. LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS E TESES

1976 - BRAGA,B.P.F., "Simulação Digital do Ciclo Hidrológico" Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica da USP, São Paulo.

1979 - BRAGA,B.P.F., "An Evaluation of Streamflow Forecasting Models for Short-Range Multi-Objective Reservoir Operation". Ph.D. Dissertation, Stanford University, Stanford, California.

1982 - LOPES, J.E.C.; B.P.F. BRAGA and J.G.L. CONEJO, "SMAP -A Simplified Hydrologic Model", in Applied Modeling in Catchment

Hydrology, (ed. V.P. Singh) Water Resources Publication, Hittleton, Colorado, p.167-176.

- 1982 - BRAGA, B.P.F.; LINSLEY and J.B. FRANZINI. "The Value of Real-Time Streamflow Forecasting for Multi-Objective Reservoir Operation", in Decision Making for Hydrosystems: Forecasting and Operation (ed. T.E. Unny e E.A. Mc Bean), Water Resources Publications, Littleton, p.63-87, Colorado.
- 1983 - BRAGA, B.P.F., "Noções de Programação Dinâmica Aplicada ao Planejamento e Operação de Sistemas de Recursos Hídricos", in Curso de Engenharia Hidrológica, v.2, ABRH/DAEE, São Paulo, p.M1-M14
- 1983 - BRAGA, B.P.F., "Geração e Previsão de Vazões Através de Modelos ARMA e ARIMA", in "Curso de Engenharia Hidrológica", v.2, ABRH/DAEE, São Paulo, p.Q1-Q59.
- 1983 - BRAGA, B.P.F. e J.G.L. CONEJO, "Simulação Digital do Ciclo Hidrológico Através do Stanford Watershed Model IV" in "Curso de Engenharia Hidrológica, v.1, ABRH/DAEE, São Paulo, p.B-1-B114
- 1987 - BRAGA, B.P.F. - "Técnicas de Otimização e Simulação Aplicada a Sistemas de Recursos Hídricos", in Modelos para Gerenciamento de Recursos Hídricos, Editora Nobel, São Paulo.
- 1989 - BRAGA, B.P.F.; W.W. YEH; L.BECKER and M.T.L.BARROS (1989) Stochastic Optimization of Multiple Reservoir, Multiple Objective System Operation, Technical Report UCLA-ENG-9013, University of California, Los Angeles, California, USA, 48 p.
- 1990 - BRAGA, B.P.F. (1990) "Modelo Multiobjetivo para Operação de Sistemas de Reservatórios em Tempo-Real", Tese de Livre Docência, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 240p.
- 1991 - BRAGA, B.P.F.; J.G.L. CONEJO e J.C.F. PALOS (1991) Balanço Hídrico do Estado de São Paulo, UNESCO-PHL ORCYT, Montevideo, Uruguai, 105 p.
- 1991 - ANDRADE, M.; P.S.F. BARBOSA; S. SOARES; B.P.F. BRAGA and J.G.L. CONEJO (1991) "Midterm Multiobjective Operation Planning of a Multireservoir System: The Piracicaba River Basin Case" in Water Resource Systems Applications (ed. S. Simonovic), University of Manitoba, Canada, p. 205 - 221

- 1991 - BRAGA, B.P.F. and C. FERNANDEZ-JAUREGUI (eds.) *Water Management of the Amazon Basin*. UNESCO, Montevideo, 245 p.
- 1992 - BRAGA, B.P.F., M.T.L. BARROS e A.P. CANHOLI "O Aproveitamento Sustentavel dos Recursos Hidricos da Bacia do Alto Tietê", in *II Concurso das Aguas*, Prefeitura de São Paulo/SBPC, São Paulo, p. 89 - 120
- 1995 - BRAGA, B.P.F. and L.B. MOLION "Climate Variability and Change Impacts on the Hydrology of South America", in *World Climate Change Impacts on Hydrology* (chapter 3), Oxford University Press, (in press), 30 p.
- 1995 - HERMANN, R.M. and B.P.F. BRAGA "Industrial Wastewater Management in the Upper Tietê Basin", in *Water Pollution Control in Less Developed Countries* (Chapter 8), WHO, Geneva, p.387-396
- 1996 - BRAGA, B.P.F. et.al. "Urban Drainage Master Plan: The Need for Integrated Approaches", in *Integrated Water Management in Urban Areas* (ed. J. Niemczynovic), Transtec Pub., Switzerland, p. 152-165
- 1996 - BRAGA, B.P.F., E. SALATI and H.M. de LEMOS "Sustainable Water Resources Management of the Amazon Basin" in *Latin American Water Forum* (ed. A Biswas, N. Cordeiro, B. Braga and C. Tortajada), United Nations University (in press), 65 p.
- 1997 - BRAGA, B.P.F. and MASSAMBANI, O. (editors) *Weather Radar Technology for Water Resources Management*, UNESCO Press, 316p.
- 1997 - BRAGA, B.P.F. e L. GOBETTI "Análise Multitobjetivo" in *Técnicas Quantitativas para o Gerenciamento de Recursos Hidricos* (ed. R.L. Porto), Editora da Universidade Federal do R.G. do Sul – ABRH, p. 361 - 420
- 1998 - BRAGA, B.P.F.; M.T.L. BARROS e L. MARCELLINI "São Paulo Flood Warning System: Integrating Different Levels of Data Quality and Availability", in *Advances in Hydrological Application of Weather Radar* (G. Sheppard and H. Verworm editors), SUG-Verlagsgesellschaft, Hannover, Alemanha, p. 375 - 382
- 1998 - BRAGA, B.P.F.; M.T.L. de BARROS e S. SUSKO. "A Stochastic-Conceptual Model for Real Time Flood Forecasting", in *Advances in Hydrological Application of Weather Radar* (G. Sheppard and H.

Verworn editors). SUG-Verlagsgesellschaft, Hannover, Alemanha, p.406 - 413

1998 - BRAGA, B.P.F., TOZZI, M. e TUCCI, C.E.M. (editores) *Drenagem Urbana* - Editora da Universidade Federal do R.G. do Sul, Porto Alegre, 380 p.

1998 - MAKSIMOVIC, C., B.P.F. BRAGA and Z. TODOROVIC "Storm Drainage and Flood Mitigation of Large Cities: São Paulo Case Study" in *Hydrology in a Changing Environment* (H.Wheater and C. Kirby editors), John Wiley & Sons, New York, p. 351 - 361

1998 - BRAGA, B.P.F. and P.S.F. BARBOSA "Integrated Water Resources Management in the Metropolitan Region of São Paulo", in *International Shiga Forum on Technology for Water Management in the 21st Century*, IETC Report 4, UNEP, Osaka, Japan, pp. 99 - 120

1998 - BRAGA, B.P.F. "Urban Water Resources Management in Tropical Climates", in *Hydrology in the Humid Tropic Environment* (I.A. Johnson and C.F. Jauregui, editors), IAHS pub. No. 253, pp. 56 - 78

2. ARTIGOS COMPLETOS APRESENTADOS EM SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS CONGRESSOS COM ARBITRAGEM

1973 - BRAGA, B.P.F. e J.G.L. CONEJO, "Geração de Séries Sintéticas de Vazões", Boletim Técnico nº 1 Departamento de Aguas e Energia Elétrica, São Paulo.

1973 - MERO F., B.P.F. BRAGA e J.G.L. CONEJO, "Sistemática para Estudo do Regime e Chuvas de uma Bacia Hidrográfica", VII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, ABES, Salvador, Bahia.

1973 - BRAGA, B.P.F., "Cálculo de Remanso Hidráulico por Computador Digital" - Seminário de Remanso Hidráulico, Escola Politécnica da USP, São Paulo.

1981 - TUCCI, C.E., R.L.L. PORTO, B.P.F. BRAGA, S. EIGER e A.L. REDA, "Modelo Hidrodinâmico: Considerações Teóricas e Práticas", IV Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos, ABRH, Fortaleza, Ceara, vol.2, p.301-322.

- 1981 - BRAGA, B.P.F. "Modelos de Previsão de Vazão em Tempo Real", IV Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. ABRH, Fortaleza, Ceara, vol.4, p.72-88
- 1981 - LOPES, J.E.C., B.P.F. BRAGA e J.G.L. CONEJO. "Simulação Hidrológica: Aplicações de um Modelo Simplificado", IV Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. ABRH, Fortaleza, Ceara, vol.2, p.42-62.
- 1983 - MINE, M.R.M. e B.P.F. BRAGA "Modelos Estocásticos Lineares para Previsão de Cheias em Tempo-Real", Anais do V Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. ABRH, Blumenau, SC, vol.2, p.3-22
- 1983 - BARROS, M.T.L. e B.P.F. BRAGA "Estudo Comparativo de Dois Modelos de Geração de Vazões", Anais do V Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. ABRH, Blumenau, SC, vol.2, p.115-134
- 1984 - RODRIGUES, I.L. e B.P.F. BRAGA "Sistema de Gerenciamento de Aguas para Complexos Industriais", IIº Congresso Brasileiro de Aguas Subterrâneas, Fortaleza, CE, p.389-405.
- 1984 - BRAGA, B.P.F. "Rede Telemetrica de Alerta as Inundações no Estado de São Paulo", III Congresso Brasileiro de Meteorologia, Belo Horizonte, MG.
- 1984 - BRAGA, B.P.F. "Cheias do Rio Tamanduaí e Sistema Tietê - Pinheiros em São Paulo", Seminário sobre Enchentes Urbanas. CETEC, Belo Horizonte, MG, p.32-37.
- 1986 - BRAGA, B.P.F. e M.L. PESSOA - "Modelo de Previsão de Vazões de Cheia através de Radar Meteorológico", Anais do I Congresso Interamericano de Meteorologia, (SBM/AMS), vol.1, Brasília, DF, pg.257-266.
- 1986 - BRAGA, B.P.F. - "Decisões Sujeitas a Risco em Hidrologia", Anais do XII Congresso Latino Americano de Hidráulica (IAHR), vol.2, São Paulo, pag. 191-204.
- 1986 - BRAGA, B.P.F. - "Planejamento e Gestão de Recursos Hidricos com Múltiplos Objetivos", Anais do Seminário Perspectivas dos Recursos Hidricos em São Paulo (FUNDAP/FCTH), São Paulo, pag. 293-320.

- 1986 - BRAGA,B.P.F.; V. HERNANDES e M.T.L.BARROS. "A Mathematical Model of the Hydrodynamic Behavoir of the Uruguay River". Seminario da IFAC. Buenos Aires.
- 1987 - BARROS.M.T.L.; A.J.PEREIRA e B.P.F. BRAGA - "Climatologia da Precipitação na Area do Radar Meteorológico de São Paulo". Anais do VII Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. ABRH. Salvador. p. 1-17.
- 1987 - BARBOSA. P.S.F. e B.P.F. BRAGA - "Avaliação do Compromisso entre Proposito de Controle de Cheias e Geração Hidrelétrica em Sistemas de Reservorios Múltiplos". Anais do VII Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recrusos Hidricos.ABRH. Salvador. p. 303-310.
- 1987 - BRAGA. B.P.F. e M.T.L. BARROS - "Previsão Hidrológica de Curto-Prazo: Modelo Compacto ou Distribuido? "Anais do VII Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos.ABRH. Salvador. p. 523-535.
- 1987 - REDA. A.L.L. e B.P.F. BRAGA - "Regionalização do Hidrograma Unitario Sinterico para Pequenas Bacias Rurais do Estado de São Paulo". Anais do VII Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. ABRH. Salvador. p. 289-300.
- 1987 - BRAGA,B.P.F.; A.PINHEIRO E C.LOESCH - "Sistema de Alerta às Inundações da Cidade de Blumenau. S.C.. Anais do VII Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hidricos. p. 550-561.
- 1987 - JESUS.R.M.R.; B.P.F.BRAGA; C.E.M. TUCCI e M.T.L.BARROS. "A Distributed Parameter Hydrologic Model for Urban Planning", Proceedings of the XXII Congress of IAHR. Lausanne. p. 220-225.
- 1987 - BRAGA,B.P.F. e BARBOSA,P.S.F.. "Operação Ótima de Sistemas de Múltiplos Reservatórios em Tempo Real". Revista Latinoamericana de Hidráulica. nº 1. p. 105-120.
- 1988 - BRAGA,B.P.F.;M.T.L.BARROS;A.J.PEREIRA e P.T.NAKAYAMA, "Telemetria Sensoriamento Remoto e Previsão de Cheias na Região Metropolitana de São Paulo", Anais do XII Congresso Latino Americano de Hidráulica, La Habana, Cuba, p. 1-12.
- 1988 - REDA,A.L. e B.P.F.BRAGA. "Uma Revisão de Métodos Empiricos para Estimativa de Cheias". Anais do XIII Congresso Latino Americano de Hidráulica. La Habana. Cuba. p.13-25.

- 1988 - BRAGA, B.P.F.; R.L.L. PORTO; M.T.L. BARROS e M.F.A. PORTO. "Streamflow Forecasting and Reservoir Operation in a PC/XT". Proceedings of the VIII World Water Congress, Ottawa, p. 127-137.
- 1988 - BRAGA, B.P.F. e CONEJO, J.G.L. "Balanço Hídrico Estado de São Paulo". Anais do II Encontro de Informática na Engenharia Civil. Escola Politécnica - USP, São Paulo.
- 1988 - PORTO, R.L., B.P.F. BRAGA e R.M. HERMANN. "Reservoir Operation Using a Rainfall-Runoff for Monthly Inflow Prediction" in Hydrology Days Seminar, ASCE/AGU, Fort Collins, Colorado, EUA.
- 1989 - BRAGA, B.P.F.; R.L. PORTO; P.T. NAKAYAMA e F. MARTINEZ. "Sistema de Apoio a Decisão: Operação de Reservatório em Tempo Real". Anais do VIII Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Foz do Iguaçu, p. 97-107.
- 1989 - BRAGA, B.P.F.; A. PISANI; M.T.L. BARROS; A.J. PEREIRA e O. MASSAMBANI. "Radar Meteorológico de São Paulo: Primeiros Resultados e Desenvolvimento Futuro". Anais do VIII Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Foz do Iguaçu, p. 381-388.
- 1989 - BRAGA, B.P.F.; M.T.L. BARROS; P.T. NAKAYAMA e A.J. PEREIRA. "MELRAD: Modelo Estocástico Linear para Previsão de Cheias com Radar". Anais do VIII Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Foz do Iguaçu, p. 13-22.
- 1990 - BRAGA, B.P.F.; V. HERNANDEZ e M.T.L. de BARROS. "Modelo Matemático do Comportamento do Rio Uruguai". Anais do XIV Congresso Latino Americano de Hidráulica, IAH, Montevideo, Uruguai, Vol. III, p. 1215-1228.
- 1990 - BRAGA, B.P.F. "Política e Gestão de Recursos Hídricos nos Estados". Seminário sobre Política e Gestão Estaduais de Recursos Hídricos, ABRH, Florianópolis, SC, 4-5 Outubro.
- 1990 - BRAGA, B.P.F. "A Posição da ABRH sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil". Encontro Nacional de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, Curitiba, PR, 6-7 Dezembro.
- 1991 - BRAGA, B.P.F. "Gestão Integrada sobre Recursos Hídricos". Seminário sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos Ambientais, Hídricos e Sanitário, FUNDAP, São Paulo, SP, 23 de janeiro.

- 1991 - BRAGA, B.P.F., "Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos." Seminário Tópicos Seleccionados de Hidrologia, Curitiba, PR, 3-7 Junho.
- 1991 - BRAGA, B.P.F. e P.S.F. BARBOSA, "Um Modelo de Fluxo em Redes para a Operação em Tempo Real de Sistemas de Reservatórios com Fins Múltiplos". Anais do IX Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Rio de Janeiro, RJ, Vol. II, p. 451-460.
- 1991 - BARBOSA, P.S.F. e B.P.F. BRAGA, "Análise da Influência do Horizonte de Previsão na Otimização na Otimização em Tempo Real de um Sistema de Reservatórios". Anais do IX simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Rio de Janeiro, RJ, Vol. III, pp. 91-100.
- 1991 - BRAGA, B.P.F.; L. MARCELLINI; M.T.L. BARROS e S.B. ALMEIDA, "Análise de Decisão Multiobjetivo: O Caso do Vale do Rio Doce". Anais do Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vol. II, p. 501-510.
- 1991 - PEREIRA FILHO, A.J.; B.P.F. BRAGA; M.T.L. de BARROS e C.V. CARRERA, "Previsão de Inundações: Radar Meteorológico Resolve?". Anais do IX Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vol. III, p. 1-11.
- 1991 - NAKAYAMA, P.T.; BRAGA e L. MARCELLINI, "Sistema de Apoio a Decisão para Operação de Reservatórios com Fins Múltiplos". Anais do IX Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vol. II, p. 461-470.
- 1992 - BRAGA, B.P.F. e M.T.L. BARROS, "Interbasin Water Transfer: Solution or Problem?". Proceedings of the Seminar on Transboundary River Basin Management and Sustainable Development, Delft University of Technology, Delft, The Netherlands, p. 48-52.
- 1992 - BARBOSA, P.S.F. e B.P.F. BRAGA, "A Representação do Amortecimento de Descarga em Canais Através da Teoria de Fluxos em Redes". Anais do XV Congresso Latino Americano de Hidráulica, Cartagena, Colombia, 14-18 setembro, Vol. 2, p. 417-426.
- 1992- BARROS, M.T.L., L. MARCELLINI, T. SOUZA, F.C. TIVERON e B.P.F. BRAGA " Sistema de Alerta a Inundações na Cidade de São Paulo: Uma Medida Não Estrutural Eficiente". Anais do II Seminário Metrópolis Latino-Americanas, FAU-USP, 15-18 Julho. São Paulo

- 1993 - MARTINEZ, F. e B.P.F. BRAGA. "Aspectos Legais e Intitucionais da Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos no Brasil". X Simposio Brasileiro de Recursos Hidricos. Gramado, RS. 7-12 novembro. Vol. 1, p. 233-242.
- 1993 - NAKAYAMA, P.T. e B.P.F. BRAGA. "Gerenciamento de Recursos Hídricos em Tempo Real: O Caso do alto Tietê em São Paulo". X Simposio Brasileiro de Recursos Hidricos. Gramado, RS. 7-12 novembro. Vol. 1, p. 357-366.
- 1993 - BRAGA, B.P.F., R.L.L. PORTO and A. VAN DER BEKEN "Education and Training Needs for Future Water Resources Management". Proceedings of the Fourth Joint International Conference in Hydrology, UNESCO/WMO/ICSU, Paris. 22-26 Março
- 1994 - CARRERA C., B.P.F. BRAGA, M.T.L. BARROS "Avaliação do Modelo SHARP para Sistemas Convectivos e Mistos". Anais do Simposio Brasileiro de Meteorologia, SBMet, Belo Horizonte, p. 85-90
- 1994 - BRAGA, B.P.F., F. MARTINEZ and R.L.L. PORTO "Integrated Water Resources Management: The Brazilian Experience". Proceedings of the VIII World Water Congress, IWRA, Cairo, Egito, vol II, p. 1-13
- 1995 - BRAGA, B.P.F. et. al. "Flood Control: The role of flood warning in the Metropolitan Region of São Paulo". Proceedings of the III International Symposium on Hydrological Applications of Weather Radars, IWRA/IAHS, São Paulo, p. 28-41
- 1995 - MARTINEZ, F. e B.P.F. BRAGA "O Princípio Usuario-Pagador e o Desenvolvimento Sustentável". Anais do XI Simposio Brasileiro de Recursos Hidricos, ABRH, Recife, vol.3, p. 85-90
- 1996 - BRAGA, B.P.F. et al. "Integrated Water Resources Planning in the State of São Paulo". Proc. of the Mekong River Commission Basin Development Plan Workshop: Experiences and Technologies, Bangkok, Tailândia, Abril 1996, p. 70-105
- 1997 - NAKAYAMA, P.T. e BRAGA, B.P.F. "Sistema de Suporte à Decisão: Previsão de Chuva com Radar" - Anais do X Simposio Brasileiro de Recursos Hidricos - ABRH - vol. 2 - p. 165 -175
- 1997 - MARTINEZ, F. e B.P.F. BRAGA "Aplicação de Instrumentos Econômicos à Gestão Ambiental - O caso dos Recursos Hídricos" - Anais do X Simposio Brasileiro de Recursos Hidricos - ABRH - vol 1 - p. 25 - 37

- 1997 - BARROS, M.P., BRAGA, B.P.F., ITKES, M.N. e BARBOSA, P.S.F.
Siscom: Sistema Computadorizado de Apoio ao Planejamento da
Operação da CESP. XII Seminário Nacional de Produção e
Transmissão de Energia Elétrica. 16-20 Outubro. Belem, PA
- 1998 - BRAGA, B.P.F. Sustainable Water Resources Development in Emergent
Economies. Proceedings of the International Workshop on Barriers to
Sustainable Management of Water Quantity and Quality. International
Hydrologic Sciences Association - IAHS - Wuhan University, China,
p. 29 - 49

3. ARTIGOS APRESENTADOS EM REVISTAS TÉCNICAS ARBITRADAS

- 1975 - BRAGA, B.P.F., "Stanford Watershed Model IV: Um modelo de
Simulação Hidrológica". Boletim Técnico nº 7. Departamento de
Águas e Energia Elétrica, São Paulo, p. 1-33.
- 1982 - BRAGA, B.P.F.; J.G.L. CONEJO; L. BECKER e W.W.G. YEH.
"Capacity Expansion for the Juquia System". Transactions of the
American Geophysical Union, Vol. 63, nº 45, pg. 938
- 1985 - BRAGA, B.P.F.; J.G.L. CONEJO; L. BECKER e W.W.G. YEH.
"Capacity Expansion of São Paulo Water Supply". Journal of the
Water Resources Planning and Management Division A.S.C.E., Vol. III
nº-2, p. 238-252.
- 1985 - BRAGA, B.P.F., "Análise de Decisão para Seleção de Modelos de
Previsão de Vazões", Revista Brasileira de Engenharia - RBE/CRH,
Vol. 3, nº - 3, p. 53-60.
- 1988 - BRAGA, B.P.F. e ROCHA, J.M.M., "Localização do polo Petroquímico
do Rio de Janeiro: Uma Análise Multiobjetivo", Revista Águas e
Energia Elétrica, nº 13, ano 5, p. 54-60.
- 1988 - TUCCL, C.E.M.; BRAGA, B.P.F. e M.F.A. PORTO, "Hydrodynamic
Analysis of Floods in an Urban System", Journal of Water Resources
Planning and Management Division, ASCE, 115-4: 523-540.
- 1989 - TUCCL, C.E.M.; B.P.F. BRAGA e A. SILVEIRA, "Avaliação do Impacto
da Urbanização nas Cheias Urbanas", Revista Brasileira de Engenharia
- Caderno de Recursos Hídricos, Vol. 7, nº 1.

- 1989 - FERRARI, F.A.V., B.P.F. BRAGA e R.L.L. PORTO. "Sihim-PC Sistema de Informações Hidrometeorológicas". Revista *Águas e Energia Elétrica*. Ano 5, nº 16, pp. 54-56.
- 1989 - BRAGA, B.P.F. e P.J. JESZENSKY. "Flood Warning System of the Metropolitan Region of São Paulo". *Water International*. Vol. 14, nº 4, p. 172-180.
- 1991 - BARROS, M.T.L. e B.P.F. BRAGA. "Otimização Estocástica Implícita de Operação de Sistemas de Reservatórios Considerando Múltiplos Objetivos". *Revista Brasileira de Engenharia - RBE/CRH*. Vol. 9, nº 1, p. 33-56.
- 1991 - MARTINEZ, F. e B.P.F. BRAGA. "Alocação de Custos em Projetos de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos - Aspectos Teóricos". *Revista Brasileira de Engenharia - RBE/CRH*. vol 9 nº 2, p. 111-126.
- 1991 - MARTINEZ, F., L. MARCELLINI, M.T.L. BARROS e B.P.F. BRAGA. "Alocação de Custos em Projetos de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos - Uma Aplicação a Bacia do Rio Doce". *Revista Brasileira de Engenharia - RBE/CRH*. Vol. 9, nº 2, p. 127-141.
- 1991 - BRAGA, B.P.F.; W.W. YEH; L. BECKER e M.T.L. BARROS. "Stochastic Optimization of Multiple-Reservoir-System Operation". *Journal of the Water Resources Planning and Management*. Vol. 117, nº4, p. 471-481.
- 1992 - BRAGA, B.P.F. e P.S.F. BARBOSA. "Hydropower and Flood Control Trade-Offs in Multireservoir System". *Energy Sources*, Taylor and Francis, London. Vol. 14, p. 43-49.
- 1993 - MAKSIMOVIC, C.; A. TODOROVIC and B.P.F. BRAGA. "Urban Drainage Problem in the Humid Tropics". in: *Hydrology of Warm Humid Regions* (ed. J. Gladwell), IAHS publ. 216, p. 377-401.
- 1996 - BARROS, M.T.L., S. YANG, B.P.F. BRAGA, Y. SUN and W. YEH. "Optimal Design for Automatic Control of On-Demand Canal Systems". *Journal of Infrastructure Systems - American Society of Civil Engineers*. ASCE, vol 3., no. 2, New York, p. 59 - 67
- 1996 - MELLO A. e B.P.F. BRAGA. "Análise Multiobjetivo Aplicada a um sistema de Produção Agrícola". *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*. vol. 1, nº 1, Jan-Jun. Associação Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH - ABRH. p. 11-27

- 1996 - BARBOSA, P.S.F., BRAGA, B.P.F. e GOBETTI, L. Water Supply management in the São Paulo Metropolitan Area, formulated using an integrated approach. J. Water SRT - Acqua, vol. 45, no.6, pp. 299-307
- 1997 - GARCIA, L., A. V. e B.P.F. BRAGA "Análise de Frequência Conjugada", Revista Brasileira de Recursos Hídricos - Associação Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH - ABRH - vol 2, - nº 2, Jul-Dez - p. 21 - 44
- 1998 - FERRAZ, A. R. G. e B.P.F. BRAGA "Modelo Decisorio para a Outorga de Direito de Uso da Agua no Estado de São Paulo", Revista Brasileira de Recursos Hídricos - Associação Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH - ABRH, vol 3, nº 1, Jan - Mar - p. 5 - 19
- 1998 - BRAGA, B.P.F., P.T. NAKAYAMA e P.S.F. BARBOSA "Sistemas de Suporte a Decisão em Recursos Hídricos", Revista Brasileira de Recursos Hídricos - Associação Brasileira de Recursos Hídricos - RBRH - ABRH - vol. 3, nº 2, p.
- 1998 - BRAGA, B.P.F., O. ROCHA and J. TUNDISI "Dams and the Environment: the Brazilian Experience, Water Resources Development, Carfax Pub., U.K., vol. 14, no. 2, pp. 127 -140
- 1998 - TUNDISI, J.G., O. ROCHA, T. MATSUMURA-TUNDISI and B. BRAGA Reservoir Management in South America, Water Resources Development, Carfax Pub., U.K., vol. 14, no. 2, pp. 141 - 155
- 1998 - BRAGA, B.P.F., P.S.F. BARBOSA e BARROS, M.T.L. Siscom: Sistema Computadorizado de Apoio ao Planejamento e Operação de Sistemas Hidroelétricos, Revista Brasileira de Recursos Hídricos, ABRH, Vol. 3, no. 4, Out-Dez 1998, p. 89 - 101

4. RELATÓRIOS TÉCNICOS

- 1974 - DAEE, Diagnostico Básico do Plano de Irrigação no Estado de São paulo - DAEE - MASTER, São Paulo.
- 1975 - DAEE, Estudo de Avaliação dos Recursos de Aguas Subterrâneas na Grande São Paulo - DAEE - TAHAL, São Paulo.

- 1975 - DAEE. Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Piracicaba - Planidro.
- 1976 - DAEE. "Estudo de Aguas Subterrâneas. Região Administrativa do Ribeirão Preto". Revista DAE, nº - 107. Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, São Paulo, p. 37-87.
- 1976 - DAEE. Sistema HIDRO - Métodos e Procedimentos em Recursos Hídricos - Departamento de Aguas e Energia Elétrica - São Paulo.
- 1981 - DAEE. Estudo de Aguas Subterrâneas - Região Administrativa 5 - Campinas - Consorcio DAEE/TAHAL - Consulting Engineers
- 1982 - DAEE/SOMA. Comportamento Hidráulico do Rio Tietê entre a Penha e a Barragem de Edgardo de Souza. Departamento de Aguas e Energia Elétrica, São Paulo.
- 1983 - CTH/DAEE/EPUSP - "Modelagem Hidrodinâmica e Estudos Operacionais da Bacia do Rio Tietê entre as Barragens da Penha e Edgardo de Souza". Centro tecnológico de Hidráulica, São Paulo.
- 1983 - CTH/DAEE/EPUSP - "Revisão dos Estudos Hidrológicos da Baixa do Rio Tapanauater". Centro Tecnológico de Hidráulica, São Paulo.
- 1983 - CTH/DAEE/EPUSP - "Estimativa da Influência da Barragem do Vale Grande nos níveis d'água do Rio Ribeira do Iguape". Centro Tecnológico de Hidráulica, São Paulo.
- 1983 - CTH/DAEE/EPUSP - "Revisão da hidrologia da Bacia do Alto Tietê e Montante da Penha". Centro Tecnológico de Hidráulica, São Paulo.
- 1983 - CTH/DAEE/EPUSP - "Estudos Hidrológicos para Determinação da Vazão do Projeto do Ribeirão dos Meninos". Centro Tecnológico de Hidráulica, São Paulo.
- 1985 - FDTE/CESP - "Sistema de Previsão de Vazões Afluentes". Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, São Paulo.
- 1985 - CTH/EPUSP/DAEE - "Estudo da Bacia do Rio Bananal". Centro Tecnológico de Hidráulica, São Paulo.
- 1985 - CTH/EPUSP/DAEE - "Estudo Hidrometeorológico da Região Central do Estado de São Paulo" - Relatório parcial nº - 1. Centro Tecnológico de Hidráulica, São Paulo.

- 1985 - CTH/EPUSP/DAEE - "Radar Meteorológico: Implantação do Radar de Ponte Nova" - Relatório Parcial no. 1. Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1987 - CTH/EPUSP/DAEE - "Sistema Brasileiro de Alerta as Inundações". Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1989 - CTH/EPUSP/DAEE - "Modelos de Previsão Hidrológica com Base em Dados de Radar Meteorológico". SABESP/Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1989 - CTH/EPUSP/DAEE - "Radar Meteorológico de Ponte Nova: Implantação e Manual de Operação". DAEE/Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1990 - CTH/EPUSP/DAEE - "Projeto de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos: Metodologias de análise multiobjetivo". DNAEE/ELETRONBRAS. Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1990 - CTH/EPUSP/DAEE - "Projeto de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos: Metodologias para Rateio de Custos em Obras de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos". DNAEE/ELETRONBRAS. Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1990 - FCTH - "Projeto de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos - Metodologias para Rateio de Custos". Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo
- 1990 - FCTH - "Disponibilidade Hídrica de Bacias Interestaduais". Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo

5. CONFERÊNCIAS, PALESTRAS E MESAS REDONDAS

- 1983 - Conferência sobre "A problemática das Cheias na Região Metropolitana de São Paulo" no Seminário sobre Enchentes Urbanas", CETEC. Belo Horizonte, 16 a 28 de outubro de 1983.
- 1983 - Coordenador do painel sobre "Telemetria e Uso de Satélites" no V Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH. Blumenau, SC. novembro de 1983.

- 1983 - Conferência sobre "Modelagem Matemática para Previsão de Cheias" no "Encontro sobre as Cheias de Santa Catarina". Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 1983.
- 1984 - Palestra sobre "Gestão de Recursos Hídricos" na Universidade Católica do Paraná no curso de Especialização em Obras Hidráulicas, Curitiba, PR, maio de 1984.
- 1984 - Conferência sobre "As Cheias Urbanas da Região Metropolitana de São Paulo" no Seminário sobre "Controle de Cheias" promovido pelo DNAEE - Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 21 a 24 de Agosto de 1984.
- 1984 - Palestra sobre "O Estado da Tecnologia e Recursos Apropriados para o Tratamento da Questão" no painel "A Questão Hidrológica" no Seminário Científico sobre enchentes promovido pela SBPC/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 28 a 30 de maio de 1984.
- 1984 - Conferencista no Seminário "Meteorologia da USP Discute as Inundações", Instituto Astronômico e Geofísico da USP, São Paulo, 8 a 10 de outubro de 1984.
- 1984 - Palestra sobre "Rede Telemétrica de Alerta as Inundações no Estado de São Paulo" na mesa redonda sobre "Controle de Cheias em Bacias Urbanas e Rurais" no III Congresso Brasileiro de Meteorologia, Belo Horizonte, 3 a 7 de dezembro de 1984.
- 1985 - Conferência sobre "Modelos Hidrológicos Conceituais para o Planejamento de Recursos Hídricos" no Seminário sobre Modelos Matemáticos Determinísticos em Hidrologia promovido pelo DNAEE/DCRH, Brasília, 6 a 7 de setembro de 1985.
- 1985 - Conferência no "I Seminário Internacional de Pesquisas Hidrogeológicas" promovido pela ABAS/FAPESP sobre "Integração de Modelos Hidrológicos de Superfície e Subterrâneos", São Paulo, 3 a 7 de junho de 1985.
- 1986 - Conferência no painel sobre Operação de Reservatórios no XII Congresso Latino Americano de Hidráulica com título "Operação de Sistemas de Reservatórios Múltiplos", São Paulo, agosto de 1986.
- 1986 - Conferência no Seminário "Perspectivas dos Recursos Hídricos em São Paulo" promovido pela FUNDAP/FCTH sobre "Múltiplos Objetivos em Recursos Hídricos", São Paulo, outubro de 1986.

- 1986 - Conferência no 1º Encontro de Informática na Engenharia Civil, promovido pela Escola Politécnica da USP sobre "Previsão de Vazões em Tempo-Real - Telemetria", São Paulo, outubro de 1986.
- 1987 - Participante convidado como Moderador na mesa redonda "Aspectos Econômicos de Aproveitamentos de Múltiplos Objetivos em Recursos Hídricos, no VII Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos, Salvador, BA, novembro de 1987
- 1987 - Palestra sobre "Operação de Grandes Reservatórios" no IV Simposio Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, setembro de 1987.
- 1987 - Palestra sobre "Balanço Hídrico do Estado de São Paulo" no "Seminário sobre Balanço Hídrico no Brasil" promovido pela COBRAPHI - Comissão Brasileira para o Programa Hidrológico Internacional da UNESCO e pelo DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.
- 1988 - Conferência sobre "O Uso do Radar Meteorológico para Previsão de Cheias em São Paulo" no dia Mundial da Meteorologia, Auditório da CETESB, São Paulo.
- 1988 - Conferência no "II Encontro de Informática na Engenharia Civil" promovido pela Escola Politécnica da USP sobre o tema "Balanço Hídrico do Estado de São Paulo", São Paulo.
- 1989 - Debatedor sobre o tema "Tendências da Pesquisa em Hidrologia e suas Aplicações no Século XXI", no Seminário de comemoração dos 30 anos do CEHPAR, Curitiba, PR.
- 1989 - Palestra sobre "Sistema Telemétrico do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo", no I Seminário nacional de Telemetria Aplicada a Administração de Recursos Hídricos, Florianópolis, SC, 26 a 27 de outubro de 1989.
- 1989 - Palestra sobre "Sensoriamento Remoto e Telemetria Hidrológica na Região Metropolitana de São Paulo" no Seminário Brasil - Japão em Hidráulica Fluvial promovido pela JICA, Nikkei Palace, São Paulo, 14.01.1989.
- 1989 - Palestra sobre "Sistemas de Alerta" no Seminário "Enchentes em São Paulo: Histórico, Situação de Momento e Perspectivas", promovido pela Prefeitura de São Paulo, Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo, 30-31.10.1989.
- 1993 - Seminário "Project HYTRECS - Hydrology of Tropical Ecosystems", na University of Arizona, Arizona, USA

- 1993 - Conferência sobre "A Problemática dos Recursos Hídricos na Região Metropolitana de São Paulo" no Centro Politécnico de Curitiba, PR
- 1993 - Palestra no II Seminário nacional de Drenagem Urbana sobre "Drenagem Urbana no Trópico Úmido", ABRH, Porto Alegre, RS
- 1994 - Conferência "Gerenciamento Integrado de Cheias Urbanas" no X Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos e I Simposio Internacional dos Recursos Hídricos do Mercosul, Gramado, 7-11/11/1994.
- 1994 - Conferência no II Workshop sobre Telemetria e Sensoriamento Remoto com Aplicações em Hidrologia e Meteorologia no tema "Redes Telemétricas: vantagens e inconvenientes, Curitiba, PR
- 1994 - Palestra sobre "Mudanças Climáticas Face a Pressão Crescente da Procura da Água" no VI Simposio Luso-Brasileiro de Hidraulica e Recursos Hídricos, Lisboa, Portugal
- 1994 - Palestra sobre "Medidas não estruturais de controle de cheias" no Seminario de Hidraulica Computacional Aplicada a Problemas de Drenagem Urbana, Escola Politécnica, São Paulo
- 1994 - Conferência na 46ª Reunião Anual da SBPC sobre "Controle de Cheias na Região Metropolitana de São Paulo" na mesa redonda: Memoria das Catastrofes: a Década dos Desastres Naturais, Vitoria, ES
- 1995 - Conferência "A Engenharia do Século XXI" no Encontro sobre Tendências no Ensino da Engenharia, Universidade Federal do Parana, Curitiba, PR
- 1995 - Conferência "Planejamento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil" no Primer Seminario de Organismos de Cuencas Hídricas del Area Mercosur, Chile y Bolivia, San Carlos de Bariloche, Argentina
- 1995 - Conferência "Gestão Sustentável de Recursos Hídricos na Região Metropolitana de São Paulo", no Seminário Franco-Brasileiro de Gestão em Recursos Hídricos, Curitiba, PR
- 1995 - Conferência sobre "A Experiência Brasileira com Radares Meteorológicos" no Seminário Franco Brasileiro de Previsão de Tempo de Meso-Escala, Universidade Federal da Paraíba, Maceió, PB
- 1996 - Expositor na mesa redonda sobre sistemas de informação do "Seminário de Avaliação de Recursos Hídricos" promovido pela ABRH em Salvador, BA

1996 - Conferência sobre "Desafios para o Controle de Cheias Urbanas" no IV SECIVIL - UNICAMP, Campinas, SP

1998 - "Keynote Speaker" sobre "Desenvolvimento Sustentavel de Recursos Hidricos" no International Workshop on Barriers to Sustainable Management of Water Quantity and Quality, International Hydrologic Sciences Association - IAHS - Wuhan University, China.

6. DEPOIMENTOS A JORNAIS E REVISTAS

1985 - Previsões Nebulosas: Meteorologia Brasileira Luta Contra Defasagem Tecnológica na Busca de Prognosticos mais seguros. Revista Isto É. 6.02.85. p. 30-34.

1987 - As Águas de Janeiro: As Cidades Ainda Lutam em vão para se Prevenir Contra os Danos Causados pelas Enchentes. Revista Veja. 4.02.84. pag. 64-66.

1987 - Radar Meteorológico Pode Ajudar a Prever Enchentes. Caderno de Ciência e Tecnologia. Folha de São Paulo. 30.05.87. pag. A-14.

1987 - Radar Meteorológico Preverá Chegada de Enchentes em SP. A Gazeta da Zona Norte. 4.07.87. pag. 1.

1987 - Novo Radar Poderá Evitar as Enchentes. O Estado de São Paulo. 17.07.87. pag. 30.

1987 - Informação Rápida Permite Manter Rios Sob Controle. Revista Nacional de Telemática. 09.87. p. 30-32.

1988 - Hidráulica Indica Opções para Ampliar Sistema de Água no Ano 2000. Jornal da USP. 5-11.12.88. pag. 6.

1989 - Séculos de Enchentes. Metrô News. 12.01.89. pag. 2.

1989 - Futuro da Meteorologia no Brasil é Difícil Previsão. Jornal do Brasil. 12.02.89. pag. 12.

1989 - Radar Alertará a Capital sobre as inundações. O Estado de São Paulo. 11.05.89.

1990 - Radar Meteorológico Detecta Enchentes em um Raio de 180 Km. Jornal da Administração Pública. 22.12.89 a 22.01.90. pag. 4.

1990 - Radar de Ponte Nova começa a operar esta semana. Jornal da USP. 05/02/90 a 11/02/90. pag. 7.

- 1990 - Seminário discute uso da água em SP. O Estado de São Paulo. 08/05/90.
- 1990 - Limpeza do rio custaria cerca de US\$ 2 bilhões. O Estado de São Paulo. 14/10/90. pag. 29.
- 1991 - Excesso de asfalto agrava enchentes. O Estado de São Paulo. 10/03/91. pag. 30.
- 1991 - Nuvem de 1000 Km causou chuva recorde. O Estado de São Paulo. 31/03/91. pag. 21.
- 1991 - Paulistanos reclamam das constantes enchentes. O Estado de São Paulo. 18/04/91. pag. 19.
- 1991 - Volume de água foi igual a uma represa. O Estado de São Paulo. 26/04/92. pag. 16.
- 1991 - Estado e Prefeitura não cooperam. Jornal da Tarde. 27/04/91.
- 1991 - Serviço prevê cheias mas não informa bem. Folha de São Paulo. 15/05/91. pag. Especial 4.
- 1991 - Radares não preveem tornados. O Estado de São Paulo. 03/10/91. pag. 14.
- 1991 - Falta tecnologia para prever as tormentas. Shopping News. 06/10/91. pag. 14.
- 1991 - Chuva para principais vias de São Paulo. Folha de São Paulo. 17/12/91. pag. 4-3.
- 1992 - UNESCO ajudará São Paulo a resolver problemas de enchentes. Agência Universitária de Notícias. 16/03/92. pag. 1.
- 1992 - Radar ajuda a prevenir enchentes. Diário Popular. 05/07/92. pag. 18.
- 1994 - Centro Internacional criado na USP irá discutir técnicas de drenagem do solo. Gazeta Mercantil. 18.08.94. pag. 9.
- 1994 - São Paulo ainda enfrenta problemas com as chuvas. Jornal do Brasil. 09.02.94. pag. 7.
- 1994 - O dinheiro que falta para as enchentes. Jornal da Tarde. 08.02.94. pag. 6.
- 1995 - Caos Urbano faz São Paulo alagar. Jornal do Brasil. 09.02.95. pag. 7.
- 1995 - Dúvidas sobre as causas das enchentes. Gazeta Mercantil. 08.02.95. pag. 15.

- 1995 - Rios Sujos vão deixar cidades sem água. Folha de Londrina. 02.06.95. pag
- 1995 - São Paulo tem de frear águas, dizem técnicos. O Estado de São Paulo. 30.01.95. pag c1
- 1995 - Cobrança pelo uso da água: mais um imposto?. Jornal da USP. 07.08.95. pag. 2
- 1995 - Um radar para evitar enchentes na cidade. Jornal da USP. 03.09.95. pag. 9
- 1996 - Pequenas ações e incentivos fiscais podem diminuir cheias. O Estado de São Paulo. 31.03.96. p. C6
- 1996 - Chuvas dentro da média em São Paulo. Gazeta Mercantil. 3.1.96. p. A-4
- 1996 - Maluf inaugura avenida que submergiu. O Estado de São Paulo. 11.1.96. p. C4
- 1996 - Suspensão de obras no Tietê agrava a situação das enchentes. O Estado de São Paulo. 4.1.96. p. C3
- 1996 - SP ignora dado que reduziria caos da chuva. Folha de São Paulo. 7.1.96. p. 1
- 1996 - Canalizar córregos não resolve, diz especialista. O Estado de São Paulo. 5.1.96. p. C6
- 1996 - Água cada vez mais escassa e cara. Jornal da USP. 25.3.96. p. 10-11

V. ATIVIDADES DOCENTES E DE PESQUISA

1. CURSOS DE GRADUAÇÃO

- 1980 - atual - Professor e coordenador da Disciplina PHD-308 Ciências do Ambiente para o 5º semestre (mar/jun) e 6º semestre (ago/nov) semestre do curso de engenharia civil da EPUSP.

2. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

- 1981 - Professor da Disciplina PHD-739 Modelos Matemáticos em Hidrologia e Recursos Hídricos I no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP. mar/jun 1981.

- 1981 - Professor da Disciplina PHD-740 Modelos Matemáticos em Hidrologia e Recursos Hídricos II no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, ago/nov 1981.
- 1982 a 1988 - Professor da disciplina PHD-849 Hidrologia Estatística no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária, mar/jun 1981/1988.
- 1982 a 1988 - Professor da disciplina PHD-848 Hidrologia Estocástica no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária, ago/nov 1982/1988.
- 1982 a 1988 - Professor da disciplina PHD-844 Técnicas de Otimização em Recursos Hídricos no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária, ago/nov 1982/1988.
- 1989 - anual - Professor da disciplina PHD 730 Modelos para Gerenciamento de Recursos Hídricos I no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP.
- 1989 - anual - Professor da disciplina PHD 731 Modelos para Gerenciamento de Recursos Hídricos II no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP.
- 1991 - anual - Professor da disciplina PHD 741 Análise Sistemática Ambiental no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP.

3. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

- 1975 - Professor do curso "Simulação Hidrológica" promovido pela Escola Politécnica da USP e DAEE juntamente com Ray K. Linsley, R.M. Hermann, R.L. Porto e J.G. Conejo.
- 1980 - Professor do curso "Hidrologia Aplicada" promovido pelo DAEE, São Paulo, 1980.
- 1982 - Coordenador e Professor do curso sobre "Simulação Digital do Ciclo Hidrológico" na ELETROBRAS, Rio de Janeiro.
- 1983 - Coordenador e Professor do Curso "Engenharia Hidrológica" promovido pela ABRH, DAEE e EPUSP, São Paulo.

- 1984 - Professor do curso sobre "Simulação Hidrológica" junto ao programa de pos-graduação do Instituto Astronômico e Geofísico da USP.
- 1985 - Coordenador e Professor do curso "Hidrologia Dinâmica e Operacional" para ELETROBRAS através da FDTE/EPUSP. São Paulo. 27 de maio a 7 de junho de 1985
- 1986 - Coordenador e professor do Curso Internacional "Previsão e Controle de Sistemas de Recursos Hídricos em Tempo Real" promovido pela International Association for Hydraulic Research (IAHR). São Paulo, agosto de 1986.
- 1987 - Coordenador e professor do curso Internacional "Optimization of Large Scale Water Resources Systems" juntamente com W. Yeh e L. Becker - UCLA. São Paulo, julho de 1987.
- 1987 - Professor do Curso "I Curso de Métodos Avançados em Hidrologia Aplicada" promovido através do convênio GTZ (Alemanha) e Universidade Federal de Campina Grande, PB. Campina Grande, julho de 1987.
- 1987 - Professor do Curso "Fundamentos da Gestão de Recursos Hídricos" promovido pela ABRH, Salvador, BA, novembro de 1987.
- 1988 - Coordenador do Curso Internacional "Análise de Risco Aplicada a Segurança de Barragens" lecionado por Joseph B. Franzini e Martin McCann. São Paulo, maio de 1988.
- 1988 - Coordenador do Curso Internacional "Aspectos Econômico-Financeiros de Aproveitamentos Múltiplos de Recursos Hídricos" promovido pela ABRH/IWRA/EPUSP/DAEE/NEP, São Paulo.
- 1988 - Coordenador e professor do "International Short Course on Water Resources Systems" juntamente com W. Yeh e L. Becker promovido pela ABRH/IWRA/CNPq/EPUSP/NEP/DAEE, São Paulo.
- 1991 - Professor do Curso Internacional "Análise de Sistemas de Recursos Hídricos: Aplicações Práticas em Microcomputadores", promovido pela FCTH, São Paulo.
- 1993 - Coordenador e Professor do curso "Otimização de Sistemas de Recursos Hídricos", Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE
- 1998 - Professor do Curso Internacional "A systems approach to creative water resources engineering", promovido pela International Water Resources Association e Centro Tecnológico de Hidráulica - DAEE/USP

- 1998 - Professor do Curso Internacional "Optimal Water Resources Management", promovido pela IWRA/FCTH/USP/DAEE

4. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE DEFESA DE DISSERTAÇÕES E TESES

- 1980 - Dissertação de mestrado de Orlando Maciel Strobel sobre "Dimensionamento e Operação de Reservatórios Através do Método das Restrições Probabilísticas e Regra da Decisão Linear, Escola Politécnica da USP.
- 1981 - Dissertação de mestrado de Carlos Henrique Aranha sobre "Planejamento e Controle de Inundações: Critérios para Aplicação da Análise Benefício/Custo na Detinição de Medidas Corretivas e Preventivas", Escola Politécnica da USP.
- 1982 - Dissertação de mestrado de Carlos E.J. Crespo sobre "Regionalização de Vazão Máxima do Rio Grande do Sul e Santa Catarina", Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- 1983 - Dissertação de mestrado de Jonatas Moreira Costa sobre "Estimação de vazões extremas usando séries parciais ou máximos anuais", Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE, Rio de Janeiro.
- 1983 - Dissertação de mestrado de Klaudius da Rocha Dib sobre "Previsão de Cheias com extensão de registros através de modelos determinísticos", Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE, Rio de Janeiro.
- 1983 - Dissertação de mestrado de Monica Ferreira do Amaral sobre "Modelo SSARR: Aplicação a pequenas bacias e análise de sensibilidade dos parâmetros", Escola Politécnica da USP.
- 1984 - Dissertação de mestrado de Ana Maria Gomes sobre "Distribuição Espacial da Precipitação e sua variabilidade na bacia hidrográfica do Alto Tietê", Instituto Astronômico e Geofísico da USP.
- 1984 - Dissertação de mestrado de Mario Thadeu Leme de Barros sobre "Análise de Modelos Multivariados para Geração de Séries Mensais de Vazões", Escola Politécnica da USP.
- 1984 - Dissertação de mestrado de Kamel Zahed Filho sobre "algumas metodologias para o dimensionamento e operação de reservatórios", Escola Politécnica da USP.

- 1984 - Tese de Doutorado de Valter Hernandez sobre "Determinação de uma política ótima operacional para um reservatório destinado a regularização e controle de enchentes". Escola Politécnica da USP.
- 1984 - Dissertação de mestrado (presidente de banca) de Miriam Rita Moro Mine sobre "Modelos Estocásticos Lineares para Previsão de Cheias em Tempo-Real". Escola Politécnica da USP.
- 1984 - Dissertação de mestrado de Sueli do Carmo Bettini sobre "Estudo do Modelo Geomorfológico para respostas de bacias hidrográficas". Escola de Engenharia de São Carlos da USP.
- 1986 - Dissertação de mestrado (presidente de banca) de André Luis Lima Reda sobre "Regionalização do Hidrograma Unitário Sintético no Estado de São Paulo". Escola Politécnica da USP.
- 1986 - Dissertação de mestrado (presidente de banca) de Marcos de Lacerda Pessoa sobre "Previsão de Vazões Através de Radar Meteorológico". Escola Politécnica da USP.
- 1986 - Dissertação de mestrado (presidente de banca) de Paulo Sergio Franco Barbosa sobre "Planejamento e Operação de Sistema de Reservatórios Múltiplos para Geração Hidroelétrica". Escola Politécnica da USP.
- 1986 - Dissertação de mestrado de Nelson Dias sobre "Estimativa da Evaporação em Lagos por Método Hidrometeorológico", Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE, Rio de Janeiro.
- 1986 - Dissertação de mestrado de André Luis Lopes da Silveira sobre "Modelo Hidrodinâmico Bidimensional com Aplicação ao Rio Guaíba". Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- 1986 - Dissertação de mestrado de Luiz Nicanor Leite da Silveira sobre "Operação em Tempo Real de Sistemas de Reservatórios". Escola Politécnica da USP.
- 1986 - Dissertação de mestrado de Henrique de Mello Lisboa sobre "Avaliação da Estimativa da Precipitação por Radar Meteorológico na Previsão de Vazões em Tempo Real para uma Bacia Urbana". Instituto Astronômico e Geofísico da USP.

- 1987 - Dissertação de mestrado (presidente da banca) de Nilson Guiger Jr. sobre "Poluição por Aterro Sanitário - Uma Abordagem Analítico Experimental". Escola Politécnica da USP.
- 1988 - Dissertação de mestrado de Ademar Cordero sobre "Previsão de Cheias com Modelos Simplificados do Processo Chuva Vazão". Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- 1989 - Dissertação de Mestrado de Martha Regina Sugai sobre "Tempo de Recorrência Associado a Precipitação Máxima Provável na Região Sul do Brasil". Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- 1989 - Tese de Doutorado de Mario Thadeu Leme de Barros sobre "Modelo Estocástico Implícito para Operação de Reservatórios com Múltiplos Objetivos". Escola Politécnica da USP.
- 1990 - Dissertação de Mestrado de Homero Buba sobre "Avaliação de Modelos de Previsão de Vazões para a Operação Hidráulica de Reservatórios a Curto Prazo". Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- 1990 - Tese de Doutorado de Luisa Fernanda Ribeiro Reis, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP.
- 1990 - Tese de Doutorado (presidente da banca) de Paulo Sérgio Franco Barbosa sobre "Contribuição ao Estudo do Controle de Cheias em Sistemas de Reservatórios com Finalidades Múltiplas". Escola Politécnica da USP, São Carlos, SP.
- 1991 - Dissertação de Mestrado (presidente da banca) de Francisco Martinez Jr. sobre "Alocação de Custo em Projetos de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos". Escola Politécnica da USP, São Paulo, SP.
- 1995 - Dissertação de Mestrado de Walcir Fontanini sobre "SI-Hidro: Um Sistema de Informação para o Sistema Hidrelétrico Brasileiro". UNICAMP, Campinas, SP.
- 1995 - Concurso de Evolução funcional do docente Paulo Sérgio Franco Barbosa, Departamento de Engenharia Civil, UNICAMP.
- 1995 - Tese de Doutorado de Alfredo Pisani sobre "Avaliação dos Dados do Radar Meteorológico de São Paulo para Aplicação em Hidrologia", junto ao Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica

- 1996 - Dissertação de Mestrado (presidente da banca) de Ângela Ferraz sobre "Modelo Decisório para a Outorga de Direito de Uso da Água no Estado de São Paulo. Escola Politécnica da USP
- 1996 - Tese de Doutorado (presidente da banca) de Arisvaldo Mello sobre "Modelo Multiobjetivo para rotação de culturas de irrigação" junto a Escola Politécnica da USP
- 1996 - Tese de Doutora (presidente da banca) de Luis Antonio Villaça de Garcia sobre "Método Conjugado - Combinação dos Métodos Estatístico e Determinístico para a Determinação de Valores Máximos de Variáveis Hidrológicas", junto à Escola Politécnica da USP
- 1996 - Concurso de livre docência do prof. Dr. Mario Thadeu Leme de Barros junto ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP
- 1996 - Tese de Doutorado (Presidente da Banca) de Francisco Martinez Jr sobre "Aplicação de Instrumentos Econômicos a Gestão Ambiental: Introdução da Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo", junto ao Departamento de Engenharia Hidráulica da Escola Politécnica da USP.
- 1997 - Tese de Doutorado de Maria Eugênia Boscov sobre "Contribuição ao Projeto de Sistemas de Contenção de Resíduos Perigosos Utilizando Solos Lateríticos" junto ao Departamento de Estruturas e Fundações da Escola Politécnica da USP
- 1997 - Tese de Doutorado de Alberto Luiz Francato sobre "Contribuição ao Estudo das Propriedades Ótimas da Operação de Sistemas Hidroelétricos", junto ao Departamento de Engenharia Civil da UNICAMP.
- 1997 - Tese de Doutorado de Antenor Rodrigues Barbosa Jr sobre "Uso de Traçadores na Determinação de Parâmetros de Qualidade em Escoamentos Naturais de Água, junto ao Departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC-USP.
- 1997 - Exame de Qualificação de Sergio Saveg sobre "O Valor Econômico da Água e a Cobrança pelo seu Uso", junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP.
- 1998 - Tese de Mestrado de Maria Helena Domingues Ramos sobre "Drenagem Urbana: Aspectos Urbanísticos, Legais e Metodológicos em Belo

Horizonte", junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais

5. PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

- 1972 - I Simposio Nacional de Recursos Hídricos Subterrâneos. Escola de Engenharia de São Carlos. USP.
- 1973 - VII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária - ABES. Salvador. BA.
- 1978 - "New Perspectives on Safety of Dams" promovido por Stanford University e MIT. Stanford. California.
- 1979 - III Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH. Brasília. DF.
- 1981 - IV Simposio brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH. Fortaleza. CE.
- 1981 - International Symposium on Real Time Operation of Hydrosystems. University of Waterloo. Waterloo. Ontario, Canada.
- 1982 - I Encontro Brasileiro de Pesquisa em Recursos Hídricos e Saneamento. IPH. Porto Alegre.
- 1983 - V Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos - ABRH. Blumenau. SC.
- 1983 - Presidente de sessão técnica no "Encontro Luso Brasileiro de Modelação Matemática e Hidráulica e Hidrologia" promovido pela ABRH e APRH. Blumenau. SC.
- 1985 - VI Simposio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos e Simpósio Internacional sobre Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas - ABRH e IAHS (International Association of Hydrological Sciences). São Paulo.
- 1986 - Presidente de sessão técnica na "4th International Conference on River Basin Management" promovida pela International Association of Water Pollution Research and Control (IAWPRC). São Paulo.
- 1986 - I Congresso Interamericano de Meteorologia - SBMet e AMS (American Meteorological Society). Brasília. DF.

- 1987 - XXII Congress of IAHR, CAPES, julho, Lausanne, Suíça.
- 1987 - 14º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária - ABES - São Paulo.
- 1987 - VII Simposio Nacional de Hidrologia e Recursos Hidricos - ABRH, Salvador, BA.
- 1988 - 17th International Water Supply Congress - IWSA (International Water Supply Association), Rio de Janeiro.
- 1988 - Seminário "Propostas de Recursos Hidricos para a Nova Constituição do Estado de São Paulo", FUNDAP, São Paulo.
- 1988 - VIII World Water Congress - IWRA (International Water Resources Association), Julho, Ottawa, Canada.
- 1989 - Seminário Brasil-Japão em Hidráulica Fluvial, DAEE-SP, Janeiro, São Paulo, SP.
- 1989 - "Issues Identification and Management Workshop" promovido por ABRH, APRH e Colorado State University e patrocinado pela Tinker Foundation of New York, maio, Lisboa, Portugal.
- 1989 - I Congresso Brasileiro de Planejamento Energia, UNICAMP, Campinas, 8-12 maio.
- 1989 - Seminário "Amazonia: Facts, Problems and Solutions", USP/INPE, 31 julho - 2 agosto, São Paulo.
- 1989 - Relator da Sessão Técnica sobre Técnicas Hidrológicas no "International Colloquium on the Development of Hydrologic and Water Management Strategies in the Humid Tropics" promovido pela UNESCO, julho, Townsville, Australia.
- 1989 - Seminario Nacional de Gerenciamento de Recursos Hidricos, ABRH, Centrecon, Rio de Janeiro, 7-9 agosto.
- 1989 - I Encontro de Trabalho DAEE/PMSP, 26 setembro, São Paulo.
- 1989 - Seminario "Mudanças Climáticas: Seus Impactos e Possíveis Respostas Políticas", USP/INPE, São Paulo, 30-31 outubro.
- 1989 - I Seminario Nacional de Telemetria Aplicada a Administração dos Recursos Hidricos, outubro, Florianópolis, SC.

- 1991 - Seminário "Tópicos Seleccionados de Hidrologia", junho, Curitiba, PR.
- 1991 - 43ª Reunião Anual da SBPC "Tempestades Severas e Enchentes", SBPC, julho, São Paulo, SP.
- 1991 - Workshop "Risk Assessment Environmental Impact Assessment", julho, Rio de Janeiro, RJ.
- 1991 - Vale do Ribeira Cenários para o Desenvolvimento da Região, CESP, setembro, Registro, SP.
- 1991 - Working Group Meeting - International Hydrologic Program - UNESCO, 3-7 setembro, Viena, Austria.
- 1991 - Workshop "Meteorologia de Mesoescala", FINEP, setembro, São Paulo, SP.
- 1991 - IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e V Simpósio Luso-Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos, ABRH, novembro, Rio de Janeiro, RJ.
- 1991 - Seminário Estadual de Recursos Hídricos "Recursos Hídricos e o Município", ABRH, novembro, São Paulo, SP.
- 1992 - International Conference on Water and the Environment, United Nations, janeiro, Dublin, Irlanda.
- 1992 - Engineering Partnership for Sustainable Development, United Nations Plaza, 1-3 março, Nova York, E.U.A..
- 1992 - Joint Working Group Meeting - WCRP-IGBP, Goddard Space Flight Center - NASA, 18-20 junho, Washington, D.C., E.U.A..
- 1992 - Remote Sensing of the Land Surface for Studies of Global Change: Models, Algorithms and Experiments, ISLSCP-Americas Workshop, 23-26 junho, Columbia, MD, E.U.A..
- 1993 - VII Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Curitiba, PR.
- 1993 - Seminario Recursos Hídricos e o Saneamento Ambiental: Novos Conceito de Usuario Pagador, SES-SP, BID, Escola Politecnica, SP.
- 1993 - II Seminario Nacional de Drenagem Urbana, ABRH, Prefeitura de Porto Alegre, RS.

- 1991 - Seminário "Tópicos Seleccionados de Hidrologia", junho, Curitiba,PR.
- 1991 - 43ª Reunião Anual da SBPC "Tempestades Severas e Enchentes", SBPC, julho, São Paulo,SP.
- 1991 - Workshop "Risk Assessment Environmental Impact Assessment", julho, Rio de Janeiro,RJ.
- 1991 - Vale do Ribeira Cenários para o Desenvolvimento da Região, CESP, setembro, Registro,SP.
- 1991 - Working Group Meeting - International Hydrologic Program - UNESCO, 3-7 setembro, Viena, Austria.
- 1991 - Workshop "Meteorologia de Mesoescala", FINEP, setembro, São Paulo,SP.
- 1991 - IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e V Simpósio Luso-Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos, ABRH, novembro, Rio de Janeiro,RJ.
- 1991 - Seminário Estadual de Recursos Hídricos "Recursos Hídricos e o Município", ABRH, novembro, São Paulo,SP.
- 1992 - International Conference on Water and the Environment, United Nations, janeiro, Dublin, Irlanda.
- 1992 - Engineering Partnership for Sustainable Development, United Nations Plaza, 1-3 março, Nova York, E.U.A..
- 1992 - Joint Working Group Meeting - WCRP-IGBP, Goddard Space Flight Center - NASA, 18-20 junho, Washington, D.C., E.U.A..
- 1992 - Remote Sensing of the Land Surface for Studies of Global Change: Models, Algorithms and Experiments, ISLSCP-Americas Workshop, 23-26 junho, Columbia, MD, E.U.A..
- 1993 - VII Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Curitiba, PR
- 1993 - Seminario Recursos Hídricos e o Saneamento Ambiental: Novos Conceito de Usuario Pagador, SES-SP, BID, Escola Politecnica, SP
- 1993 - II Seminario Nacional de Drenagem Urbana, ABRH, Prefeitura de Porto Alegre, RS

- 1993 - II workshop sobre Telemetria e Sensoriamento Remoto com Aplicações em Hidrologia e Meteorologia, Curitiba, PR
- 1993- Seminario Ensino e Pesquisa de Recursos Hidricos no Brasil, Centro Politecnico - U FPR, Curitiba, PR
- 1993- Simposio Internacional sobre Aspectos Ambientais da Bacia do Prata, Instituto Acqua, Foz do Iguaçu, PR
- 1993 - Fourth Joint International Conference in Hydrology, UNESCO -WMO ICSU, Paris, França (convidado especial)
- 1994 -VI Simposio Luso-Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hidricos, ABRH -APRH, Lisboa, Portugal
- 1994 - Seminario de Hidráulica Computacional Aplicada a Problemas de Drenagem Urbana, Escola Politécnica, SP
- 1994- Seminario Recursos Hidricos, Saneamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Metropolitano, Instituto de Engenharia, SP
- 1994 - II Encontro Plano Integrado de Aproveitamento e controle dos Recursos Hidricos das Bacias do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista, CETESB, SP
- 1994 - 46ª Reunião Anual da SBPC, Vitória, ES
- 1994 - VIII World Water Congress, International Water Resources Association, IWRA, Cairo, Egito
- 1995 - Seminario Tendências no Ensino da Engenharia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR
- 1995 - Primer Seminario de Organismos de Cuencas Hidricas del Mercosur, Chile y Bolivia, San Carlos de Bariloche, Argentina
- 1995 - Seminario Franco Brasileiro de Gestão em Recursos Hidricos, Curitiba, PR
- 1995- Workshop Franco-Brasileiro de Previsão de Tempo em Meso Escala: Monitoramento e Modelagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL
- 1996 - International Symposium on the Hydrology of the Humid Tropics, IAHS, Kingston, Jamaica

- 1996 - International Shiga Forum of Science and Technology, Otsu, Japão
- 1996 - Workshop sobre Avaliação de Recursos Hídricos, ABRH, Salvador, BA
- 1997 - Latin American Water Forum - IWRA/ABRH, na qualidade de organizador do evento, São Paulo, SP
- 1997 - Seminário Internacional sobre el Manejo de los Recursos Hídricos com palestrante na mesa redonda "Problemas de Cantidad del Agua", Universidad Autonoma del Estado de Mexico, Toluca, Mexico
- 1997 - International Symposium on Water, the City and Urban Planning, UNESCO, La Academie de L'Eau, Paris, França
- 1997 - III Seminário Nacional de Drenagem Urbana, ABRH, na qualidade de organizador do evento, Curitiba, PR
- 1997 - X World Water Congress - International Water Resources Association - IWRA, na qualidade de presidente eleito da Associação e keynote speaker, Montreal, Canada
- 1997 - XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, ABRH, na qualidade de palestrante de mesa redonda e presidente do comitê científico do evento, Vitória, ES
- 1998 - IV International Symposium on Hydrologic Applications of Weather Radar, Hydrologic Engineering Center, San Diego, CA
- 1998 - International Workshop on Nonstructural Flood Control in Urban Areas, UNESCO, WMO, ABRH, IWRA, na qualidade de organizador do evento, São Paulo, SP
- 1998 - International Conference on World Water Resources at the Beginning of the XXI Century - Water: A Looming Crisis ?, UNESCO, Paris na qualidade de presidente de seção técnica sobre Extremos Hidrológicos
- 1988 - International Seminar on Water: Legal and Regulatory Issues - CEPMLP - University of Dundee, Escócia

6. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES DE ASSESSORIA CIENTÍFICA

- 1979 - Coordenador do Convênio DAEE/FDTE para desenvolvimento de pesquisa na área de processos estocásticos e simulação em Hidrologia, São Paulo

- 1983 a 1989 - Presidente do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Engenharia - Caderno de Recursos Hídricos, CNPq/ABRH, Rio de Janeiro.
- 1982/atual - Membro do Conselho Deliberativo da Revista Brasileira de Engenharia - CNPq, Rio de Janeiro.
- 1983/atual - Consultor da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação e Cultura para assuntos ligados ao desenvolvimento de recursos hídricos e hidrologia, Brasília, DF.
- 1983/atual - Membro do "Working Group on Modeling and Statistics" da American Water Resources Association, E.U.A..
- 1982 a 1983 - Revisor da revista "Water Resources Research" da American Geophysical Union, E.U.A..
- 1983/atual - Coordenador da sub-área de Recursos Hídricos no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.
- 1984 - Coordenador do Convênio DAEE/FDTE/FIPEC para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Rede Telemétrica do Ribeira do Iguaçu", São Paulo.
- 1984/atual - Pesquisador associado do CEPAS (Centro de Pesquisa de Aguas Subterrâneas) do Instituto de Geociências da USP, São Paulo.
- 1985 - Representante do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária na Comissão para Integração do Currículo da Engenharia Civil na Escola Politécnica da USP-São Paulo.
- 1985/atual - Representante brasileiro junto ao "International Committee on Remote Sensing and Data Transmission for Hydrology" da "International Hydrological Sciences Association (IAHS)".
- 1985 - Presidente do comitê científico organizador do VI Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos e do Simpósio Internacional sobre Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas, São Paulo.
- 1987 - Membro da comissão de inspeção para homologação do curso de pós-graduação em recursos hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais - CAPES.
- 1988/atual - Assessor Científico da FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo).

- 1988 - Assessor da FINEP para análise de programas de pesquisa junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- 1988 - Membro da comissão de revalidação do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Campina Grande, PB - MEC.
- 1989 - Presidente do Comitê Científico Organizador do VIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, ABRH - Foz do Iguaçu, PR.
- 1990 - Membro do Corpo de Consultores do DNAEE, DNAEE, Brasília, DF.
- 1990 - Membro do Corpo Consultivo, Revista Brasileira de Meteorologia, SBMET, São Paulo, SP.
- 1991 - 1995 Membro do Comitê Internacional do Programa Hidrológico Internacional para estudos de Mudanças Globais, UNESCO, Paris, França.
- 1991 - Membro do Comitê Internacional Para preparação da V fase do PHI (1995-2000), UNESCO, Paris, França.
- 1994 - atual Membro do Comitê Assessor do CNPq em Engenharia Civil e Coordenador da área de Engenharia Sanitária
- 1995 - Membro do comitê editorial da International Hydrology Series da UNESCO - Cambridge University Press
- 1996 - Rapporteur do programa de medidas não estruturais para controle de cheias do Programa Hidrológico Internacional da UNESCO, Paris
- 1996 - Consultor da Revista Brasileira de Tecnologia e Ciência
- 1996 - Membro do "Governing Board" do Centro del Agua del Tropico Humedo para America Latina e Caribe, sob os auspícios da UNESCO e do Governo do Panama
- 1996 - Membro do "International Advisory Committee" da "1st International Conference on RiverTech 96, IWRA, Chicago
- 1996 - Membro do Comitê Assessor do CNPq para Engenharia Ambiental
- 1997 - Presidente da Comissão proponente do SIMHESP - Sistema Hidrometeorológico do Estado de São Paulo, a convite do Secretario de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

1997 - Membro da Comissão de Estudos do efeito do El Niño nos recursos hídricos do Estado de São Paulo a convite do Governador do Estado

VI. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE DISCÍPULOS

1. ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

- 1984 - Orientador de MIRIAM RITA MORO MINE na dissertação "Modelos Estocásticos Lineares para Previsão de Cheias em Tempo Real" - defendida e aprovada em 05.09.84, Escola Politécnica, São Paulo.
- 1986 - Orientador de ANDRÉ LUIS LIMA REDA na dissertação "Regionalização do Hidrograma Unitário Sintético no Estado de São Paulo". defendida e aprovada em 20.06.86, Escola Politécnica, São Paulo.
- 1986 - Orientador de MARCOS DE LACERDA PESSOA na dissertação "Previsão de Vazões Através de Radar Meteorológico". defendida e aprovada em 21.08.86, Escola Politécnica, São Paulo.
- 1986 - Orientador de PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA na dissertação "Planejamento e Operação de Sistema de Reservatórios Múltiplos para Geração Hidroelétrica". defendida e aprovada em 15.08.86, Escola Politécnica, São Paulo.
- 1987 - Orientador de NILSON GUIGER JUNIOR na dissertação "Poluição por Aterro Sanitário: Uma Abordagem Analítico-Experimental", defendida e aprovada em 20.05.87, Escola Politécnica, São Paulo.
- 1991 - Orientador de PAULO TAKASHI NAKAYAMA na dissertação sobre operação de curto prazo para sistemas de reservatórios em tempo real, defendida em 04.05.91.
- 1991 - Orientador de FRANCISCO MARTINEZ JR. na dissertação sobre alocação de custos em obras de múltiplos usos em recursos hídricos, defendida em 26.08.91.
- 1992 - Orientador de ANGELA REZENDE GARCIA FERRAZ na tese sobre sistema de suporte a decisão para outorga de direito de uso da água, defendida em 28.06.96.

2. ORIENTAÇÃO DE TESES DE DOUTORADO

- 1990 - Orientador de PAULO SERGIO FRANCO BARBOSA na tese sobre operação de reservatórios com múltiplos objetivos, defendida em 11.10.90
- 1991 - Orientador de FRANCISCO MARTINEZ JR. na tese sobre cobrança pelo uso da água, defendida em 16.12.97
- 1993 - Orientador de ARISVALDO V. MELLO JR. na tese sobre otimização de sistemas de irrigação, defendida em 12.2.96
- 1993 - Orientador de PAULO TAKASHI NAKAYAMA, na tese sobre a previsão de chuvas com radar meteorológico e rede telemétrica, em andamento
- 1996 - Orientado de LUIS ANTONIO VILLAÇA DE GARCIA, na tese sobre Método conjugado - combinação dos métodos estatístico e determinístico para a determinação de valores máximos de variáveis hidrológicas, defendida em 12.12.96

VII. ATIVIDADES DE CRIAÇÃO DE EVENTOS E ENTIDADES

- 1981 - Criador da Disciplina PHD-739 Modelos Matemáticos em Hidrologia e Recursos Hídricos dentro do programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.
- 1981 - Criador da Disciplina PHD-740 Modelos Matemáticos em Hidrologia e Recursos Hídricos dentro do programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.
- 1982 - Criador da Disciplina PHD-849 Hidrologia Estatística dentro do programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.
- 1982 - Criador da Disciplina PHD-848 Hidrologia Estocástica dentro do programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.
- 1983 - Criador da Disciplina PHD-844 Técnicas de Otimização Aplicadas a Recursos Hídricos dentro do Programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.

- 1985 - Criador do Seminário Internacional de Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas sob os auspícios da IAHS, São Paulo.
- 1985 - Membro instituidor da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica - FCTH em objetivos de desenvolvimento da Hidrologia, Hidráulica e Recursos Hídricos, São Paulo.
- 1987 - Criador do curso "Optimization of Large Scale Water Resources Systems" juntamente com William Yeh e Leonard Becker, São Paulo.
- 1988 - Criador do "I International Short Course on Water Resources Systems Analysis" juntamente com William Yeh e Leonard Becker, São Paulo.
- 1990 - Criador do Seminário Internacional Gerenciamento da Água na Amazônia, 6-10 agosto, sob os auspícios da UNESCO e UNEP, Manaus, AM.
- 1991 - Organizador do IX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e do V Simpósio Luso-Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos, sob os auspícios da ABRH, Rio de Janeiro.
- 1991 - Criador da Disciplina PHD-741 Análise Sistemática Ambiental dentro do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da EPUSP, São Paulo.
- 1995 - Organizador do III International Symposium on Hydrological Applications of Weather Radars, sob os auspícios da ABRH, IAHS e IWRA, São Paulo.
- 1997 - Organizador do III Simpósio Brasileiro de Drenagem Urbana sob os auspícios da ABRH, Curitiba, PR.
- 1997 - Criador do Latin American Water Forum, juntamente com o Prof. Asit K. Biswas, sob os auspícios da ABRH/CNPq.
- 1998 - Criador do International Workshop on Nonstructural Flood Control in Urban Areas, sob os auspícios da UNESCO e WMO.
- 1998 - Criador do Curso Internacional "A systems approach to creative water resources engineering", promovido pela International Water Resources Association e Centro Tecnológico de Hidráulica - DAEE/USP, São Paulo, SP.
- 1998 - Criador do Curso Internacional "Optimal Water Resources Management", promovido pela IWRA/FCTH/USP/DAEE, São Paulo, SP.

VIII. ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE APOIO À COMUNIDADE

1. CARGOS DE DIREÇÃO OCUPADOS E PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

- 1973 - Engenheiro da Divisão de Planejamento de Recursos Hídricos da Diretoria de Planejamento e Controle do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).
- 1973 - Membro da equipe de fiscalização do DAEE no projeto SIGEP - Sistema integrado para Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Piracicaba junto ao consórcio Carlo Lotti, Planidro S/A.
- 1973 - Membro da equipe de hidrometeorologia do Projeto de Água Subterrânea do Estado de São Paulo com trabalhos de campo para verificação de instalação de postos pluviométricos fluviométricos e estações hidrometeorológicas.
- 1974 - Membro da comissão de acompanhamento ao Contrato Hidráulica Fluvial entre o DAEE, LNEC e Sondotécnica S/A.
- 1975 - Engenheiro Encarregado de Setor da Seção de Planejamento Técnico e Econômico da Diretoria de Planejamento e Controle do DAEE.
- 1976 - Engenheiro Chefe de Seção de Planejamento Técnico e Econômico da Diretoria de Planejamento e Controle do DAEE.
- 1979 - Assistente da Superintendência do Departamento de Águas e Energia Elétrica do DAEE.
- 1983 - Diretor da Divisão de Hidrologia do Centro Tecnológico de Hidráulica.
- 1984 - Membro da comissão DAEE/FAPESP/IAG/FEB para análise da institucionalização do projeto de implantação de radares meteorológicos no Estado de São Paulo (RADASP II) no âmbito do DAEE.

2. ATIVIDADES DE APOIO À COMUNIDADE

- 1973 - Implantação de modelos matemáticos do ciclo hidrológico, cálculo de evaporação potencial, processamento de dados hidrometeorológicos, para o Projeto de Água Subterrânea do Estado de São Paulo visando a

determinação do potencial hídrico subterrâneo da 6ª região administrativa do Estado de São Paulo.

- 1974 - Processamento de dados nas áreas de irrigação e Análise Econômica no Diagnóstico do Plano de Irrigação do Estado de São Paulo realizado pelo Consórcio DAEE, Master e MRT Consulting Engineers Ltda.
- 1975 - Coordenação da Implantação do Banco de Dados (IBM/370) mod. 168) para tratamento de informações de água subterrânea, do sistema de Informações Hidrológicas Subterrâneas do DAEE visando o cadastramento de toda a rede de poços profundos do Estado de São Paulo.
- 1976 - Hidrologia da bacia do reservatório Guarapiranga São Paulo visando o controle de enchentes através de modelos matemáticos do ciclo hidrológico, DAEE.
- 1978 - Desenvolvimento e implantação de modelo para geração multivariada de vazões médias mensais, HYDROCOMP, Palo Alto, Califórnia.
- 1979 - Consultor técnico junto a Rede Telemétrica da secretaria de Obras e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo para estudos de previsão de enchentes em tempo-real.
- 1979 - Projeto de Águas Subterrâneas das Regiões Administrativas 4 e 5 do Estado de São Paulo com trabalhos de organização dos estudos de Hidrologia e Análise de Sistemas, 1979.
- 1980 - Membro da Equipe Técnica Consultiva no Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (MINTER/DNAEE) para estudos do desenvolvimento integrado da bacia daquele rio.
- 1980 - Hidrologia da bacia do Alto Tietê para estudo da influência das obras do Parque Ecológico do Tietê no regime natural da bacia DAEE/PROMON.
- 1980 - Coordenador do Grupo de trabalhos da Rede Telemétrica do Centro Tecnológico de Hidráulica do DAEE com responsabilidade pela implantação da rede de telemetria da bacia do Alto Tietê.
- 1981 - Modelo matemático hidrodinâmico para análise de alternativas operacionais das barragens e estruturas hidráulicas do Alto Tietê a montante do reservatório de Edgard de Souza, São Paulo.
- 1981 - Desenvolvimento e implantação do banco de dados hidrometeorológicos

- 1981 - Coordenador do grupo de acompanhamento técnico de controle de enchentes do projeto SANESP para o planejamento integrado dos recursos hídricos da região metropolitana de São Paulo CNEC/CESP/ELETROPAULO/SABESP.
- 1981 - Consultor em Hidrologia no Estudo de Águas Subterrâneas - Região Administrativa 5 - Campinas para o Consórcio DAEE/TAHAL.
- 1982 - Desenvolvimento de modelo de otimização para expansão da capacidade do Sistema Juquiá para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (em conjunto com o Prof. William Yeh da U.C.L.A.).
- 1982 - Modelo matemático hidrodinâmico da bacia do Rio Ribeira do Iguape para análise de alternativas de rebaixamento da barragem do Valo Grande, São Paulo.
- 1983 - Hidrologia da bacia urbana do Ribeirão dos Meninos e vazão de projeto para a obra de retificação e canalização, São Paulo.
- 1983 - Modelo de gerenciamento de águas ("Water Management System") para a planta do consórcio Alumar (Alcoa/Billiton). São Luis do Maranhão.
- 1983 - Assessoria técnica na implantação do sistema de previsão de cheias na região metropolitana de São Paulo através do radar meteorológico. DAEE/FAPESP/FEB.
- 1984 - Consultor da HIDROSERVICE - Engenharia e Projetos com trabalhos no desenvolvimento de modelos matemáticos de Simulação hidrológica, hidro-agrícola e de operação sistemas de reservatórios para o "Projeto Sertanejo" - SUDENE.
- 1984 - Consultor da HIDROSERVICE - Engenharia e Projetos nos estudos estatísticos para definição da cheia de projeto do aproveitamento hidroelétrico (Brasil Argentina) de Garabi no rio Uruguai.
- 1984 - Consultor da NATRON - Engenharia e Projetos no desenvolvimento de modelo estocástico de previsão de totais mensais de precipitação para operação da planta industrial do consórcio ALUMAR em São Luis do Maranhão.
- 1984 - Consultor do CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores no desenvolvimento de modelo matemático de previsão de cheias em tempo-real para cidade de Blumenau, Santa Catarina.

- 1985 - Consultor do CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores no desenvolvimento de Sistemas de Alerta as inundações do Vale do Rio Doce para DNAEE/DCRH.
- 1985 - Consultor da FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia na revisão do sistema de previsão de vazões da CESP (Companhia Energética de São Paulo) com vistas a sua otimização.
- 1985 - Consultor da FURB - Fundação Educacional da Região de Blumenau para implantação de um sistema de alerta as inundações do Vale do Rio Itajaí-Açu, Santa Catarina.
- 1985 - Consultor da CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais para implantação de modelos matemáticos hidrológicos em micro-computadores junto ao DNAEE/DCRH, São Paulo.
- 1986 - Consultor da FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia no desenvolvimento de um modelo de previsão de vazões e operação do sistema de reservatórios do médio Tietê em tempo-real para a CESP (Companhia Energética de São Paulo).
- 1986 - Consultor da HIDROSERVICE no projeto conjunto Brasil/Argentina com o desenvolvimento e implantação de um modelo matemático hidrodinâmico para simulação de cheias do Rio Uruguai com vista e definição do vertedor da barragem de Garabi, São Paulo/Buenos Aires.
- 1987 - Estudo do Sistema de Drenagem Urbana da Cidade de Poços de Caldas, PMPC/FCTH.
- 1987 - Estudo de Regionalização de Vazões Mínimas para o Estado de São Paulo, PRONI/FCTH.
- 1987 - Estudo de Regionalização de Vazões Mínimas para o Estado de Mato Grosso do Sul, PRONI/FCTH.
- 1987 - Consultor da HIDROSERVICE no projeto CARAIBAS para a CHESF (Centrais Hidroelétricas do São Francisco) com vistas ao desenvolvimento e aplicação de um modelo hidrodinâmico para simulação do comportamento do sistema de irrigação, São Paulo.
- 1987 - Consultor da HIDROCONSULT nos estudos hidrológicos para disponibilidade de água nas alternativas de localização do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro para a COPERJ (Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro.

- 1987 - Desenvolvimento de um sistema de previsão hidrológica em micro computador PC/XT para o aproveitamento hidroelétrico de Serra da Mesa no Rio Tocantins para FURNAS - Centrais Elétricas/FCTH, São Paulo.
- 1987 - Consultor da HIDROCONSULT no desenvolvimento e implantação de um modelo decisório de múltiplos objetivos para escolha da alternativa ótima de localização do polo Petroquímico do Rio de Janeiro para a COPERJ (Companhia do polo Petroquímico do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro.
- 1988 - Modelagem hidrodinâmica do Reservatório de Anta no Rio Paraíba do Sul com vistas a análise de possibilidade de transporte de sedimentos por operação de comportas para FURNAS - Centrais Elétricas, Rio de Janeiro.
- 1988 - Consultor da FDTE no desenvolvimento de Modelo matemático para operação em tempo-real do reservatório de Guarapiranga com vistas a melhoria da eficiência do Sistema de Abastecimento de Água de São Paulo para SABESP, São Paulo.
- 1988 - Consultor da HIDROSERVICE para o Projeto CARAIBA da CHESF (Centrais Elétricas de São Francisco) no desenvolvimento de modelo de otimização da operação de canais de irrigação. São Paulo.
- 1988 - Consultor da HIDROCONSULT no projeto SANENTORNO para a SANEAGO (Saneamento de Goiás) com desenvolvimento de modelos hidrológicos e análise regional de disponibilidade de água para abastecimento dos municípios do entorno de Brasília. Goiânia.
- 1988 - Consultor da HIDROCONSULT no projeto da Barragem do Ribeirão João Leite para abastecimento de água de Goiânia com vistas a determinação de seu volume útil e capacidade do extravazador. Goiânia.
- 1989 - Consultor da FDTE no projeto de melhoria do sistema de operação da barragem de Guarapiranga para a SABESP através do desenvolvimento de um Expert System.
- 1989 - Consultor da JNS Engenharia para desenvolvimento de operação dos reservatórios do sistema Cantareira em tempo-real no sentido de compatibilização de objetivos conflitantes no vale do Piracicaba e Região Metropolitana de São Paulo.
- 1991 - Coordenador do projeto de pesquisa UNESCO/UNEP sobre efeito do desmatamento no ciclo hidrológico. Marabá, PA.

- 1992 - Consultor da CESP - Cia. Energetica de São Paulo no desenvolvimento do projeto SISCOP - Sistema Otimizado de Operação de Reservatórios visando a otimização do sistema hidroelétrico sul/sudeste brasileiro
- 1995 - Consultor do Instituto Acqua na área de ecossistemas aquáticos. Rio de Janeiro, RJ
- 1997 - Consultor da Esteio - Aerolevantamentos e Engenharia em estudos de modelagem hidrodinâmica para verificação do sistema da drenagem urbana do Rio Ivo na região central da cidade de Curitiba, PR para a Prefeitura Municipal de Curitiba, PR
- 1997 - Consultor da Esteio - Aerolevantamentos e Engenharia em estudos hidrologicos para determinação das vazões de cheia do Ribeirão Atuba e estudos de drenagem urbana do bairro Cajuru na cidade de Curitiba, PR para a Prefeitura do Município de Curitiba, PR
- 1998 - Consultor da SABESP no projeto Otimização da Operação dos Sistemas Produtores da Região Metropolitana de São Paulo, Convênio Depto. de Engenharia Hidráulica - EPUSP/SABESP - São Paulo, SP
- 1998 - Consultor do Consórcio ICF-KAISER e LOGOS Engenharia nos estudos hidrologicos regionais de vazões médias, mínimas e máximas do Rio Paraíba do Sul para a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
- 1998 - Modelo de Decisão Multiobjetivo para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul para o comitê de bacia hidrográfica do Paraíba do Sul - Consorcio Kaiser/Logos para a Secretaria de Recursos Hídricos de São Paulo
- 1998 - Consultor da SABESP no projeto Otimização da Operação dos Sistemas Produtores da Região Metropolitana de São Paulo, Convênio Depto. de Engenharia Hidráulica - EPUSP/SABESP - São Paulo, SP

IX. DIVERSOS

1. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO CIENTÍFICAS E PROFISSIONAIS

- 1977 - atual - American Geophysical Union (AGU), Membro.
- 1979 - atual - American Water Resources Association (AWRA), Membro do Working Group on Modeling and Statistics.

1979 - atual - Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos (ABRH),
Membro Diretor, 1981-1983, Editor da Revista Brasileira de Engenharia-
Caderno de Recursos Hídricos, 1984/1989, Presidente 1989-1991.

1980 - atual - Instituto de Engenharia, Membro.

1980 - atual - American Society of Civil Engineers (ASCE), Membro.

1985 - International Water Resources Association (IWRA), Fellow, Diretor 1985
- 1991. Presidente do "Awards Committee" 1991 - 1994. 1994 - 1997 -
Vice-Presidente da Associação. 1998 - atual - Presidente

1989 - atual - Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMet), Membro.

1990 - atual - International Hydrological Sciences Association - IAHS, Membro

2. CONHECIMENTO DE IDIOMAS

- Inglês (lê, fala, escreve)
- Espanhol (lê)
- Francês (lê)
- Italiano (lê)

São Paulo, agosto de 2000

1-A OUTROS DADOS

RG: 3.415.725 - SSP/SP

CIC: 550.602.698-68

CREA: 39.212/d - 6ª Região

ISS-SP: 8.504.035-5

INPS: 11213250484

CONTA BANCÁRIA: BANESPA - Ag. Bonfiglioli 0658
cc: 92-07535-2

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM
Nº 170, DE 2000
(Nº 1.178/2000, na origem)

Mensagem nº 1.178

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com a alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com os arts. 9º e 22 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor **MARCOS AURÉLIO VASCONCELOS DE FREITAS**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos.

O Senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 25 de agosto de 2000.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**Marcos Aurélio Vasconcelos de
Freitas**

Experiência

Desde fevereiro 1998 – Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
Brasília – DF

Superintendente de Estudos e Informações Hidrológicas.

Coordenador dos Trabalhos da rede hidrometeorológica nacional –
ANEEL/MME

- Monitoramento hidrométrico em 3.277 pontos em todo o território nacional. 177 em tempo real por satélite.

Responsável pela estruturação do sistema de monitoramento hidrológico em tempo real de usinas hidrelétricas brasileiras.

Contra-parte técnica do Brasil no Comitê Intergovernamental de Coordenação da Bacia do Prata.

Membro do Conselho Coordenador do Projeto de Hidrologia da Bacia Amazônia – HIBAM (ANEEL, IRD, MCT, UnB).

Desde março 1998

**Representante da ANEEL no Comitê de Bacia do Vale do Paraíba – CEIVAP
Editor da Série Estudos e Informações Hidrológicas e Energéticas – ANEEL e Parcerias (14 títulos em CD ROM já lançados).**

Desde junho 1998

Assessor hidrológico brasileiro junto à Organização Mundial de Meteorologia – OMM.

Desde outubro 1998

Diretor da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético – SBPE.

Desde dezembro 1998

Diretor Técnico do Programa de Monitoramento e Georreferenciamento Hidrológico para Fins Energéticos – ANEEL/OMM (OMM 001/98).

Desde janeiro 1999

Diretor Técnico do Programa de Mudança do Clima no Âmbito do Setor Elétrico Brasileiro – ANEEL/MCT/PNUD (PNUD BRA/95/G-31B).

Junho 1999

Editor da publicação “Estado das Águas no Brasil – 1999”, ANEEL, Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – SRH/MMA, Ministério de Minas e Energia – MME, PNUD, OMM, ABRH.

Dezembro de 1999

Coordenador do Site: <http://hidroweb.aneel.gov.br> – Maior Banco de Dados Hidrológicos do Brasil, Documentos em Energia, Meio Ambiente e Recursos Hídricos em HTML; Mapas das Bacias Hidrográficas Brasileiras.

Desde janeiro 2000

Diretor da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH

**Outras informações
profissionais**

Outubro 1999

Aprovado em concurso para professor adjunto de Planejamento Energético e Planejamento Ambiental do PPE/COPPE/UFRJ.

Maio de 1997 a janeiro de 1998

Secretário Executivo do Centro Nacional de Referência em Biomassa – CENBIO.

- Órgão ganhador do Prêmio Proteção Climática Mundial do EPA – US (*Environmental Protection Agency* dos Estados Unidos), o CENBIO é uma iniciativa conjunta da USP, Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT e o *Biomass Users Network* (BUN).

Abril 1997 a janeiro 1998

Professor Visitante do Departamento de Engenharia Elétrica e do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade do Amazonas.

Julho de 1997

Aprovado em concurso para professor adjunto de Geografia Física em Climatologia. Departamento de Geografia – Universidade de Brasília.

Maio 1995 a setembro 1997.

Secretário Executivo Adjunto da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Setembro 1994 a abril 1997

Professor visitante da COPPE-UFRJ.

Outubro 1989 a agosto 1994

Pesquisador Associado do *Centre International de Recherches sur Environnement et Développement – CIREN*, Paris - França.

1986-1987

Pesquisador da Secretaria de Planejamento do Amapá (SEPLAN-AP), Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro – PMEB (MME), Macapá – AP.

1987-1989

Pesquisador em Energia e Meio Ambiente da COPPE/UFRJ –ênfase sobre a Amazônia.

Pesquisador em Energia e Meio Ambiente da COPPE/UFRJ –ênfase sobre a Amazônia.

Março de 1982 a 1984

Pesquisador de Iniciação Científica do Departamento de Geografia - UFRJ, Geografia Agrária, Rio de Janeiro - RJ.

Março a agosto 1983

Pesquisador de Iniciação Científica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Geografia Agrária, Rio de Janeiro –RJ.

Março de 1982 a dezembro de 1999

78 trabalhos publicados (ver anexo):

- 12 livros (6 como co-autor, 6 como editor);
- 12 capítulos de livro;
- 7 artigos em revista (4 internacionais);
- 32 artigos em congressos e seminários científicos;
- 8 resumos em encontros científicos;
- 7 relatórios técnico-científicos.

Janeiro de 1997 a junho de 2000

18 trabalhos em mídia digital (ver anexo)

Formação

1980–1983 UERJ Rio de Janeiro - RJ

- Bacharelado em Geografia.

1985-1988 COPPE/UFRJ Rio de Janeiro – RJ

- Mestrado em Ciências em Engenharia Nuclear e Planejamento Energético.

1989-1990 EHESS França

- Especialização de DEA (Diplome d'Études Approfondies – 360h) em Economia, Meio ambiente e Sociedades.

1990-1994 EHESS França

- Doutorado em Ciências em Economia do Meio Ambiente.

Áreas de Trabalho

Gestão de Recursos Hídricos.
Monitoramento Hidrológico.

Recursos Hídricos, Energia e Meio Ambiente na Amazônia.
Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Hidrologia, Energia e Meio Ambiente.
Planejamento Energético e Ambiental.
Uso do Solo e Biomassa dos Trópicos.

Dados Pessoais

Idade – 38 anos
Data de Nascimento – 22/08/1962
Naturalidade – Rio de Janeiro – RJ
Filiação – Canagê Martins de Freitas e Vera Carlinda Vasconcellos de Freitas
Estado Civil – Casado
Endereço – SQS 107 Bl. K AP. 301 – Brasília – DF CEP: 70354110
Telefone – (61) 244-7387
Celular – (61) 9970-0524
Registro Geral: IFP-RJ 04899960-1
CPF: 720938387 53

ANEXO**CURRICULUM VITAE****TRABALHOS PUBLICADOS
(1982-2000)****ÍNDICE**

PUBLICAÇÕES E ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	3
LIVROS	3
CAPÍTULOS EM LIVROS	4
ARTIGOS EM REVISTAS	4
ARTIGOS EM CONGRESSOS	5
RESUMOS EM CONGRESSOS	7

RELATÓRIOS TÉCNICOS	8
MONOGRAFIAS E TESES DEFENDIDAS E PUBLICADAS	8
TRABALHOS EM MÍDIA DIGITAL (CD ROM)	9
TRABALHOS EM MÍDIA DIGITAL (INTERNET)	10

PUBLICAÇÕES E ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Resumo - 78 trabalhos publicados: 12 livros (6 como co-autor, 6 como editor); 12 capítulos de livro; 7 artigos em revista (4 internacionais), 32 artigos em congressos e seminários científicos; 8 resumos em encontros científicos; 7 relatórios técnico-científicos.

LIVROS

1. Freitas, M. A. V., (ed.) (1999). **"Estado das Águas no Brasil - 1999 - Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos"**. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - SRH/MMA e Organização Meteorológica Mundial - OMM, Brasília, junho de 1999, 334 páginas.
2. Freitas, M. A. V., Rosa, L. P. & Moreira, J. R. (ed.) (1997). **"Biomassa Potenciais para um Política de Desenvolvimento Regional"**. CENBIO/IEE-USP, São Paulo, setembro, 300 páginas. (livro em CD Room).
3. Guerra, H. N. & Freitas, M. A. V. (ed.) (1997). **"Perspectivas Energéticas para o Desenvolvimento Sustentável do Amazonas"**. Manaus, Rio de Janeiro, junho, 140 páginas.
4. Freitas, M. A. V. e Dutra, L. E. D. (ed.) (1997). **"Pesquisas Recentes em Energia, Meio Ambiente e Tecnologia"**. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, junho, 140 páginas.
5. Cecchi, J. C. coord., Freitas, M. A. V. et al. (1997). **"Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro - 1980-1995"**. Comissão Especial da Matriz Energética Estadual - CEMEE-RJ, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia - SCT/RJ, novembro, 150 páginas.
6. Cecchi, J. C. coord., Freitas, M. A. V. et al. (1997). **"Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro - Resumo Executivo"**. Comissão Especial da Matriz Energética Estadual - CEMEE-RJ, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro - SECTEC/RJ, fevereiro, 159 páginas.
7. Cecchi, J. C. coord., Freitas, M. A. V. et al. (1997). **"Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro - 1994-2004"**. Comissão Especial da Matriz Energética Estadual - CEMEE-RJ, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro - SECTEC/RJ, janeiro, 476 páginas.
8. Cecchi, J. C. coord., Freitas, M. A. V. et al. (1995). **"Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro - 1980-1994"**. Comissão Especial da Matriz Energética Estadual - CEMEE-RJ, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia - SCT/RJ, novembro, 150 páginas.
9. Pinguelli Rosa, L., Rodrigues, M. G. & Freitas, M. A. V. (ed.) (1990). **"Planejamento Energético e Impactos Sócio-Ambientais na Amazônia"**. Tópicos em Ciência e Tecnologia, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto, 150 páginas.
10. Freitas, M. A. V., Papaléo, B. & Sodré, J. C. (1987). **"Levantamento de Potencialidades Energéticas do Amapá - 1986"**. Secretaria de Planejamento do Amapá - SEPLAN/AP, Macapá, março, 46 páginas.
11. Freitas, M. A. V., Papaléo, B. & Sodré, J. C. (1986). **"Diagnóstico do Sistema Energético do Amapá"**. Secretaria de Planejamento do Amapá - SEPLAN/AP, Macapá, dezembro, 107 páginas.
12. Freitas, M. A. V., Papaléo, B. & Sodré, J. C. (1986). **"Balanço Energético do Amapá - 1980-1984"**. Secretaria de Planejamento do Amapá - SEPLAN/AP, Macapá, ps., dezembro, 89 páginas.

CAPÍTULOS DE LIVRO

1. Ferreira, R. S. A., Freitas, M. A. V., et al. (2000). **"Política de Recursos Hídricos: Eficiência de Geração do Setor Elétrico"** in *Interfaces da Gestão de Recursos Hídricos – Desafios da Lei das Águas 1997*. SRH/MMA, Banco Mundial e UNESCO, Brasília, março de 2000, páginas 324-340.
2. Freitas, M. A. V., e Santos, A. H. M. (1999). **"Importância da Água e da Informação Hidrológica"** in *Estado das Águas no Brasil – 1999 – Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos*. ANEEL, SRH/MMA, Organização Meteorológica Mundial – OMM, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Brasília, junho de 1999, páginas 13-16.
3. Silveira, C. A., Freitas, M. A. V., et al. (1999). **"Água e Energia Elétrica"** in *Estado das Águas no Brasil – 1999 – Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos*. ANEEL, SRH/MMA, OMM, PNUD, Brasília, 06/1999, pp. 103-115.
4. Ávila, C., Freitas, M. A. V., et al. (1999). **"Geoprocessamento da Informação Hidrológica"** in *Estado das Águas no Brasil – 1999 – Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos*. ANEEL, SRH/MMA, OMM, PNUD, Brasília, junho de 1999, páginas 187-196.
5. Araújo, I. C. P., Freitas, M. A. V., et al. (1999). **"Monitoramento da Qualidade das Águas no Brasil"** in *Estado das Águas no Brasil – 1999 – Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos*. ANEEL, SRH/MMA, OMM, PNUD, Brasília, junho de 1999, páginas 175-183.
6. Coimbra, R. M. & Freitas, M. A. V. (1999). **"O Estado das Águas na Bacia do rio Paraíba do Sul"** in *Estado das Águas no Brasil – 1999 – Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos*. ANEEL, SRH/MMA, OMM, PNUD, Brasília, junho de 1999, páginas 255-261.
7. Cruz, H. P., Coimbra, R. M. & Freitas, M. A. V. (1999). **"Vulnerabilidade Climática e Recursos Hídricos no Nordeste"** in *Estado das Águas no Brasil – 1999 – Perspectivas de Gestão e informação de recursos hídricos*. ANEEL, SRH/MMA, OMM, PNUD, Brasília, junho de 1999, páginas 273-283.
8. Freitas, M. A. V. (1997). **"Dimensões espaciais e temporais do uso da energia e do meio ambiente - noções para um desenvolvimento sustentável da Amazônia"** in *Perspectivas Energéticas para o Desenvolvimento Sustentável do Amazonas*, CEDEA/Universidade do Amazonas.
9. Freitas, M. A. V. (1997). **"O Uso do Solo e da Biomassa nos Trópicos e sua Contribuição ao Equilíbrio Climático Planetário: O Caso da Amazônia Brasileira"** in Freitas, M. A. V. e Dutra, L. E. D. (ed.). *"Pesquisas Recentes em Energia e Meio Ambiente"*. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto, páginas 100-119.
10. Dutra, L. E. D. & Freitas, M. A. V. (1997). **"Pela Formação de um Pensamento em Energia e Meio Ambiente"** in Freitas, M. A. V. e Dutra, L. E. D. (ed.). *"Pesquisas Recentes em Energia e Meio Ambiente"*. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto, páginas 100-119.
11. Freitas, M. A. V. and Hourcade, J. C. (1996) **"Possibilities to decrease environmental impacts in the Amazon Region - The case of the carbon flow in the biomass energy production"** in *"Energy Policy for the Sustainable Development of the Amazon Region"*, Brasília, Escola de Administração Pública do Ministério das Finanças, Universidade de Brasília, 8 a 11 de novembro (paper), 8 páginas.
12. Freitas, M. A. V. (1990) **"Aplicações do Diagnóstico Energético: O Caso do Amapá"** in Pinguelli Rosa, L., Rodrigues, M. G. & Freitas, M. A. V. (ed.), *Planejamento Energético e Impactos Socio-Ambientais na Amazônia*. Tópicos em Ciência e Tecnologia, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto, páginas 37-56.

ARTIGOS EM REVISTAS

1. Di Lascio, M. A., Freitas, M. A. V. & Marques, A. C. (1999). **"Energias renováveis para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Isoladas da Amazônia"** in *Revista Brasileira de Energia*, Vol. 7, Nº 1 - 1ª sem. 1999, páginas 07-17.
2. Muylaert, S., Sala, J. e Freitas, M. A. V. (1998). **"The charcoal's production in Brazil – process efficiency and environmental effects"**. in *Renewable Energy – An International Journal, Special Issue - Renewable Energy – Energy Efficiency, Policy and Environment*, setembro, Vol. 16, Nº 1-4, páginas 1037-1040.

3. Santos, M. & Freitas, M. A. V. (1998). "Architecture and Energy Efficiency in Brazilian Amazon". in *Renewable Energy – An International Journal, Special Issue - Renewable Energy - Energy Efficiency, Policy and Environment*, september, Vol. 16, Nºs 1-4, páginas 1350-1355.
4. Freitas, M. A. V. et. al. (1997). "O Foro Permanente das energias renováveis e o desenvolvimento das Energias Solar, Eólica, da Biomassa e das Pequenas Centrais Hidroenergéticas no Brasil" in *Revista Brasileira de Energia*, Vol. 6, Nº 1 - 1ª sem. 1997, 30 páginas.
5. Freitas, M. A. V., Di Lascio, M. A. & Pinguelli Rosa, L. (1996). "Biomassa Energética renovável para o desenvolvimento sustentável da Amazônia" in *Revista Brasileira de Energia*, Vol. 5, Nº 1 - 1ª sem. 1996, páginas 71-97.
6. Freitas, M. A. V., Pinguelli Rosa, L. (1996). "Strategies for reducing carbon emissions on the tropical rain forest: The case of the Brazilian Amazon" in *Energy Conversion and Management, Special Issue: Greenhouse Gases: Mitigation Options*, Vol. 37, Nºs 6-8, páginas 757-762. Elsevier Science Ltd., Grã-Bretanha.
7. Freitas, M. A. V. (1993). "Approche spatiale et temporelle des impacts sur l'environnement appliquée à forêt tropicale Amazonienne" in *Cahiers du Brésil Contemporain*, Nº 20, Paris, Maison des Sciences de l'Homme. Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (EHESS). Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine (Paris III), março, páginas 121-146.

ARTIGOS EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

1. Marques, A. C., Di Lascio, M. A. & Freitas, M. A. V. (1999). "Energias Renováveis para o Desenvolvimento Sustentável do Amapá" in VIII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro 22 a 25 de novembro, Vol. I páginas 230-237.
2. Cernach, C. A., Freitas, M. A. V., et al. (1999). "Monitoramento de Reservatórios Hidrelétricos Brasileiros" in VIII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro 22 a 25 de novembro, Vol. II páginas 570-579.
3. Di Lascio, M. A., Marques, A. C., & Freitas, M. A. V. (1999). "Energia de Biomassa para a Sustentabilidade Econômica das Comunidades Isoladas da Amazônia" in VIII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro 22 a 25 de novembro, Vol. III páginas 1583-1599.
4. Santos, M. M. F., Freitas, M. A. V., (1998). "Arquitetura e Uso Eficiente da Energia Elétrica em Áreas Urbanas da Amazônia Brasileira: o caso da cidade de Manaus". V World Renewable Energy Congress, Florença – Itália, setembro.
5. Oliveira, R. G., Fraga, F., Freitas, M. A. V., (1998). "Atendimento Energético Sustentável a Sistemas Isolados: a caso da Ilha Grande. III Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, São Paulo – Brasil, junho.
6. Freitas, M. A. V., Di Lascio, M. A., Guerra, H. N. and Rosa, L. P. (1997). "Possibilities To Reduce Carbon Emissions on the Tropical Rain Forest and To Promote The Biodiversity Valorization for Energy Supply in Brazilian Amazon Region". 3rd Biomass Conference of the Americas, Montreal - Canadá, agosto.
7. Freitas, M. A. V. and Moreira, J. R. (1997). "The Brazilian Renewable Energy Program The Biomass National Plan". 3rd Biomass Conference of the Americas, Montreal - Canadá, agosto.
8. Freitas, M. A. V., Caetano, M. M. & Cecchi, J. C. (1997). "A Produção e Consumo da Biomassa Energética no Estado do Rio de Janeiro - O Caso do Setor Sucro-Alcooleiro" in Seminário "Proálcool: Crise e Alternativas para um Desenvolvimento Sustentável", Rio de Janeiro 19 a 20 de março, 31 páginas.
9. Freitas, M. A. V. & Pinguelli Rosa, L. (1997). "Proálcool: Crise e Alternativas para um Desenvolvimento Sustentável" in Seminário "Proálcool: Crise e Alternativas para um Desenvolvimento Sustentável", Rio de Janeiro 19 a 20 de março, 23 páginas.
10. Freitas, M. A. V., Cecchi, J. C. & Pinguelli Rosa, L. (1996). "Biomassa Energética no Brasil: Situação do Setor Sucro-Alcooleiro" in VII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro 22 a 25 de outubro, Vol. II páginas 949-962.

11. Rocha, P., Szwarcfiter, L. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Matriz Energética Brasileira do Ano 2000: O Caso da Geração Fotovoltaica" in VII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, 22 a 25 de outubro, Vol. II páginas 953-948.
12. Passos, W., Raad, A. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Tecnologias Alternativas para a produção de água doce e energia nas regiões dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro - Energia Solar" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/Ministério da Ciência e Tecnologia, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas e VII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, 22 a 25 de outubro, Vol. I páginas 375-386.
13. Freitas, M. A. V., Caetano, M. M. & Cecchi, J. C. (1996). "A Produção e Consumo da Biomassa Energética no Estado do Rio de Janeiro - O Caso do Setor Sucro-Alcooleiro" in VII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro 22 a 25 de outubro, Vol. I pp. 254-273.
14. Moreira, J. R., Corrêa, F. & Freitas, M. A. V. (1996). "Plano Nacional de Energias Renováveis - Biomassa" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/Ministério da Ciência e Tecnologia, São Paulo 25 a 30 de junho, 101 páginas.
15. Freitas, M. A. V., Di Lascio & Pinguelli Rosa, L. (1996). "Uso Energético da Biomassa Não Lenhosa Renovável no Interior da Amazônia" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/Ministério da Ciência e Tecnologia, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas.
16. Freitas, M. A. V., Pinguelli Rosa, L. (1996). "Valorização da Biomassa Tropical e os Riscos de Mudança Climática Global: Opções para um Desenvolvimento Sustentável da Amazônia" in Taller International: Vulnerabilidad Climatica de la America Latina y Medidas de Adaptation, Montevideu, Uruguai, United States Country Studies, 22 a 24 de abril.
17. Moreira, M. A., Pinaud, R. Z., Barreto, A. C. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Pequenas Centrais Hidrelétricas - Alguns Tipo de Instalações, Sistemas e Componentes" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 p. (em CD ROM "Estado das Energias Renováveis no Brasil", ANEEL/MCT, 1998).
18. Moreira, M. A., Raad, A. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Biodigestor Tipo Chinês: O Caso Brasileiro" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas (em CD ROM "Estado das Energias Renováveis no Brasil", ANEEL/MCT, 1998).
19. Torres, E., Ribeiro, F. R., Fernandes, J. L., Tovar, M. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Perspectivas para utilização de energia de fonte eólica na região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas (em CD ROM "Estado das Energias Renováveis no Brasil", ANEEL/MCT, 1998).
20. Coimbra, C., & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Aproveitamento do potencial eólico no Brasil e seu uso como suporte a rede elétrica" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas (em CD ROM "Estado das Energias Renováveis no Brasil", ANEEL/MCT, 1998).
21. Coimbra, C., Aquino, L. C. S. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Valorização e Manejo de Plantas Oleaginosas na Amazônia - Uma longa história de esquecimento e desperdício" in III Encontro para o Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas (em CD ROM "Estado das Energias Renováveis no Brasil", ANEEL/MCT, 1998).
22. Rocha, P., Szwarcfiter, L. & Freitas, M. A. V. (coord.) (1996). "Geração Fotovoltaica de Eletricidade no Contexto de Taxação sobre Emissões de Carbono: Um Estudo de Viabilidade" in III Encontro para o

- Desenvolvimento das Energias Renováveis - Solar Eólica, Biomassa e PCHs no Brasil**, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, São Paulo 25 a 30 de junho, 10 páginas (em CD ROM "Estado das Energias Renováveis no Brasil", ANEEL/MCT, 1998).
23. Freitas, M. A. V., Pinguelli Rosa, L. (1995) **"Strategies for reducing carbon emissions on the tropical rain forest: The case of the Brazilian Amazon"** in International Seminar: Greenhouse Gases: Mitigation Options, Londres, Inglaterra, 22 a 25 de agosto.
24. Moskowicz, M.; Freitas, M. A. V. et al. (1995) **"Declaração de Brasília: Diretrizes e Plano de Ação para o Desenvolvimento das Energias Renováveis Solar, Eólica e de Biomassa no Brasil"**. II Encontro para o Desenvolvimento das Energias Solar Eólica e de Biomassa no Brasil, Foro Permanente das Energias Renováveis/MCT, Brasília 5 a 9 de junho. 37 páginas.
25. Freitas, M. A. V., Tolmasquin, M. T. e Pinguelli Rosa, L. (1994) **"Medidas para Redução da Pressão de Desmatamento e das Emissões de Carbono - A Valorização Energético-Industrial de Terras Degradadas na Amazônia brasileira"**. in II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Campinas, 12 a 16 de dezembro, 7 páginas.
26. Almeida, S. C., Freitas, M. A. V. & Di Lascio, M. A. (1994) **"Biomassa opção energética para o desenvolvimento autosustentado de comunidades isoladas na Amazônia - O caso dos óleos vegetais"**. II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Campinas, 12 a 16 de dezembro, 8 páginas.
27. Freitas, M. A. V., Journé, V. and Hourcade, J. C. (1994). **"The biomass and the land uses in the Brazilian Amazon - The 'no-regrets' options to control the carbon flow"**. "Série CIRED: environnement et société 94/5" & "8th European Conference on Biomass for Energy, Environment, Agriculture and Industry", Viena, Austria, 3 a 5 de outubro, 1994 (paper), 12 páginas.
28. Freitas, M. A. V. e Hourcade, J. C. (1993). **"La Matrice d'Evaluation Environnementale et son Application Cartographique sur la Forêt Tropicale Amazonienne"** in Journées du Programme Environnement - CNRS, **"Les Ecosystèmes Intertropicaux Fonctionnement et Usages"** Université Claude Bernard Lyon I, Institut d'Analyse des Systèmes Biologiques et Socio-Economiques, Lyon, 13 a 15 de janeiro (resumo).—
29. Freitas, M. A. V. (1992). **"The Environmental Impacts of Biomass Energy Production in the Amazon Region - The Carbon Emissions and Possibilities of Carbon Absorption"**. "Série CIRED: économie énergie technologie 92/4". Publicado na "17th Conference on 'Biomass for Energy and Environment, Agriculture and Industry'", Commission des Communautés Européennes (CCE), Florença, Itália, 5 a 9 de outubro, 6 páginas.
30. Freitas, M. A. V. (1992). **"Environmental Impacts of Biomass Energy Production in the Amazon Region"**. "Série CIRED: économie énergie technologie 92/3". Publicado na "XVIIth Conference 'Energy From Biomass and Wastes'", Institute of Gas Technology, Orlando, Flórida - EUA, março, 26 páginas.
31. Freitas, M. A. V. & Pinguelli Rosa, L. (1988). **"Aplicações do Diagnóstico Energético em Espaços Subdesenvolvidos - O Caso do Amapá"**. Publicado nos Anais do "VII Encontro Nacional de Geógrafos - AGB", Maceió, julho, 10 páginas.
32. Freitas, M. A. V. (1988) **"Potenciais Energéticos do Amapá"**. Publicado nos Anais do "VII Encontro Nacional de Geógrafos - AGB", Maceió, julho, 8 páginas.

RESUMOS EM CONGRESSOS

1. Freitas, M. A. V., Di Lascio, M. A. & Pinguelli Rosa, L. (1996). **"Possibilities to Reduce Carbon Emissions in Brazilian Amazon Region with Non Timber Biomass Valorization: The Case of Biofuels Produced By Vegetable Tropical Oils"** in "7th Global Warming - International Conference & Expo" 1^a a 3 de abril, 1996 Viena, Áustria, Portland, Oregon - EUA, 20 a 24 de agosto.
2. Freitas, M. A. V., Cecchi, J. C. & Pinguelli Rosa, L. (1996). **"The Energy Planning For a Sustainable Development in the State of Rio de Janeiro - Brazil"** in "ENERGEX 96 - The 6th International Energy Conference and Exposition", Beijing, China. 3 a 7 de junho.

3. Porto, R. M. G., Peres, F. M., Freitas, M. A. V. & Cecchi J. C. (1996). **"The carbon emissions in Energy Production and Use in the Tropical Region : The case of the State of Rio de Janeiro - Brazil"** in "7th Global Warming - International Conference & Expo" 1º a 3 de abril, 1996 Viena, Áustria, Portland, Oregon - EUA, 20 a 24 de agosto, e in "ENERGEX 96 - The 6th International Energy Conference and Exposition", Beijing, China, 3 a 7 de junho.
4. Freitas, M. A. V., Pinguelli Rosa, L. (1995). **"Sustainable Biomass Valorization in Brazilian Amazon: Strategies for Reducing the Deforestation Pressure on the Tropical Rain Forest and the Carbon Emissions"** in "Second Biomass Conference of the Americas: Energy, Environment, Agriculture, and Industry", Portland, - EUA, 20 a 24.
5. Freitas, M. A. V. and Hourcade, J. C. (1993). **"Energy's and Industry's Valorization of Degraded Lands in the Brazilian Amazon - Strategies for Reduce the Deforestation Pressure on the Tropical's Forests and the Carbon Emissions"** in "First Biomass Conference of the Americas: Energy, Environment, Agriculture, and Industry". Burlington, EUA, National Renewable Energy Laboratory, 30 de agosto a 2 de setembro (resumo).
6. Freitas, M. A. V. & Guimarães, G. (1988). **"Maranhão: Opções Energéticas e Tecnológicas do Futuro Pólo Siderúrgico da Ilha de São Luís"**. Publicado nos Anais do "VII Encontro Nacional de Geógrafos - AGB", Maceió, julho, resumo.
7. Freitas, M. A. V. (1984). **"Uso da Terra, Meio Ambiente e Práticas Agrícolas em Silva Jardim"**. UFRJ, "VI Jornada Interna de Iniciação Científica: UFRJ/CCMN CT (Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Centro de Tecnologia)", Rio de Janeiro, setembro (resumo).
8. Freitas, M. A. V. (1983) **"Uso da Terra, Meio Ambiente e Práticas Agrícolas no Rio de Janeiro"**. UFRJ, "V Jornada Interna de Iniciação Científica: UFRJ/CCMN CT (Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Centro de Tecnologia)", Rio de Janeiro, setembro (resumo).

RELATÓRIOS TÉCNICOS

1. Freitas, M. A. V., Guerra, H. N. e Aquino, L. C. (1997). **"Produção e Uso Energético da Biomassa no Estado do Amazonas"**. PPE/COPPE/UFRJ & CEDEA - Universidade do Amazonas, junho, 58 páginas.
2. Freitas, M. A. V. e Cecchi, J. C. (1996). **"Energia e Transportes no Estado do Rio de Janeiro"**. COMISSÃO ESPECIAL DA MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL - CEMEE, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- SCT/RJ, maio, 36 páginas.
3. Freitas, M. A. V. e Cecchi, J. C. (1996). **"Evolução do Consumo de Energia do Setor Agropecuário no Estado do Rio de Janeiro"**. COMISSÃO ESPECIAL DA MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL - CEMEE, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - SCT/RJ, abril, 15 páginas.
4. Freitas, M. A. V. e Cecchi, J. C. (1996). **"O Desempenho do Setor Sucro-Alcooleiro no Estado do Rio de Janeiro"**. COMISSÃO ESPECIAL DA MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL - CEMEE, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - SCT/RJ, março, 31 páginas.
5. Cecchi, J. C. coord., Freitas, M. A. V. et al. (1995). **"Relatório Síntese Preliminar da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro"**. COMISSÃO ESPECIAL DA MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL - CEMEE, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - SCT/RJ, junho, 118 páginas.
6. Pinguelli Rosa, L. coord., Cecchi, J. C. & Freitas, M. A. V. (1994). **"O Setor Petróleo"** in Bases para uma Política Energética Sustentada e de Longo Prazo. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Energia & Universidade de São Paulo, 25 páginas.
7. Freitas, M.A.V., Aguiar, S., Poppe, M. K., Rambaud-Measson, D., direção J.C. Hourcade, CIRED. (1990). **"Eléments pour une Prospective de la Valorisation Industrielle Non-Alimentaire des Ressources en Biomasse de l'Etat de Bahia"**. Commission des Communautés Européennes (CCE) - Direction Générale Energie (DG XVII), (publicação CIRED), 35 páginas.

MONOGRAFIAS E TESES DEFENDIDAS E PUBLICADAS

Monografia de Bacharel em Geografia (1983): "**Práticas Agrícolas e Meio Ambiente em Silva Jardim (RJ)**", Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 80 páginas.

Tese de Mestrado em Ciências em Engenharia Nuclear e Planificação Energética (1988): "**Desenvolvimento e Aplicação da Metodologia de Diagnóstico Energético em Espaços Subdesenvolvidos - O Caso do Amapá**". Área Interdisciplinar de Energia - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 161 páginas.

Dissertação de DEA em Pesquisas Comparativas sobre o Desenvolvimento - Economia, Meio Ambiente e Sociedades (Diplome d'Études Approfondies) (1990): "**Valorisations Non-Alimentaires de la Biomasse - Le cas de l'Etat de Bahia - Brésil**", Centre International de Recherches sur Environnement et Développement - CIRED, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS, Paris - França, 80 páginas.

Tese de Doutorado em Ciências em Economia do Desenvolvimento e do Meio Ambiente (1994): "**Les usages des sols et la valorisation de la biomasse aux tropiques et leur rôle dans le Cycle Global du Carbone: Le cas de l'Amazonie Brésilienne**". Centre International de Recherches sur Environnement et Développement - CIRED, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS, Paris - França, 477 páginas.

TRABALHOS EM MÍDIA DIGITAL (CD ROM)

Série Estudos e Informações Hidrológicas e Energéticas, Vol. 3, Nº 15-16, 2000:

1. **HIDROGEO, Sistema de Informações Georreferenciado de Hidrologia, Energia e Meio Ambiente.** ANEEL & OMM. Última versão lançada em março de 2000 (base cartográfica digital do Brasil, dividido em 8 grandes bacias hidrográficas, escala de 1:2.500.000, temas: hidrografia, altitude, vegetação, solos, usinas hidrelétricas, áreas de proteção ambiental, etc..).
2. **HIDRODATA, Banco de Dados Hidrológicos da ANEEL.** ANEEL & OMM. Última versão lançada em março de 2000 (base de dados digital do Brasil, dividida em 8 grandes bacias hidrográficas).

Série Estudos e Informações Hidrológicas e Energéticas, Vol. 2, Nº 9-14, 1999:

3. **Glossário de Termos Hidrológicos.** ANEEL & OMM. Última versão lançada em março de 1999.
4. **Legislação Ambiental de Interesse do Setor Elétrico.** ANEEL, COMASE, ELETROBRAS & OMM. Última versão lançada em junho de 1999.
5. **Bacia do Prata - Sistema de Estações Georreferenciadas.** ANEEL, CIC Prata & OMM. Última versão lançada em outubro de 1999.
6. **Projeto de Qualidade das Águas (PQA) - Programa de Investimento para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.** ANEEL, CEIVAP, SEPURB/SEDU, SRH/MMA, SEMAD/IGAM-MG, SEMAD/SERLA-RJ, SRHSO-SP, SMA-SP, BIRD, PNUD, CBH/PSM & OMM. Última versão lançada em julho de 1999.
7. **Estado das Energias Renováveis no Brasil - 1999,** ANEEL em conjunto com Fórum Permanente de Energias Renováveis - MCT, e Centros de Referência de Energia Renovável. Lançado em outubro de 1999.
8. **Brasil - Sistema de Estações Georreferenciadas,** ANEEL em conjunto com Fórum Permanente de Energias Renováveis - MCT. Lançado em março de 1999.

Série Estudos e Informações Hidrológicas e Energéticas, Vol.1, Nº 1-8, 1998:

9. **Atlas Hidrológico Brasileiro - Versão 1.0** - ANEEL, Secretaria de Recursos Hídricos - SRH e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ambos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Última versão lançada em agosto de 1998.
10. **Guia do Empreendedor de Energia Hidrelétrica** - produzido em associação com a Eletrobrás e com o Centro Nacional de Referência em Pequenos Aproveitamentos Hidrelétricos - CERPCH. Versão beta lançada em junho de 1998, última atualização realizada em setembro de 1998.
11. **Guia de Investimentos em Pequenos Aproveitamentos Hidrelétricos no Brasil** - ANEEL, CERPCH e Winrock International. Lançado em outubro de 1998.
12. **Guia de Investimentos em Energia Renovável no Brasil - Biomassa** - ANEEL & Centro Nacional de Referência de Biomassa - CENBIO. Lançado em outubro de 1998.
13. **Guia do Co-Gerador de Energia Elétrica** - ANEEL em associação com a Agência para Aplicação de Energia da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e o apoio do CENBIO. Lançado em outubro de 1998.
14. **Wind Atlas for the Northeast Region of Brazil - WANEB** - Centro Brasileiro de Energia Eólica - CBEE com a colaboração da ANEEL. Lançado em outubro de 1998.
15. **Estado das Energias Renováveis no Brasil - 1998**, ANEEL em conjunto com Fórum Permanente de Energias Renováveis - MCT. Lançado em outubro de 1998.
16. **Tópicos de Hidrometeorologia no Brasil**, ANEEL e membros da Sociedade Brasileira de Meteorologia, como a Universidade de São Carlos, a GHF-Ambiental e o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET. Lançado em novembro de 1998.
17. **Uso da Biomassa no Brasil** (1997). Centro Nacional de Referência de Biomassa. Outubro.
18. **Matriz Energética do Rio de Janeiro** (1997). Comissão Especial da Matriz Energética Estadual - CEMEE-RJ, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro - SECTEC-RJ, Janeiro.

TRABALHOS EM MÍDIA DIGITAL (Internet)

Site: <http://hidroweb.aneel.gov.br> - Maior Banco de Dados Hidrológicos do Brasil. Documentos em Energia, Meio Ambiente e Recursos Hídricos em HTML: Mapas das Bacias Hidrográficas Brasileiras.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM
Nº 171, DE 2000
(Nº 1.180/2000, na origem)

~~Mensagem nº 1.180-~~

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com a alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com os arts. 9º e 22 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor LAURO SÉRGIO DE FIGUEIREDO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de três anos.

O Senhor Lauro Sérgio de Figueiredo é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 25 de agosto de 2000.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Lauro Sérgio de Figueiredo

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Lauro Sérgio de Figueiredo

NACIONALIDADE: Brasileira

PROFISSÃO: Engenheiro Civil

FILIAÇÃO: Lauro Dias Figueiredo / Neide Maria de Figueiredo

INSTITUIÇÃO SUPERIOR

Instituição	Título	Diplomação
• Universidade de Brasília	Engenheiro Civil	1977

Pós Graduação

- Engenharia e Segurança do Trabalho (Fundacentro/MT \ Universidade de Brasília);

ÓRGÃO DE CLASSE

- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/DF (12ª região), registro nº2364

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

- Especialização em portos e hidrovias (Universidade de Brasília);
- Comércio Exterior - Management Center do Brasil - MCB - Brasília;
- Concreto Protendido (Universidade de Brasília);

- Execução e Fiscalização de Dragagem de Portos, Rios e Canais;
- Containerização do Transporte Intermodal;
- Análise Financeira de Projetos;
- Informática e Processamento de Dados;
- Qualidade Total (Fundação Christiano Ottoni/Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais);

CARGOS E FUNÇÕES

- Diretor da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente;
- Diretor / Sócio Gerente e Responsável Técnico da empresa Hidrovias – Estudos e Projetos;
- Diretor da Área de Operações da Companhia Docas do Estado da Bahia (portos de Salvador, Ilhéus e Aratu) e Hidrovia do Rio São Francisco/ AHSFRA;
- Chefe da Seção de Instalações do Departamento de Operações Portuárias da PORTOBRÁS;
- Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis Senior da PORTOBRÁS
- Técnico da PLANIDRO Engenheiros Consultores, Projeto da Adutora de Água Tratada, trecho ETA-BOOESTER, Sistema do Rio Descoberto, CAESB - Brasília/DF;
- Técnico da PLANIDRO Engenheiros Consultores, Técnico e Projetista do Projeto da Hidroelétrica do SAMUEL (Rondônia), Eletronorte (Vila Residencial);

PRINCIPAIS PALESTRAS

- O Sistema Portuário e Hidroviário Nacional (II Encontro Nacional de Engenharia Portuária/SSA-BA);
- Portos da Bahia e a Hidrovia do Rio São Francisco (Curso Superior de Portos);
- Influência dos Custos Portuários nos Preços das Mercadorias (Câmara de Comércio Brasil/Estados Unidos);

- Modernização Portuária e Hidroviária (Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Salvador e Aratu);
- Gestão de Recursos Hídricos.

ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES

- Estudo para racionalização das atividades operacionais dos portos e hidrovias brasileiras;
- Representante do Sistema Portuário na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), na Comissão de Transporte, Armazenagem e Manuseio de Materiais - Simbologia;
- Membro do Conselho de Autoridade Portuária CAP/Salvador/Aratu;
- Membro do Conselho de Autoridade Portuária CAP/Ilhéus;
- Curador do Conselho de Curadores do PORTUS - Instituto de Seguridade;

PRINCIPAIS ATIVIDADES NO SISTEMA PORTUÁRIO

- Levantamento dos procedimentos operacionais dos portos brasileiros;
- Elaboração do Regulamento para Movimentação de Cargas Perigosas do Sistema Portuário;
- Revisão do Regulamento para Concessão de Prioridades de Atracação no Porto de Santos;
- Estudo para padronização da jornada de trabalho nos portos brasileiros e uniformização de critérios de pagamento e cobrança dos serviços de capatazias;
- Supervisão da fabricação de guindastes portuários nacionais e alemães;
- Controle e coordenação das obras e melhoramentos portuários, geridos pelo Departamento de Operações Portuárias da PORTOBRÁS;
- Programação das obras e serviços nos portos, à conta dos recursos do Fundo de Depreciação;
- Implantação do Programa Nacional de Sondagens Batimétricas;
- Programação dos Serviços de Dragagem de Manutenção dos Portos Brasileiros;

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS COMO DIRETOR DE OPERAÇÕES DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

- Implantação do Terminal de Containeres do Porto de Salvador;
- Modernização dos Equipamentos do Porto de Ilhéus;
- Recuperação do 1º Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu;
- Implantação 2º Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu;
- Adaptação do Porto de Ilhéus para exportação de soja;
- Estudos e projetos para a navegabilidade do rio São Francisco

PRINCIPAIS ATIVIDADES COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA HIDROVIAS – ESTUDOS E PROJETOS

- Manutenção da hidrovia do Rio Paraguai, no trecho Corumbá-Cáceres (MT);
- Determinação das condições fluviais do rio São Francisco para acesso as cidades de Juazeiro e Petrolina;
- Manutenção da hidrovia do baixo Rio Tocantins (Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental);
- Avaliação patrimonial e econômico-financeira dos portos de Maceió (AL), Vitória (ES) e Barra do Riacho (ES) e elaboração dos editais de privatização;

PRINCIPAIS ATIVIDADES COMO DIRETOR DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

- Desenvolvimentos de estudos para enquadramento dos corpos d'água;
- Estudos sobre a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos;
- Celebração de convênios com Organismos Internacionais, Fundações, Estados e Municípios, concernentes à gestão dos recursos hídricos;

- Celebração de convênios para construção de adutoras no semi-árido brasileiro;
- Desenvolvimento de Planos Diretores de bacias;
- Organização da IIIª Conferência das Partes das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e a Seca;
- Estudos para a implantação do Sistema Nacional de Informações;

VISITAS E INTERCÂMBIO PORTUÁRIO / HIDROVIÁRIO

- Hidrovias Nacionais - Todas
- Portos Nacionais - Todos;
- Porto de Tilbury - Inglaterra;
- Porto de Amesterdan - Holanda;
- Porto de Antuérpia - Bélgica;
- Porto de Lisboa - Portugal;

Brasília, abril de 2000

Lauro Sérgio Figueiredo
CPF: 115.178.321-87
CREA: 2364/D-DF

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM
Nº 172, DE 2000
Inº 1.179/2000, na origem

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com a alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com os arts. 9º e 22 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor IVO BRASIL, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, com mandato de quatro anos.

O Senhor Ivo Brasil é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 25 de agosto de 2000.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

NOME : Ivo Brasil

Endereço : Rua Engº Cesar Grillo nº 411
Condomínio Porto dos Cabritos
Barra da Tijuca – RJ.
CEP – 22.640 – 150

Telefone : (0xx) 21 – 493 – 9526
Tele/Fax : (021) 21 - 494 – 4499
Celular : (0210 9982-7995

Naturalidade : Humaitá – Am.
Estado Civil : Casado
Filiação : Edmeé Monteiro Brasil e Malvina do Nascimento
Nascido em : 13 / 11 / 1.939
RG : 6.237.121 – SSPSP
CPF : 007.710.312 – 20

FORMAÇÃO

Engenheiro Eletricista e Eletrônico, formado na turma de 1.968 pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – Minas Gerais.

CURSOS

Luminotecnica	-	Phillips do Brasil
Seletividade de Relés	-	Triel Engenharia
Sistemas de Aterramento	-	Triel Engenharia
Administração de Salários	-	Ford do Brasil
Treinamento para Supervisores		
Administrativos	-	Ford do Brasil
Análise de Problemas e		
Tomadas de Decisão	-	Ford do Brasil
Gerencia por Objetivos	-	Ford do Brasil
Proteção contra Explosões em		
Instalações Elétricas em Industrias		
Químicas e Petroquímicas	-	ABNT
Eletrônica Industrial	-	Pirelli do Brasil

INFORMÁTICA

: Windows, Office, Excel, Access, Auto-Cad, Corel-Draw, Autlook e Intenet.

LINGUAS

: Leitura de - Inglês, Espanhol e Francês
Fala - Inglês e Espanhol (não fluente)

MAGISTÉRIO

: Monitor do Ensino – Cadeira **INSTALAÇÕES ELETRICAS - EFEL**
Professor das Cadeiras de Cálculo I e II e de Materiais de Construção na Faculdade de Engenharia da Universidade do Amazonas.

EXPERIENCIA NA INICIATIVA PRIVADA:

PIRELLI SA – São Paulo – SP

Engenheiro Responsável pelas Novas Instalações de Máquinas e Equipamentos, fazendo o acompanhamento desde o embarque nos países de origem até o “ mesa ponto” na fabrica.

FORD DO BRASIL AS

Engenheiro Eletricista lotado no Departamento de Engenharia **STAFF**, responsável pelos Projetos e Instalações Elétricas em todas as Fabricas da Ford no Brasil.

EXPERIENCIA NO SERVIÇO PUBLICO:

CELETRAMAZON – Centrais Elétricas do Amazonas SA.

Engenheiro responsável pela Construção de Usinas no Interior do Estado do Amazonas.

SESAHAB – Secretaria de Energia , Saneamento e Habitação

Secretário de Estado responsável pela coordenação das políticas de Energia, Saneamento e Habitação do Governo do Estado do Amazonas.

CELETA-AMAZON - Centrais Elétricas do Amazonas SA.

Presidente da Empresa, responsável pelo programa de geração e distribuição de Energia Elétrica no Interior do Estado do Amazonas.

CAEEB - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras

Empresa do Ministério das Minas e Energia responsável pela distribuição do carvão energético e metalúrgico no país e também pelos projetos de Fontes Alternativas, como Biomassa, Eólica e Pequenas Centrais Hidroelétricas.

CEAM - Companhia Energética do Amazonas

Presidente da empresa responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia no interior do Estado.

Pesquisa e desenvolvimento de modelos para geração de energia com base na biomassa e hidroeletricidade.

COSAMA - Companhia de Saneamento do Amazonas

Presidente da empresa, responsável pela produção, tratamento e distribuição de água potável tratada em Manaus e cidades do Interior

Atualmente estou na iniciativa privada como consultor e empresário na área de turismo.

Rio, 25 de agosto de 2000

Engº Ivo Brasil

CREA 6517/D - 4ª REGIÃO

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Sobre a mesa de ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1.659-L-PFL/00

Brasília, 24 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Gerson Gabrielli para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – A Presidência designa o Deputado Gerson Gabrielli, como suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Sobre a mesa de ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 066/00 – LPSDB

Brasília, 29 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Of. nº 089/2000-CN, tenho a satisfação de indicar os Senadores Antero de Barros, Lúcio Alcântara, Luiz Pontes e Romero Jucá como titulares e os Senadores Ricardo Santos, Sérgio Machado, Osmar Dias e Lúcio Coelho como suplentes, para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como representantes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Sérgio Machado**, líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – A Presidência designa os Senhores Senadores Antero Paes de Barros, Lúcio Alcântara, Luiz Pontes e Romero Jucá, como titulares, e os Senhores Senadores Ricardo Santos, Sérgio Machado, Osmar Dias e Lúcio Coelho, como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Sobre a Mesa de ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. 079/2000.

Brasília, 30 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Na qualidade de primeiro subscritor do Requerimento nº 306, de 2000, aprovado pelo Senado Federal, no qual eu e outros senhores senadores solicitamos fosse a Hora do Expediente da Sessão do Senado do próximo dia 12 de setembro do corrente destinada a homenagear o centenário de nascimento do ex-Senador José Ermírio de Moraes, dirijo-me a Vossa Excelência com o propósito de solicitar o adiamento da mencionada homenagem para uma nova data, a ser oportunamente comunicada a esta Casa, por motivo de força maior que apenas chegou ao meu conhecimento na data de hoje.

Agradecendo a atenção que possa dispensar ao presente pedido, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

José Jorge, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – O Ofício lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, por permuta com o Senador José Jorge.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ultimamente, o País tem assistido a um grande debate sobre a questão da elaboração e execução do Orçamento da União. Esse é um tema que interessa a todos, afinal são recursos públicos que devem ser aplicados em obras de interesse da comunidade. Todos sabemos que há uma escassez de recursos para a execução dessas obras, tão necessárias, na área da saúde, da educação, de recursos hídricos, de saneamento básico, rodovias, e assim por diante.

Portanto, é preciso a maior correção possível na aplicação desses recursos, quer dizer, que se trabalhe com preços justos e evitem-se desvio de dinheiro público, superfaturamento e execução de obras de qualidade inferior.

Esse debate tem interessado a todos, sobretudo a partir dos acontecimentos relacionados ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, uma obra que vem se arrastando há alguns anos, para a qual vultosa quantia foi destinada e que teve cerca de 60% de

seu total construídos. Hoje, há a certeza de que o volume de dinheiro desviado foi enorme.

Então, a pergunta que todos se fazem é: como é possível isso ter acontecido? Por que, nas barbas do Governo – inclusive com tramitação do projeto no Legislativo, com o controle das liberações orçamentárias por parte do Executivo, no caso, o Ministério do Planejamento, com o acompanhamento e a responsabilidade mais imediata dos titulares, dirigentes e Presidentes do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho –, isso veio a acontecer naquela que é a maior cidade do País? Essas perguntas vêm sendo respondidas aos poucos, na medida em que estamos esclarecendo por que não foi detectado mais cedo o problema e não foi estancada a liberação de recursos para o Tribunal Regional do Trabalho, impedindo-se que essa quantia tão volumosa fosse desviada para o bolso de alguns, que enriqueceram às custas dos recursos do povo.

É de se observar que a ocorrência de irregularidades no Orçamento não é nova. Quem compulsar a História do País verificará que em várias ocasiões problemas como esses foram descobertos, identificados e, em alguns casos, aplicaram-se punições severas, uma vez que, num passado relativamente recente, Parlamentares tiveram os seus mandatos cassados em função de condutas impróprias na elaboração do Orçamento e na liberação e aplicação de verbas.

O problema volta por quê? Porque, infelizmente, o homem é presa do sentimento, ou tentação, de, a partir de uma determinada posição de poder, procurar enriquecer desviando recursos públicos. Evidentemente, essa tentativa de melhora de condição financeira é inaceitável, mas a tentação acomete e fustiga o homem em todas as situações. De outra parte, esses problemas voltam porque os controles são insuficientes e abrem espaço para que entrem o bandido, o aproveitador, o corrupto e aquele que quer se apropriar dos recursos públicos.

Então, é preciso haver uma vigilância permanente e, mais do que isso, o estabelecimento de sistemas de controle eficazes, que de fato funcionem e permitam a detecção dos problemas, a identificação dos culpados e a sua punição. Sempre que há punição, há também um mecanismo de intimidação para que as pessoas não cedam a essa tentação de enriquecer e se locupletar com o dinheiro públicos.

Por isso é importante o debate, principalmente na hora em que o Governo, corretamente, está anunciando uma série de medidas, visando a melhorar o controle da aplicação dos recursos públicos e a ob-

servar as recomendações e decisões do Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União é um órgão que precisa ser preservado, fortalecido. Ele não pode ser atacado como manobra diversionista. Procurando colocar o Tribunal de Contas da União na defensiva, com manobras, palavras, atitudes, gestos, na verdade, o que querem é distrair a atenção da opinião pública, dos políticos e da imprensa em relação aos gravíssimos problemas por que estamos atravessando.

Creio que o Tribunal de Contas da União precisa de aperfeiçoamento. É verdade que ele tem que oferecer maior celeridade no julgamento dos processos, sem deixar de oferecer condições de ampla defesa àqueles que estejam sendo objeto das suas investigações e das análises dos seus técnicos e ministros.

Então, quero deixar isto bem claro: o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e até dos Municípios têm que ser fortalecidos. Temos que entender que o nosso sistema judiciário está em grande parte calcado na recomendação constitucional – esculpida pelo nosso bravo Relator, Senador Bernardo Cabral – do amplo direito de defesa, o que termina ensejando uma sucessão de recursos – que torna quase interminável o processo – e impedindo, conseqüentemente, que se chegue a uma conclusão sobre o verdadeiro culpado.

Agora, melhorar o Tribunal de Contas da União, promover ajustes no seu funcionamento não significa negar nem deixar de proclamar a importância desse instrumento que é hoje uma espécie de guardião das contas públicas e da moralidade na Administração Pública brasileira.

Todavia, é preciso que, nesse debate, deixemos claro o que é irregularidade numa determinada obra, o que é obra irregular. É preciso, em primeiro lugar, atentar para a fase em que se encontra o processo de análise da obra, se ela contém alguma irregularidade, seja na solicitação, na execução, no seu aspecto técnico, na questão orçamentária. Em segundo, é necessário ver a natureza da irregularidade que está sendo apontada ou examinada pelo Tribunal e também em que momento se encontra a auditoria realizada naquela obra.

Hoje, existe aquela obrigação legal do Tribunal de Contas da União de remeter para o Congresso, antes do início da apreciação da Proposta Orçamentária, a relação de obras pendentes ou com irregularidades. No entanto, muitas dessas obras que constam na lista como irregulares se encontram numa primeira etapa de apreciação, ou porque surgiu alguma de-

núncia, ou porque houve alguma provocação, ou porque o Tribunal, nas suas atividades rotineiras, por intermédio de seu corpo técnico, detectou algum problema durante a inspeção e ofereceu prazo para que os responsáveis pelo órgão que executa a obra prestem esclarecimento sobre as questões levantadas. Depois dessa fase, o Ministro vai fazer um Relatório, que será submetido ao Tribunal Pleno, em que todos os Ministros estarão presentes. Haverá uma decisão, e ainda caberá recurso ou pedido de revisão. Por fim, aquele que for condenado e não se resignar com a decisão do Tribunal poderá recorrer ao Poder Judiciário.

Então, pergunto: podemos afirmar que uma obra é irregular ou apresenta irregularidades, se ainda está sob exame da equipe técnica do Tribunal, se está sofrendo auditoria e não existe conclusão, se o responsável por ela ainda está sendo ouvido? Penso que não; é precoce dizer isso. No entanto, obras que se encontram nessa condição constam como irregulares. E veio a decisão do Governo de não permitir a liberação de recursos orçamentários para essas obras chamadas "irregulares". Mesmo que a LDO para 2001 diga que obras com indícios de irregularidades podem receber recursos, o Presidente Fernando Henrique já mostrou sua disposição – e Sua Excelência está certo – de não permitir isso. Precisamos saber o que é obra irregular, em que etapa do processo ela é assim considerada.

Nos últimos dias, o Ministro Fernando Bezerra tem sido muitas vezes questionado sobre o motivo de ter liberado recursos para obras chamadas "irregulares". Trata-se de um colega nosso, um homem sério, correto, intransigente na defesa de seus pontos de vista, que fica, às vezes, numa posição indefensável ou vulnerável, como se realmente estivesse patrocinando a liberação de recursos para obra irregular, o que não é verdade. São citadas três obras: a Barragem do Castanhão, no Ceará; a Adutora do Oeste, em Pernambuco; e o Tabuleiro de Russas, que é uma obra de irrigação, também no Ceará, feita com recursos de empréstimos do Banco Mundial – Bird. O Ministro está na imprensa, sendo censurado por ter liberado recursos para essas obras.

Vamos ao exame dessas três obras. Essa liberação ou, pelo menos, o empenho dos recursos aconteceu antes de maio, data da lei que determinou que não se liberassem recursos para as obras que constassem da lista das chamadas "irregulares". No caso do Castanhão, ainda em análise pelos técnicos – portanto, sem parecer sobre a existência, ou não, de irre-

gularidades –, o Tribunal de Contas da União levantou 23 questionamentos, tais como a ausência de firma reconhecida ou de assinatura em um documento, bem como do relatório de impacto sobre o meio ambiente e até mesmo uma questão técnica sobre uma falha na rocha, o paleocanal, que não foi descoberto na ocasião em que foram feitos os levantamentos, as sondagens para a execução da barragem e que, evidentemente, importou em acréscimo no total da obra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a repartição competente, que é o Departamento Nacional de Obras contra a Seca, ofereceu todos os esclarecimentos, que estão sendo analisados pelo Tribunal de Contas da União. Então, não podemos condenar uma obra, colocá-la em todas as manchetes de jornais como uma obra com irregularidades ou irregular, simplesmente porque ainda não houve o pronunciamento do Tribunal de Contas da União.

Nessas vinte e três questões levantadas pelo Tribunal de Contas da União há pontos que são simples, que não têm tanta importância e outros que requerem aprofundamento, como a questão da falha geológica, na rocha, que importou aumento do custo da obra em função desse problema que foi descoberto na fase de execução da obra.

Essa obra do Tabuleiro de Russas, que é um projeto de irrigação, financiada pelo Bird, havia dúvida quanto à concorrência. Quem tem experiência – e aqui está o Senador Roberto Requião – sabe que as obras com financiamento do Bird são rigorosas, são concorrências internacionais, feitas dentro de uma sistemática extremamente rígida. Agora mesmo, o Tribunal de Contas da União já oficiou a Comissão Mista de Orçamento afirmando que realmente não há irregularidades na obra; mas antes constava como irregular. A análise, a apuração, a oitiva dos responsáveis terminou esclarecendo o assunto e constatando que a obra não tem irregularidades.

A chamada Adutora do Oeste, no Estado de Pernambuco, era uma obra que vinha sendo executada por um consórcio de empresas, inclusive uma delas é a Incal, que tem problemas de esclarecimentos perante o Tribunal de Contas da União, só que a obra foi entregue ao Exército. O Exército é quem está executando a obra, por isso que o Ministro Fernando Bezerra liberou os recursos. Acredito que nenhum de nós pode aqui levantar, em princípio, qualquer dúvida sobre a lisura, a correção do Exército Brasileiro, que está concluindo essa obra da maior importância. Estamos falando de água para o Nordeste, para o se-

mi-árido. Está aqui um especialista, um estudioso nesse assunto, uma pessoa muito dedicada, Senador Bernardo Cabral, que já publicou inclusive uma obra sobre todos esses aspectos legais referentes à questão da água, foi o relator do projeto da ANA – Agência Nacional de Águas –, sabe bem do que estou falando. Pergunto: essas obras vão ficar paradas? E todos sabemos que uma obra parada tem o seu custo aumentando sempre.

Agora, não venham ler nas minhas palavras algo que eu não disse. Não estou defendendo que obra irregular continue de qualquer maneira, porque tem que ser concluída. Não é isso. Muitas vezes utiliza-se esse argumento para levar adiante obras que estão de fato comprometidas pela corrupção, superfaturamento, desmandos e desvio do dinheiro público. Não é disso que estou tratando.

O que quero é que fique bem claro, primeiro, o conceito de obra irregular. O que é obra irregular? Qual a natureza da irregularidade que está sendo apontada? Se é algo simples ou grave, que realmente demanda um cuidado especial. Segundo, em que etapa do processo já podemos condenar definitivamente, dizendo que é uma obra irregular, para a qual o Governo não deve destinar um centavo a mais. Tenho uma opinião: penso que só podíamos dizer isso no momento em que a obra fosse julgada pelo Pleno do Tribunal de Contas da União, ainda que caiba recurso, pedido de revisão, recurso à Justiça sobre tal decisão. Mas a do Pleno já é uma opinião onde há elementos para configurar realmente, se não com toda certeza, mas em grande medida, uma irregularidade grave que desaconselha o Governo a colocar dinheiro naquela obra, a menos que se proceda, se for o caso, uma nova licitação e, conseqüentemente, entre uma outra empresa para a sua conclusão.

As obras hídricas que mencionei, como por exemplo a de Castanhão, iniciada em 1995, fundamental para a sobrevivência da população que vive no semi-árido do Ceará. Nós da Bancada do Ceará, os três Senadores, os nossos Deputados Federais, independentemente de partido político, não podemos assistir indiferentes a isso que se deseja fazer, proteger indefinidamente a conclusão da obra, o que encarece muito o seu custo, condenando-a definitivamente, quando as pretensas, alegadas ou suspeitas irregularidades ainda não foram confirmadas sequer na primeira fase do processo, onde o Ministro relator está trabalhando com seus auditores, com os técnicos do Tribunal de Contas da União.

Por último, não podemos comparar, por exemplo, com todo o interesse que existe em oferecer condições de conforto e de segurança às pessoas que demandam à Justiça do Trabalho, a importância, a necessidade dessa obra com a sede, o prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. É preciso ter bom senso para distinguir essas questões, mesmo na hora em que o assunto recebe um foco muito grande de atenção da imprensa e da opinião pública, nos debates, nas discussões. É preciso serenidade e isenção, para examinar de forma a dar uma solução coerente e que atenda ao interesse público, que está aí em dois aspectos: primeiro, na lisura, na correção do administrador público, que está responsável pela obra; segundo, na destinação da obra, que deve estar pronta o mais rápido possível, para atender ao interesse geral, o bem comum daquela população a que ela se destina.

Por último, quero justamente dizer que o Ministro Fernando Bezerra tem procurado dar celeridade a essas decisões, para que não fiquemos, todo ano, com essa mesma cantilena: vem a lista de obra irregular, aí vamos a essa luta, para depois procurar retirar da lista de obra irregular, para receber os recursos orçamentários. E para que não pareça que nós, que estamos defendendo a continuação da obra, estejamos acobertando uma obra irregular ou aqueles que estão comprometidos com as irregularidades dela decorrentes.

Hoje o Ministro Fernando Bezerra foi ao Tribunal de Contas da União ter um encontro com o seu Presidente, Ministro Iran Saraiva, para que se acelerem essas decisões, para que as obras não sofram solução de continuidade e se atenda também a esse princípio de respeito ao dinheiro público, de moralidade na administração da coisa pública que o povo brasileiro tanto deseja, de que devemos ser aqui os principais intérpretes.

Concluindo, Sr. Presidente, definir bem, conceituar bem, precisar bem o que é obra irregular e em que momento pode ser considerada como tal, para efeito de sustação na destinação de recursos públicos para a sua execução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o Senador Djalma Bessa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, considero muito importante a iniciativa do Governo brasileiro de reunir em Brasília, amanhã e depois, os Presidentes de

doze países da América do Sul, com o objetivo de promover maior integração entre os mesmos.

Em artigo para o jornal **Valor Econômico**, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ressaltou dois passos que estão ao alcance desses países.

1. A perspectiva de integração dos dois grande agrupamentos comerciais da região, o Mercosul ampliado e a Comunidade Andina, com a aproximação crescente da Guiana e do Suriname; e

2. O avanço na identificação e na reutilização de eixos de desenvolvimento e projetos-chave de integração física, de maneira a permitir um melhor planejamento econômico na região.

Quero propor aos Presidentes dos doze países que examinam um aspecto fundamental, cada vez mais significativo, não mencionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Devemos estar preocupados com a integração econômica, não apenas do ponto de vista dos empresários, ou dos proprietários do capital, que desejam vender bens e serviços ou investir além de suas fronteiras, mas também, e sobretudo, dos seres humanos, daqueles que exercem todo tipo de trabalho.

Temos de ter como perspectiva a realização concreta de toda pessoa poder escolher onde estudar, trabalhar e viver com dignidade.

Também devemos ter como objetivo que mais e mais possamos conferir direitos iguais a todas as pessoas de estarem participando da riqueza de seus respectivos países e de toda a América do Sul.

A reunião dos presidentes dos doze países da América do Sul está-se realizando em meio às ações do Presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, que desde dezembro de 1994, em Miami, vem proclamando o seu objetivo de formação da Alca, Área de Livre Comércio das Américas, até 2005, de tal forma que toda e qualquer empresa possa realizar investimentos, participar de licitações, comercializar bens e serviços desde o Alasca até a Patagônia. Não tem o Presidente dos Estados Unidos mencionado o objetivo de integração das Américas de tal forma a que chegássemos, em breve, a permitir a livre movimentação das pessoas, que teriam iguais direitos sociais também desde o Alasca até a Patagônia.

Na sua exposição Êxodos, o fotógrafo Sebastião Salgado tem mostrado o problema do deslocamento de pessoas que têm sido forçadas pelos mais diversos motivos a se deslocarem de suas respectivas terras natais. Salgado tem ressaltado que, se em 1989 caiu o Muro de Berlim, desde então tem-se erguido um novo muro, junto ao Rio Grande, na fronteira dos

Estados Unidos com o México, que tem dificultado a entrada de latino-americanos no país que, justamente no século XIX, recebeu de presente da França a Estátua da Liberdade, monumento este que, diante da ilha de Manhattan, simboliza o direito de imigrantes de outros países encontrarem nos Estados Unidos o livre progresso de suas vidas.

Por outro lado, cabe registrar que a União Européia, que hoje congrega 28 países, e que se iniciou com áreas de livre comércio, está proporcionando aos seus habitantes a possibilidade de estudarem, trabalharem e viverem em quaisquer de seus países, com a gradual homogeneização dos direitos sociais previstos em suas respectivas legislações.

Desejo informar aos presidentes sul-americanos que a Universidade de Los Andes, na Colômbia, realizará nos meses de julho a setembro de 2001 um seminário internacional sobre Justiça Social, Cidadania e Renda Básica Incondicional. Um Novo Modelo de Solidariedade, com a participação de professores universitários e dirigentes políticos do Brasil, da Argentina, da própria Colômbia e de outros países. A proposta deste seminário surgiu no seminário de uma semana, realizado em junho último em Bogotá sobre esse tema, com a participação do Professor Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain; do Professor Félix Ovejero, da Universidade de Barcelona; e de quatro universidades da Colômbia.

Justamente o Professor Philippe Van Parijs, secretário, fundador e um dos principais entusiastas da Rede Européia da Renda Básica, que em inglês se denomina *Bien Basic Income European Network*, está promovendo a realização do 8º Congresso Internacional da Rede Européia da Renda Básica, em 6 e 7 de outubro próximo, em Berlim.

Segundo o Professor Andres Hernández, Coordenador do Grupo Inbain (Ingresso Básico Incondicional), que me convidou para estar presente no seminário de 2001, um dos principais propósitos será elaborar um projeto de lei para a próxima legislatura e também o estudo da viabilidade de uma renda básica incondicional em países do terceiro mundo.

Ressalto que a experiência pioneira existente de uma renda básica incondicional ocorre com resultados positivos há 20 anos justamente no Alasca, um dos Estados norte-americanos, pois lá, em 1976, quando o Alasca tinha 300 mil habitantes e havia recém descoberto enorme reserva petrolífera, o Governador Jay Hammond propôs uma emenda à Constituição do Estado pela qual se destinariam 50% dos **royalties** decorrentes da exploração dos recur-

tos naturais para um fundo que a todos pertenceria. A proposta foi aceita pela Assembléia Legislativa e, também, por **referendum** popular, por 76 mil a 38 mil portanto na proporção de dois a um, aqueles recursos foram sendo aplicados, ano a ano, em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar sua economia, dos Estados Unidos, de empresas internacionais, de empreendimentos imobiliários.

O patrimônio do fundo permanente do Alasca passou de US\$1 bilhão, em 1980, para US\$28,1 bilhões, em 2001. Para cada um dos hoje 600 mil habitantes do Alasca ali residentes há um ano ou mais, não importando a origem, a raça, o sexo, a idade, a condição civil ou socioeconômica, foram sendo pagos dividendos que foram crescendo, de aproximadamente US\$300 anuais, no início dos anos 80, para US\$1679, em 1999, devendo-se aproximar de US\$2000 por habitante, em 2000, o que será pago na segunda semana de outubro.

Já se está, portanto, podendo visualizar o dia em que do Alasca à Patagônia se conferirá a todos os habitantes das três Américas o direito à vida, o direito de participar da riqueza das nações, o direito à liberdade e à justiça, conforme vislumbraram Thomas Paine, José Martí, Simon Bolívar e Tiradentes.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ressaltar a importância de os 12 presidentes de países sul-americanos, na sua reunião, pensarem sobretudo na perspectiva do ser humano, daqueles que trabalham, dos homens e das mulheres, e não apenas na perspectiva daqueles que detêm o capital, daqueles que têm o interesse de estar realizando investimentos, participando de licitações, querendo vender os seus produtos e os seus serviços além-fronteiras.

É preciso que, mais e mais, os governantes das Américas, e sobretudo o nosso governante brasileiro, venham dar exemplos da justa preocupação com a condição do homem e da mulher, dos seus direitos à cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, o drama que vive a nação colombiana há décadas, se antes nos preocupava, agora começa a nos alarmar, especialmente a nós, brasileiros da Região Amazônica, que possui uma grande linha de fronteira com o país vizinho.

Jornais dão conta da aprovação pelo Congresso americano de uma verba de mais de US\$1 bilhão destinada a ajudar o governo colombiano em seu combate às guerrilhas e ao narcotráfico. Ao mesmo tempo, informa sobre a presença, já há algum tempo de 83 boinas-verdes que fazem o treinamento das tropas especiais daquele país, que combatem a guerrilha.

Srs. Senadores, a Colômbia é um país soberano. Evidentemente que não compete ao governo brasileiro intervir na decisão daquele país de solicitar ajuda aos Estados Unidos ou a qualquer outro país, até porque é grave a situação da nação colombiana, que tem um terço de seu território ocupado pelo movimento rebelde e que é, não um dos principais, mas o principal foco de produção e comércio de tóxicos. É claro que o governo de um país como esse, quase em desespero, terá que aceitar ajuda externa.

Mas a nós, brasileiros, em particular a nós, amazônidas, alarmam os desdobramentos dessa intervenção americana. Fala-se no lançamento de desfolhantes para extinguir as plantações de coca, e fala-se no aumento da presença dos militares norte-americanos naquele país. Não há como evitar a lembrança do Vietnã. Não que possa repetir-se ali exatamente o que aconteceu no sudeste asiático – como dizia Marx, a história só se repete como farsa –, pois o contexto hoje é diferente: acabou a Guerra Fria, a nação americana vive a síndrome do Vietnã e, por isso mesmo, o Congresso americano jamais aprovaria o envolvimento de tropas americanas em operações de combate. Creio que não haverá uma repetição do que aconteceu no Vietnã, mas o aumento da presença americana, o fortalecimento das forças armadas colombianas e a intensificação dos combates, Senador Bernardo Cabral – V. Ex^a, que é do meu Estado, ali tão perto do teatro de operações –, terá consequências, inevitavelmente.

Não sabemos como reagirá a guerrilha. Assediada mais fortemente do que tem sido, talvez busque refúgio em território brasileiro. Não é que a guerrilha queira nos envolver, mas provavelmente será obrigada a buscar refúgio, forçando uma reação das Forças Armadas brasileiras. Pode ocorrer também que o exército colombiano tente usar o território brasileiro como apoio para o combate, como já fez há dois ou três anos – V. Ex^a sabe que uma base nossa foi usada para repelir um ataque da guerrilha a uma vila nas proximidades da nossa fronteira.

E o narcotráfico, Senador Bernardo Cabral? Se eles conseguirem combater realmente o narcotráfico

e destruir as plantações de coca – oxalá tenham êxito, é do interesse de todo o mundo, não apenas deles –, os narcotraficantes serão extintos ou buscarão o nosso território? Uma área paupérrima como o meu Estado do Amazonas, uma fronteira quase desabitada, populações paupérrimas nas proximidades, sem emprego, sem alternativas, acossadas pelo Ibama que não lhes deixa, muitas vezes, explorar os recursos florestais que eles utilizavam tradicionalmente, sem outras opções econômicas... Que presa fácil não se tornará essa população da ação dos narcotraficantes!

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Concedo aparte, com satisfação, ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a está no caminho certo, Senador Jefferson Péres. Há mais de um ano, a Bancada do Amazonas – inclusive com o apoio da Bancada do Acre, não só na pessoa do Senador Nabor Júnior, como na do Senador Tião Viana – teve oportunidade de denunciar à Nação, desta tribuna, que a guerrilha na Colômbia estava se juntando ao narcotráfico e, conseqüentemente, a nossa fronteira já estava sendo visitada por tropas paramilitares. Lembro-me de que, àquela altura, tanto V. Ex^a quanto eu fomos acusados de estar fazendo exercício de futurologia, pois nada disso estaria a acontecer. Agora, imagine V. Ex^a qual será a situação com o chamado Plano Colômbia! O Presidente Clinton desembarcará naquele país para lançar a ação ofensiva contra os narcotraficantes, mas não acredito que as FARC vão ceder lugar depois de estar ocupando parte daquele território há 30 anos. Vai acontecer exatamente o que V. Ex^a acaba de registrar: acossado e acuado, esse pessoal se encaminhará para o lado brasileiro. Em verdade, a nossa diplomacia já está respondendo aos apelos do Comandante Militar da Amazônia, General Lessa – hoje no Comando do Leste. Aquele general, inclusive com publicidade da revista *Veja*, chamou a atenção para o perigo que ronda aquela região. Com o programa Calha Norte, agora apoiado pelo Itamaraty, teremos melhores condições para enfrentar o perigo que ronda as nossas fronteiras desertas, onde o caboclo não tem muito do que sobreviver e poderá ser, sem dúvida nenhuma, manipulado por esse pessoal que dispõe de recursos financeiros. Quero juntar à voz de V. Ex^a a minha solidariedade. Tomaremos juntos as providências que,

ao final, sei que ambos julgaremos necessárias. Cumprimentos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral.

Creio que a primeira providência, Senador, será ficarmos atentos à proposta orçamentária que o governo está encaminhando ao Congresso nesta semana. Oxalá traga ela dotações muito maiores para o Projeto Calha Norte, há pouco mencionado por V. Ex^a. Esse projeto é vital não apenas para reforçar a presença dos militares na fronteira, mas principalmente em razão de seu alcance social, uma vez que ele levará a presença do Estado, sob a forma de prestação de serviços, à população não apenas do arco de fronteira, mas de toda a faixa ao norte do rio Amazonas. É preciso que os recursos não falem, Senador. Esse projeto ficou paralisado durante toda a década de 90 – os recursos que foram sendo alocados eram ridículos. Foi preciso uma ação da bancada da qual nós participamos e também a pressão dos próprios militares, reconheço, para fazer com que a partir deste ano os recursos fossem substancialmente aumentados.

Ao lado disso, temos, felizmente, a implantação do Projeto Sivam, que está em pleno andamento, será concluído em julho de 2001, e trará um reforço considerável à vigilância das fronteiras do Arco Norte.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Senador Roberto Requião, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Jefferson Péres, a sua preocupação é procedente, é a visão de um verdadeiro brasileiro. Talvez a sua esperança não tenha conseqüência quando confrontada com a realidade. Hoje, Senador Jefferson Péres, temos, poder-se-ia dizer, um acidente aéreo a cada semana, temos pilotos morrendo por absoluta falta de manutenção das nossas aeronaves. As Forças Armadas estão sendo liquidadas. O Ministério da Defesa foi montado, seguramente, para acabar com as Forças Armadas brasileiras. Em outras circunstâncias teria sido uma bela proposta. No quadro atual, é a proposta da extinção das Forças Armadas, com um Ministro da Defesa tão inexpressivo que neste momento me foge à memória o seu próprio nome, por absoluta falta de ação e um rigoroso desconhecimento de tudo o que diga respeito ao funcionamento das nossas Forças Armadas. Estamos vendo o Brasil aderir, pela destruição das suas Forças Armadas, a um projeto de "Estados Unidos gendarme do mundo". As Forças Armadas, o que resta delas, jogadas no combate ao narco-

tráfico. A rigorosa e absoluta falta de manutenção, o risco de vida e a conseqüente morte dos nossos pilotos. Não tenho, não posso ter a esperança colocada por V. Ex^a nesse bem intencionado pronunciamento. O que vejo é exatamente o contrário: o nosso espaço aéreo invadido na Região Amazônica diuturnamente, sem nenhuma condição de interferência das Forças Armadas brasileiras por absoluta falta de equipamento e de recursos. Estamos sendo transformados em uma espécie de estado associado. A vocação do Fernando Henrique é para ser Presidente de Porto Rico e não do Brasil.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Senador Roberto Requião, veja bem, a minha esperança é fundada também nas chamadas “forças vivas da Nação”, inclusive este Congresso. V. Ex^a está coberto de razão. A FAB, a aeronáutica, está sucateada simplesmente. Perdeu praticamente a eficácia e a eficiência como força de combate. E o desmantelamento das Forças Armadas é o desmantelamento da Nação. No caso específico dessa ameaça que vem da Colômbia, Senador Roberto Requião, não apenas o fortalecimento das Forças Armadas nas fronteiras de forma eficiente é indispensável para repelir incursões, tanto da guerrilha, como das forças regulares da Colômbia, mas até mesmo para prevenir, quem sabe, futuramente, uma intervenção americana. Alguns dizem: “Isso é tolice. O Brasil jamais terá força para enfrentar o poderio americano”. Mas Senador Roberto Requião, **est modus in rebus**, em termos. É claro que o Brasil, em uma guerra com os Estados Unidos, não teria a mínima condição de resistir mais do que uma semana. Mas a presença de uma força eficiente nas fronteiras, com bom poder de fogo, servirá, sim, como força de dissuasão. Por quê? Porque hoje, graças ao trauma do Vietnã, a nação americana resiste – toda ela – a qualquer intervenção militar que custe vidas humanas.

Senador Bernardo Cabral, na medida em que tenhamos forças com grande poder de fogo para repelir um ataque, eles pensarão dez vezes antes de intervir e sacrificar vidas americanas. Mas o Senador Roberto Requião tem toda razão. O Congresso não pode omitir-se do seu dever de pressionar o Governo, pressionar o Executivo e emendar o Orçamento para que se comece um processo de recuperação das Forças Armadas brasileiras. E nós da Amazônia, mais do que ninguém, reclamamos isso neste momento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, após uma batalha que se iniciou em 1934, com a edição do Decreto nº 24.643, de 10 de julho daquele ano, o Código de Águas, obra prima do Direito Administrativo, de autoria do Prof. Alfredo Valadão, que passou mais recentemente pela criação do Comitê de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, em 1978, pela Constituição de 1988, pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, do qual tive a honra, Sr. Presidente, de ser o Relator nesta Casa, pela criação da Agência Nacional de Águas – ANA, por igual fui dela Relator, chegou finalmente ontem ao Senado Federal a indicação pelo Presidente da República dos nomes para compor a diretoria da ANA.

Caberá a esta Casa sabatinar a equipe que será liderada pelo Professor Jerson Kelman e composta pelo Professor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Professor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, Engenheiro Ivo Brasil e Engenheiro Lauro Sérgio de Figueiredo.

É a última etapa desse processo, Sr. Presidente.

A tarefa dessa equipe será árdua, não tenho dúvidas. Há uma expectativa enorme no País a respeito de mecanismos novos de gestão, tais como o Plano de Recursos Hídricos, a outorga, a cobrança, o enquadramento de cursos d’água e o sistema de informações. E mais novidades ainda: a responsável participação dos usuários, Governo e sociedade na definição e fiscalização do uso adequado da água de maneira democrática e participativa, através do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia.

São novos paradigmas dos novos tempos.

O Congresso Nacional fez a sua parte. Analisou as propostas do Executivo, aperfeiçoou-as por meio de substitutivos e, mais ainda, atendeu e cumpriu competentemente os pedidos de urgência com votos substantivos.

Agora, o Senado Federal vai ouvir da Diretoria da ANA qual a sua proposta. Sei que milagres não existem. Não se pode corrigir erros seculares em pouco tempo. Mas sei também que é possível colocar o barco no rumo certo da administração correta dos nossos recursos hídricos, zelando por essa riqueza única.

Por que digo isso? Porque temos insistido aqui, reiteradas vezes, com obras publicadas em derredor

do que significará a água neste século. Sem dúvida nenhuma, a frase que cunhei dizendo que a água será o "Ouro do Século XXI" é a pura verdade, porque para ela não há alternativa. Podemos ter alternativa para a borracha, para o petróleo, para o ouro, pois podemos fazê-los sinteticamente, mas para a água não temos alternativa. A água é a fonte da vida e temos que ter cuidados. A falta dela demonstra que está na hora de prestigiarmos essa Agência Nacional de Águas. No Nordeste e até em grandes Estados, como São Paulo, o racionamento já se fez presente.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, acostumou-se no Brasil a se falar em estrutura enxuta de governo. O que seria isso? Poucos funcionários? Gastos baixos?

É preciso mudar esse conceito para o conceito de estrutura forte, onde o benefício/custo seja grande. O Governo tem que ser competente. As chamadas estruturas "enxutas", além de, às vezes, saírem mais caras, devido ao baixíssimo benefício/custo, não têm atendido ao interesse público. O Governo tem que ser competente e cumprir sua função, avaliado por indicadores imparciais, transparentes e quantitativos de desempenho. E a população saberá reconhecer esse trabalho.

E aí me permito, Sr. Presidente, por ser um dos que têm batalhado pelo chamado problema água, sugerir ao Professor Jerson Kelman – que evidentemente deverá ser aprovado para a Presidência da ANA, pois tem mestrado e doutorado no exterior sobre recursos hídricos e o conheço de perto – que não se intimide em estruturar a Agência Nacional de Águas com as condições de que ela precisa. A ANA será cobrada por usuários, sociedade, governo e pelos parlamentares que, como eu, se preocupam com o adequado uso da água em nosso País. A ANA não se deve enclausurar em Brasília, mas sim participar da realidade dos Estados e das regiões, com representações locais, e fomentar a criação de Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos, as Leis Estaduais de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica em todo o País. Portanto, ao invés de se esperar a criação de conflitos para o estabelecimento de Comitês de Bacia Hidrográfica, o melhor é salientar que a finalidade maior dos Comitês de Bacia Hidrográfica é evitá-los.

Faço estas rápidas considerações, Sr. Presidente, porque, ao tomar conhecimento da indicação do Presidente da República, tenho a certeza de que posso encarecer ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que determine a tramitação regimental da sabatina da Diretoria indicada, a fim de que a Agência Na-

cional de Águas inicie os seus, tenho certeza, frutuosos trabalhos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo: praza aos céus possa a ANA navegar em águas turbulentas e tranquilas com muita competência, para a felicidade desta e das futuras gerações! Serão turbulentas de um lado, para se chegar à tranquilidade de outro, contanto que o povo seja o grande beneficiário da Agência Nacional de Águas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversava há pouco com o Senador Pedro Simon e o tema do nosso diálogo era a avidez de algumas figuras ilustres do PMDB pela adoção de um Garotinho. E o Pedro dizia-me: "Requião, vá à tribuna e avise a essa gente que o Garotinho não é deles e não é nosso também".

Mas, fundamentalmente, fica aqui um aviso para a cúpula partidária: o PMDB também não é de vocês. É preciso que cesse essa manipulação do Partido tanto no apoio absurdo ao Governo Federal e aos seus desmandos quanto a essas articulações que, cada vez mais, descaracterizam o nosso já tão descaracterizado Partido – pelo menos no que se refere à cúpula e às lideranças, porque a base do PMDB é a mesma base da marca do velho MDB de guerra, e nela eu suporto as minhas esperanças de uma virada desse processo nas próximas convenções estaduais e nacionais.

No entanto, Sr. Presidente, ocupo a tribuna para fazer algumas observações sobre a famosa Justiça Eleitoral do Brasil. Pouca gente sabe, mas o nosso País é o único que tem uma Justiça Eleitoral, que, aliás, veio em boa hora, em 1932, principalmente pela pressão dos militares, para se contrapor a um processo sistemático de corrupção eleitoral. Mas foi ficando velha e cada vez é mais inútil. Mais do que inútil, é um entrave ao processo de democratização do País.

Os juízes, corporativamente, detestando a classe política, resolveram por fim aos debates. O raciocínio básico é o seguinte: só se pode levantar uma dúvida ou fazer uma acusação com sentença transitada em julgado. E assim vão impedindo as denúncias, eliminando, de forma absurda, o contraditório, segundo os seus humores: se brigaram com a mulher à noite, de manhã cedo alguém deixará de falar, será impedido de colocar as suas verdades.

Eu trouxe alguns exemplos do Juiz Paraná. Senador Pedro Simon, o Meritíssimo Juiz Joatan Marcos de Carvalho resolveu proibir que eu mandasse, pela mala do Senado, uma carta onde resumia um discurso feito por mim, nesta tribuna, em que denunciava a corrupção em algumas prefeituras do Paraná e na contratação de veículos locados pela Prefeitura de Curitiba. Nada tinha a ver com o processo eleitoral. Levantei uma acusação séria contra vários prefeitos do Paraná, de vários partidos; se não me engano, até do meu. Fiz essa denúncia da tribuna do Senado e informei, por carta, aos meus eleitores em todo o Paraná.

O juiz, imbuído de má-fé cínica ou ignorância córnea – duas circunstâncias rigorosamente inadmissíveis para um magistrado –, resolve prolar esta preciosidade. Primeiro, ele admite que o Regimento do Senado é abrangente e permite que os Senadores se utilizem de ações como envio de missivas – parabéns ao Dr. Joatan Marcos de Carvalho, ilustre juiz da 145ª Zona Eleitoral de Curitiba. Depois, ele o seguinte:

Embora não tenha sido possível a confirmação da irregularidade pretendida [que seria o enquadramento em calúnia, injúria, difamação], a verdade é que a missiva configura ocorrência de propaganda eleitoral irregular, que deve ter sua circulação e distribuição cerceada.

O gaiato resolveu calar a minha voz no Senado da República, denunciando a corrupção. E elaborou um raciocínio estranhíssimo: o de que a acusação que faço a diversos prefeitos da capital e do interior seria propaganda indireta que beneficiaria o candidato do PMDB. Por que não o candidato dos outros partidos? É de uma estupidez o raciocínio do juiz que raia à loucura, ao cinismo ou à ignorância córnea.

E resolve S. Exª o meritíssimo proibir definitivamente a propaganda questionada. Logo, eu não posso mais dizer que estão roubando na locação, no aluguel de automóveis na cidade de Curitiba, em alguns outros Municípios do Paraná e em alguns outros setores da Administração Pública. Ele resolveu calar a minha voz de Senador da República.

Veja, Senador Pedro Simon, que espécie de loucura é o poder e o arbítrio que a nossa legislação concede a esses juízes eleitorais. A Justiça Eleitoral hoje só existe em um país do mundo: o nosso. Ela não existe na Itália, no Japão, nos Estados Unidos, enfim, não existe em lugar nenhum. Parece que a Costa

Rica tem um simulacro parecido com o brasileiro, mas em nenhum outro país do mundo há essa existência.

E a história do movimento do direito de resposta, esta é ainda mais interessante. Eles vão invadindo o nosso programa eleitoral com uma desenvoltura realmente impressionante e, a cada movimento que se faça, vem o direito de resposta. O PMDB põe no ar uma declaração antiga, de há dois anos, do Secretário de Transportes do Paraná, Sr. Heinz Georg Herwig, que declara, em uma entrevista veiculada na TV Manchete, à época, nunca contestada até então, que dentro de um, dois ou três anos Curitiba e a Região Metropolitana teriam pedágio urbano, Senador Pedro Simon, como já andaram fazendo na Argentina. Porque, dizia o Heinz Herwig, algumas obras vultosas demandariam a participação da iniciativa privada e seriam objeto de pedágio. O PMDB colocou essa entrevista, já veiculada, no ar, e a partir daí abrimos para os nossos candidatos a vereador uma discussão sobre o pedágio urbano. Pois muito bem, uma juíza, a Srª Lenice Bodstein, resolve que não há circunstâncias que abrangessem calúnia, injúria e difamação, pois o Secretário de Transportes fez uma declaração, colocou uma tese, que foi discutida por nós, mas concede ao Secretário de Transportes o direito de resposta à sua própria declaração. É uma piada! Então, ele invade o nosso programa, nos tomando tempo, para tentar explicar aquilo que tinha dito, ou seja, desdizer o que tinha dito.

Mas não parou aí a Dona Lenice Bodstein. Ela concede direito de resposta também ao candidato a prefeito da situação, do PFL, para desdizer o que o Secretário do Planejamento disse. Sob que alegação, uma vez que a Srª Lenice Bodstein, a meritíssima, já havia, na sua sentença, aceitado o fato de que não havia injúria, nem calúnia, nem difamação, ela alicerça a sua sentença, se é que se pode chamar de sentença uma peça ridícula dessa, com o argumento de que o Secretário do Planejamento não tem jurisdição sobre Curitiba. Logo, ele não pode dizer que Curitiba vai ter pedágio na cidade e na Região Metropolitana. Quem fala a respeito de Curitiba é o Prefeito Municipal. E invade novamente o nosso programa concedendo a Cássio Tanigushe, candidato do PFL, um minuto do nosso tempo para responder o que o Secretário do Planejamento tinha dito e não nós.

Transformou-se o processo eleitoral em uma chacota, em um cerceamento continuado do contraditório. E isso tudo a partir desse ódio corporativo que a Magistratura tem dos políticos, o que é extremamente

nocivo para o funcionamento da Justiça no Brasil e para o funcionamento da democracia.

Com calma, Sr. Presidente, vamos dar uma olhada em outras preciosidades da Justiça do Paraná.

Em outra sentença, quando solicita a retirada de nosso programa do ar em razão da mesma declaração do Sr. Heinz Georg Herwig, ela indefere o pedido por não reconhecer os elementos integrais previstos no art. 323, porém logo mais adiante concede o direito de resposta sob o pretexto de que quem fala sobre Curitiba é o Prefeito Municipal. Uma verdadeira graça a Dr^a Lenice Bodstein. Provavelmente fez uma má faculdade. Não entende nada de Direito. O seu raciocínio não tem rigorosamente nada de lógico.

E as sentenças sobre o mesmo tema no rádio, na televisão, e os direitos de resposta, apesar da juíza reconhecer que não há calúnia, nem injúria, nem difamação vão se sucedendo às dúzias.

O interessante nessa questão da declaração do Secretário dos Transportes é que ele teve o direito de resposta contra a sua própria afirmação e depois, dentro do nosso programa, a juíza concede também ao Prefeito, que vai responder o que o Secretário de Transportes do seu partido disse sob o pretexto de que ele não tinha jurisdição sobre a Prefeitura de Curitiba. Uma verdadeira piada!

Temos mais alguns pontos interessantes.

O PMDB colocou no ar uma pesquisa feita pela revista *Istoé* que analisa a situação dos Governadores e dos Prefeitos de Capital no Brasil. São 27 Estados no Brasil e o nosso glorioso Jaime Lerner ocupava nessa pesquisa a 24^a posição; o Prefeito Tanigushe, a 14^a posição. Divulgamos essa pesquisa no ar. S. Ex^a, o Governador Jaime Lerner, entra em juízo e o juiz do feito, agora nem sei mais se foi o Joatan Marcos de Carvalho ou foi a Dona Lenice Bodstein, considera que, sendo transcrição de uma pesquisa eleitoral, não havia nenhuma possibilidade de calúnia, injúria ou difamação, mas daí se sai com esta preciosidade jurídica – e pasmem, juristas e advogados do meu Brasil! –, que não havia nenhum ilícito, nenhuma ilegalidade, mas não se podia colocar uma pesquisa sobre o Governador no ar sem que S. Ex^a pudesse explicá-la, e mete um direito de resposta de um minuto no nosso programa eleitoral.

Estou, Senador, colecionando essas jóias preciosas do Judiciário brasileiro para encaminhar um projeto extinguindo esta aberração nacional, que é a Justiça Eleitoral. Os países funcionam com juntas eleitorais, algumas nomeadas pelo Congresso Nacional – uma parte pela Câmara e outra pelo Senado –,

com a participação de alguns juízes e do Executivo. Mas essa loucura detalhista que o Brasil tem simplesmente engessa o processo do contraditório e da democracia, porque quem está na situação está autorizado inclusive a fazer propaganda com o dinheiro público, propagandas regionalizadas em cada Estado brasileiro, ao passo que quem está na oposição não pode falar. O Presidente da República concorre à reeleição num avião presidencial, mas um gari de prefeitura que não se desincompatibilizar do cargo em tempo hábil tem a candidatura cassada, e aí dele se pichar um viaduto ou um muro não autorizado, pois já vem a famosa multa de 20 mil Ufirs. Temos que pôr um paradeiro nesse processo de forma definitiva.

Algo mais interessante ainda ocorreu agora com a D. Lenice Bodstein – eu gostaria de saber que faculdade a Dr^a Lenice Bodstein cursou e gostaria de ter acesso ao seu concurso de juíza.

Houve um debate entre o candidato do PMDB e o candidato a prefeito Cássio Tanigushe. O nosso candidato foi convidado pela Rede Bandeirantes a fazer uma entrevista que estava sendo feita com todos os candidatos e esse entrevista era ilustrada com uma pergunta gravada de cada um dos candidatos opositores. O Sr. Cássio Tanigushe fez uma pergunta ao Maurício Requião, que é meu irmão e candidato do PMDB. O Maurício respondeu à pergunta. Era uma pergunta sobre educação, quando o atual prefeito e candidato à reeleição, Cassio Tanigushe, mostrava seu programa educacional, que era algo mais ou menos assim, Senador Pedro Simon: "Melhorei tanto a merenda escolar de Curitiba, que nela existe até hambúrguer". Daí entra o Maurício no ar e lhe dá uma explicação: que o processo pedagógico nada tinha a ver com hambúrguer, que a escola estava preparando mal as crianças para a vida e que isso podia ser corrigido. E o Maurício entende muito disso, porque foi uma das pessoas que mais colaboraram na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando o nosso Darcy Ribeiro era o seu Relator.

No dia seguinte, o PMDB colocou no ar a pergunta do Prefeito e a resposta do Maurício no horário do Partido. O nosso gênio jurídico da 2^a Zona Eleitoral, Dr^a Lenice Bodstein, Juíza Eleitoral – imagine só, Senador Pedro Simon! –, aceita um pedido da Coligação governista e prolata esta preciosidade, que introduz neste momento nos Anais do Senado Federal, para que a Dr^a Lenice jamais seja esquecida, para que ela seja sempre lembrada por este trecho da sua lavra, antológico na sua vida e na história da Justiça Eleitoral do Paraná e do Brasil:

Defiro em termos a liminar, para proibir à Coligação representada a continuidade da transmissão do programa no que tange ao texto que envolve a voz e alusões ao candidato Cássio Tanigushe, na qualidade de pessoa e de prefeito, sob as penalidades do descumprimento do imediato. Programa a notificação.

Ela resolveu que não podemos mais fazer oposição no Paraná. Não podemos fazer alusão ao Prefeito e nem colocar na televisão a sua imagem, quando alguma declaração dele se tornar interessante para a discussão no programa eleitoral.

Essa besteira foi retratada pela Juíza, porque o escândalo foi muito grande nos meios jurídicos paranaenses. Pedimos a retratação, e ela se retratou, mas o nosso programa foi atrapalhado, porque tivemos que montar outros programas, quando o programa já estava preparado para ir ao ar.

A Juíza não terá nenhuma punição, porque ela não tem responsabilidade criminal ou civil nas besteiras que possa fazer, na desmoralização da Justiça Eleitoral e no impedimento de uma campanha. Não foi à toa que eles começaram o processo eleitoral convocando os partidos políticos, com a presença das Polícias Civil, Militar e Federal. Faltou anunciar a instalação da guilhotina, do pelourinho e do patíbulo, transformando o processo eleitoral em uma contravenção, em um exercício de crimes por parte de candidatos que tenham alguma coisa a dizer. É um engessamento; não querem mais saber do contraditório.

E aqui, na Casa, já vi proliferarem opiniões – espero que não sejam majoritárias – no sentido de reduzir-se ainda mais o tempo de propaganda eleitoral. Já eliminaram 15 dias, passando de 60 dias para 45 dias. E, agora, o ilustre Senador Jorge Bornhausen pretende restringir para 30 dias o espaço eleitoral. Quem está no poder utiliza toda a mídia; quem está fora do poder está impedido de falar. A situação é realmente estranhíssima.

Vamos a algumas outras jóias desta dupla maravilhosa: o Juiz Joatan Marcos de Carvalho e a Juíza Lenice Bodstein. Em que horror eles devem estar agora, quando posso, da tribuna do Senado da República, contar como eles agem. Eles gostariam do silêncio absoluto e da eleição como uma espécie de sepulcro caiado: "Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento".

Há mais algumas questões. Tenho aqui a retratação da sentença; só que a retratação veio depois de

o nosso programa ter sido mutilado, de toda a campanha eleitoral ter sido atrapalhada.

O nosso opositor tem como tema da sua campanha eleitoral um jargão: "Um, dois, três, votem no japonês". Outro dia, o japonês entrou no nosso programa para responder ao Secretário do Planejamento, do seu Partido, que propunha a instalação do pedágio em Curitiba. Fui à televisão como Presidente do Partido e introduzi o programa, porque ele veio manso, dizendo que era mentira aquela história de pedágio. E fez isso de forma absolutamente indevida, porque quem tinha afirmado que a estabelecer pedágio não foi o PMDB, mas sim o Secretário do Planejamento do PFL. Aproveitei a deixa, sabendo que eles iam entrar no programa, e gravei um texto que entrou imediatamente depois da fala do Sr. Cássio Tanigushe, mais o seguinte nos seguintes termos – suaves, Senador Paulo Simon, à sua moda, não à minha, inspirei-me em: S. Ex.^a: "Que japonês manso. Que bonzinho! Tem onze minutos na televisão contra os nossos quatro e invadiu o nosso tempo numa decisão absurda da Justiça Eleitoral". O Heinz, Secretário de Governo, parceiro do Cássio Tanigushe no Governo Jaime Lerner, afirmou que, dentro de um, dois ou três anos, haveria pedágio em Curitiba; não fomos nós. Primeiro, o Heinz consegue o direito de resposta contra sua própria afirmação, e, agora, não sei por que, sem base legal alguma, entra o Cássio Tanigushe nos nossos pobres quatro minutos. Quem é que pode acreditar nele?"

Aí teço algumas considerações. O que acontece nesse processo todo? A Coligação entra com um pedido de direito de resposta em cima da minha intervenção como Presidente do Partido, e S. Ex.^a, essa sumidade jurídica, esse poço de conhecimento doutrinário, que é a doutora – doutora, Pedro, por força de lei; os advogados são doutores por força de um decreto absurdo de João Goulart, sem nunca defenderem uma tese –, concede o direito de resposta, considerando que o uso, por mim, da palavra "japonês" era depreciativo, que essa havia sido uma manifestação de racismo. E, na verdade, "um, dois, três, votem no japonês" é a consignação de campanha do PFL do Cássio Tanigushe. Inclusive, por sugestão daquele rapaz gaiato que foi Ministro do Turismo, Rafael Greca, eles colocam as pessoas na televisão, dizendo mais ou menos o seguinte, com a mãozinha nos olhos: "Voto no japonês. Eu sou japonês.". E puxam o olho para que ele fique amendoado. Recebi um direito de resposta dessa sumidade, Dona Lenice Bodstein.

Sr. Presidente, como V. Ex^a percebe, a eleição no Paraná virou uma farra: farra de incompetência, de cinismo, de hipocrisia; farra de desconhecimento da doutrina e da lei. A lei já não vale nada. Mas a interpretação desses juizes supera qualquer defeito que a lei tenha. Ou é má-fé cínica, ou é ignorância córnea; nenhuma das duas serve ao processo eleitoral e à democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em clima de apreensão total, a Colômbia espera amanhã o Presidente dos Estados Unidos, que vai assinar um acordo com aquele país, começando com a entrega de um cheque de US\$1,8 bilhão, parte de uma importância muito maior, para iniciar as operações.

Dizem os termos do acordo contra o narcotráfico: "Todos sabemos a grave situação em que vive a Colômbia". Aliás, aquela região toda vive realmente uma situação muito difícil com as plantações de cocaína e de outras drogas e com o tráfico de entorpecentes para os Estados Unidos e para a Europa.

Na Colômbia, há um aumento de contingente dos fora-da-lei, há a criação de entidades pára-militares. Fala-se inclusive em territórios dos quais o próprio governo permite que essas entidades tenham o comando, tenham o controle, tenham autoridade. Ali, praticamente o governo não entra. Tudo isso faz com que se perceba a situação grave e difícil por que passa a Colômbia.

Por outro lado, misturado a esse problema do tráfico de entorpecentes, existe a questão da fronteira, que envolve a fixação das terras indígenas e que determina a presença de várias entidades não-governamentais que participam desse debate. Elas preocupam não pelo fato de apoiarem a fixação das terras indígenas, o que acho justo e correto, mas pela tentativa de fixação dessas regiões, Brasil, Colômbia e Venezuela juntos, quando já não se fala nas nações indígenas, nas tribos indígenas, nos povos indígenas, mas na nação ianomâmi, que se quer criar com um pedaço no Brasil, um pedaço na Venezuela e um pedaço na Colômbia. Tudo isso nos deixa apreensivos.

Os americanos argumentam no sentido de que é quase impossível, apesar de todo o esforço que fazem, evitar a entrada da droga nos Estados Unidos. Eles não argumentam que a droga é plantada e que o tráfico é mantido porque eles têm o dinheiro e pagam,

a peso de ouro, por essa droga. Quer dizer, há o que vende, mas há o que compra; e só existe o que planta e vende porque existe o que compra. Se não existissem os dólares americanos, se não existissem as infirmitudes de grupos que interferem nesse processo, a droga colombiana não teria muito valor.

O Brasil praticamente colocou de prontidão a sua fronteira, e parece-me que outros países de lá se encontram na mesma posição. Fala-se – e os próprios norte-americanos têm medo que isso já esteja iniciando –, a exemplo de Kennedy, no final do seu governo, que o Sr. Bill Clinton estaria deixando um novo Vietnã. Porque, na verdade, misturarão os grupos de entorpecentes com as tropas chamadas nacionalistas, as questões da política interna com os grupos de narcotráfico que fornecem e patrocinam essas tropas; e, diante dessa mistura, espera-se o início de uma luta cujo fim não se sabe.

A única questão que se observa na imprensa americana está relacionada às vidas norte-americanas. "Perdemos mais de 50 mil norte-americanos no Vietnã; não podemos iniciar outra caminhada". Aí vem a resposta de que o atual poderio americano é de tal intensidade que mata, apertando os botões em território norte-americano, sem praticamente perder um cidadão norte-americano. Vimos isso recentemente no Oriente, em que, em algumas operações, eles invadiram o centro da cidade, atingiram hospitais e tudo o mais, mas não houve uma morte de um norte-americano.

Isso nos deixa preocupados, porque ali está a Floresta Amazônica; ali está a metade do território brasileiro e não se sabe onde começa a Floresta Amazônica brasileira e termina a colombiana ou onde começa a da Venezuela e termina a peruana. São vários os países envolvidos e é fácil imaginar que, iniciada a guerrilha, os colombianos virão ao território brasileiro; e, atrás dos colombianos, virão os norte-americanos. Dessa forma, estará iniciado o conflito, a pretexto do combate ao narcotráfico.

Oito meses atrás, os norte-americanos propuseram um pacto aos países da Floresta Amazônica para que todos se unissem e enviassem pessoas para combater o narcotráfico na Colômbia. Uma união que a Argentina, o Brasil e todos os demais países rejeitaram. Mas os americanos, via Organização dos Estados Americanos, queriam que essa invasão fosse oficial, com a OEA e as tropas de toda a América. Como isso não foi aceito pelos americanos do sul, os norte-americanos, por conta própria, decidiram fazê-lo.

Agora sabemos o que a Secretária de Estado norte-americano esteve falando aqui, há quatro dias, com o Presidente Fernando Henrique. Veio comunicar que isso estava para acontecer.

Amanhã, o Presidente americano estará em território colombiano assinando o acordo, em meio à revolta e em meio ao protesto. E, a partir de depois de amanhã, começa a expectativa. Amanhã é o dia "zero" do que pode acontecer naquela região como consequência.

O Governo brasileiro fez bem em colocar as tropas brasileiras de prontidão naquela região. Várias vezes fui ao local e sei que é quase impossível agir-se ali. Olhando-se pelo ar aquela imensidão não se enxerga coisa alguma. Olhando-se de qualquer ângulo, não se tem a mínima idéia do que é Brasil, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru ou Panamá. Ali, o americano resolveu colocar a mão. Amanhã, inicia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já disse, desta tribuna, que se me perguntarem qual é a maior angústia que tenho com relação ao futuro do Brasil neste novo milênio, responderei: a soberania da Amazônia, que os estrangeiros querem que fique reduzida para nós. Querem criar, naquela região, uma espécie de território da Antártida, onde cada país do mundo tem um pedaço que pode explorar.

É estranho que essas coisas estejam acontecendo com o silêncio tranqüilo do País. É verdade, justiça seja feita, que o Brasil se manifestou, mas também é verdade que o clima que vivemos é de mais absoluta serenidade. Por isso estou aqui, nesta tribuna, formulando este pronunciamento, que é mágoa, ressentimento, mas que é Pátria e patriotismo.

Tenho a convicção, pelo que vi das notícias e iniciados os acontecimentos, de que, no momento em que interferirem no território brasileiro, haverá uma exigência unânime do nosso povo no sentido de respeito a nossa soberania.

Que pena, Sr. Presidente, que, mais uma vez, um presidente americano, às vésperas de encerrar o seu mandato, repita o que outro já fez e deixe a sociedade num clima de terror e numa expectativa imprevisível! Só que, desta vez, nós podemos ser as vítimas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em pronunciamento recente sobre a importância dos recursos consignados para Pernambuco no Orçamento da União – 2000,

manifestei a minha preocupação com a continuidade dos projetos estruturadores da economia do Estado, cuja execução é fundamental para a retomada do desenvolvimento, em face dos cortes apostos pelo Executivo à Lei Orçamentária.

Desta feita, quero destacar a relevância do complexo industrial e portuário de Suape não apenas para a economia de Pernambuco, mas para todo o Nordeste, em razão da sua função estratégica. Essa obra merece, portanto, a atenção prioritária do Governo Federal e o esforço concentrado da Bancada federal do Estado, visando assegurar a efetiva liberação dos recursos necessários a sua continuidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de Suape não pode sofrer solução de continuidade. Além da liberação dos recursos do OGU comprometidos com as obras de construção do porto interno, é necessário apoiar as negociações com os grupos industriais privados que pretendem se instalar na área do complexo. Defendo também a revisão da política do frete de cabotagem e derivados de petróleo, adotada pela Agência Nacional de Petróleo, bem como da taxa do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, estabelecida pela Receita Federal, como medidas fundamentais para viabilizar a competitividade do Porto de Suape.

O Projeto Suape é um exemplo do arrojo e da tenacidade do povo pernambucano. De fato, há mais de vinte e cinco anos o Governo do Estado concebeu um Plano Diretor (1973/1975) e iniciou, com extraordinário esforço e muitas dificuldades, a luta pela implantação de um Complexo Industrial e Portuário, localizado no Cabo de Santo Agostinho, 40km ao sul de Recife.

Ainda em 1976, o Governo Federal solicitou do governo do Japão, por meio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional, a JICA, a realização de um estudo, sob o ponto de vista técnico e econômico, para avaliar o Plano Diretor. Em agosto daquele ano, o estudo foi concluído, atestando a viabilidade técnica do Complexo e a perspectiva do desenvolvimento regional, o que atrairia, certamente, capitais externos.

Em 1977, ocorreu, após a necessária desapropriação de cerca de 13,5 mil hectares de terras, o efetivo início das obras previstas dentro da concepção estabelecida no Plano Diretor do Complexo. Foram realizados, até o ano de 1991, investimentos públicos da ordem de R\$144 milhões, em áreas como infra-estrutura portuária, sistema viário interno (rodoviário e ferroviário), sistemas de abastecimento de água, energia e telecomunicações, centro administrativo e obras complementares.

Em 7-11-78, foi criada, por intermédio da Lei nº 7.763/78, a empresa Suape Complexo Industrial Portuário, com a finalidade de realizar atividades relacionadas com a implantação do complexo industrial-portuário nas áreas delimitadas em decretos de declaração de utilidade e necessidade públicas, expedidos pela União, Estado de Pernambuco ou Municípios.

Em março de 1983, o Decreto Estadual nº 8.447/83 aprovou as Normas de Uso do Solo, Uso dos Serviços e de Preservação Ecológica do Complexo Industrial Portuário, de modo a garantir a ocupação e o uso racional do solo, com o menor dano sobre a biodiversidade local, conforme previsto no seu Plano Diretor. De acordo com esse decreto e com a legislação federal de criação da ZPE/Suape, a área de 13,5 mil hectares do Complexo foi subdividida em dez zonas.

O início da operação do Porto de Suape ocorreu em abril/84, quando foi realizado o primeiro embarque de álcool pelo Pier de Granéis Líquidos, arrendado à Petrobrás. Posteriormente, em junho/87, foram intensificadas as operações naquele Pier, com a transferência do Parque de Tancagem de Derivados de Petróleo, até então localizado no Porto de Recife. A partir de 1991, entrou em operação o Cais de Múltiplos Usos, movimentando carga geral containerizada.

Em fevereiro/91, foram estabelecidas, pela Secretaria Nacional dos Transportes do então Ministério da Infra-Estrutura, as "Diretrizes da Política Nacional dos Transportes", onde Suape foi incluído entre os onze portos prioritários do Brasil, para os quais se deveriam direcionar os recursos públicos federais de investimento em infra-estrutura portuária, o que começou a ocorrer no final daquele exercício.

A regularização da situação jurídico-institucional do Porto de Suape junto ao Governo Federal foi efetivada pelo Departamento Nacional de Transportes Aquaviários, da Secretaria Nacional de Transportes, do então Ministério de Infra-Estrutura, em 1992, que concedeu autorização ao Governo do Estado de Pernambuco para a exploração comercial dos serviços portuários.

A conceituação portuária em que se fundamentou o Plano Diretor, concluído em 1975, foi a de localizar indústrias de primeira geração no que se denominou Zona Industrial Portuária, às margens de canais internos de navegação, com as mesmas investindo em seus próprios terminais. As indústrias de segunda geração que advieram, em consequência, teriam também grande efeito multiplicador. Além disso, o Plano contemplava um local específico para a implan-

tação de um porto coletivo de uso público, visando ao atendimento da demanda de indústrias de terceira geração, localizadas nas Zonas Industriais Periféricas. O conjunto de instalações portuárias, assim constituído, seria desenvolvido dentro da concepção de um porto escavado.

Apesar da escassez de recursos naturais na região, a existência de águas profundas no local, junto a um cordão natural de arrecifes – são arrecifes naturais, que existem em toda a região –, que protege extensa área plana na retaguarda, viria permitir a aproximação de navios de grande porte, gerando, como consequência, baixíssimos custos de frete. Por outro lado, a inexistência de transporte de sedimentos na área externa do cordão de arrecifes, comprovada nos estudos originais, viria possibilitar a permanência de profundidades dragadas para o acesso e para a manobra dos navios de grande porte, sem a necessidade de dragagens de manutenção – ou seja, só seria dragado uma única vez. A partir de 1991, acresceu-se à concepção original do porto industrial a vocação de Suape como porto concentrador de carga (**hub port**) de uso público, em função das grandes profundidades junto à costa (-17m a 1,2 km do cordão de arrecifes). Portanto, uma profundidade excepcional.

Em uma estratégia planejada pelos armadores internacionais, Suape passou a ser visto como o porto que poderia realizar, na Costa Atlântica da América do Sul, as operações de **transshipment**, ou seja, a transferência de cargas de navios de grande porte (**full containers** de quarta geração) para as instalações portuárias e reembarcando-as em navios de menor porte, que as transportariam, por meio do sistema **deeper service**, com destino a portos de menor profundidade. Em resumo, Suape apresentava todas as credenciais para ser um dos **hub port** brasileiros.

Quanto ao porto externo, aproveitando a bacia formada com a construção do molhe, foi implantada uma primeira oferta portuária, constando de duas instalações de acostagem de navios, ambas em forma de píer: o Pier de Granéis Líquidos – PGL e o Cais de Múltiplos Usos – CMU.

Foi criado um porto artificial externo, de uso público, funcionando o cordão de arrecifes como divisor entre as duas áreas portuárias – externa e interna –, esta última construída por canais de navegação e áreas industriais, para cujo acesso fez-se necessária a abertura daquele cordão.

As profundidades das duas instalações de acostagem para uso do público acima mencionadas são: PGL (píer que contém um terminal de granéis lí-

quidos, da Petrobrás), com 14m e CMU, com 15,5m. A movimentação geral de carga atual é superior a quatro milhões de toneladas/ano (base 1998), composta, basicamente, de graneis líquidos (derivados de petróleo, álcool e produtos químicos), carga containerizada e frutas.

O Terminal de Graneis Líquidos, um dos que estão no porto externo, atende navios de até 50.000 TPB. Tem 84m de comprimento e 25m de largura na sua plataforma de operação, com profundidades de 14m, tanto no berço leste como no berço oeste. Dispõe de quatro **dolphins** laterais e é operado pela Petrobrás.

O cais de usos múltiplos – já falei –, com 343m de extensão e 39m de largura, oferece profundidade de 15,5m no seu berço leste e 10m nos iniciais do berço oeste. Sua superestrutura está dimensionada para receber navios de até 80.000 TPB e 25.000 TPB, respectivamente. No extremo sul do berço leste, há uma rampa, com 20m de largura, destinada à operação de navios **roll-on/roll-off**.

A outra alternativa é o porto interno. Tendo implantado toda a infra-estrutura necessária à atração de empreendimentos industriais – porque é no porto externo que estão localizadas as indústrias –, incluindo as instalações do porto externo, o Governo de Pernambuco concluiu ser necessária a implementação da construção do porto interno, que se verificou a partir de 1996 – portanto, há apenas quatro anos –, quando Suape passou a ser um dos 42 empreendimentos integrantes do Programa Brasil em Ação, do Governo Federal.

Esta conclusão foi baseada em resultados concretos, com 49 indústrias e empresas de serviços portuários já instaladas, em fase de construção ou com terrenos já adquiridos, representando, até novembro de 1999, investimentos privados de cerca de US\$627 milhões, com 4.700 empregos diretos gerados. A primeira etapa do porto interno, cuja abertura ao tráfego marítimo nacional e internacional se deu em 7-10-99 – inclusive, houve uma solenidade, com a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso –, permitirá o acesso de navios de até 170 mil TPB (carregados com grãos) às margens dos terrenos ao longo do canal de navegação interno – esses navios de grande porte vão entrar pelo rio e se dirigirão para onde estão as indústrias, para serem carregados e descarregados –, com 15,5m (51 pés), onde estão projetados o Terminal para Cereais e Granel (Tegran), com capacidade de quatro milhões de toneladas anuais, o Terminal de Contêineres (Tecon), com

200.000m² de área, em sua primeira fase, além de outros terminais de carga e industriais de primeira geração, que dependem diretamente do Porto.

Além de ser um porto de apoio à instalação de indústrias, o Porto de Suape é também compatível com a recepção de navios de grande calado nos seus cais de uso público e nos futuros cais privados, funcionando como um porto concentrador de cargas containerizadas e a granel.

O Porto de Suape constitui, assim, a melhor opção para o estabelecimento de **feeder services**, a partir dos demais portos da Região Nordeste e de outras regiões do Brasil, constituindo a principal alternativa para o transbordo de cargas para toda a costa atlântica da América do Sul.

Srs e Srs. Senadores, para melhor avaliação da importância de Suape para a economia de Pernambuco e do Nordeste, sobretudo no que se refere à atração de novos investimentos privados, quero registrar as negociações que estão sendo desenvolvidas pelo Governador Jarbas Vasconcelos, com a decisiva participação do Vice-Presidente Marco Maciel e da Bancada Federal de Pernambuco, em torno dos seguintes empreendimentos estruturadores do complexo:

1 – Terminal marítimo de Gás Natural Liquefeito (GNL)/ Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e a unidade de regaseificação. É um empreendimento conjunto Shell/Petrobrás, cujo investimento está estimado em US\$290 milhões. O projeto básico já foi totalmente desenvolvido e nele foram investidos cerca de US\$5 milhões.

Esse projeto vai importar gás liquidificado por meio de navio, que possivelmente virá da África. Será construída uma instalação no Porto de Suape para gaseificá-lo. Ele será, então, unido ao gás que vem do Rio Grande do Norte e da Bahia.

2 – Terminal de contêineres no Porto de Suape. A consolidação de Suape como porto concentrador de cargas containerizadas credita ao mesmo uma demanda de carga, com certeza, muito maior do que a visão de atendimento a uma cabotagem tradicional. O terminal de contêineres será, então, um terminal especial, para que possa operar navios de grande porte, que colocarão esses contêineres em navios de pequeno porte.

3 – Terminal de grãos, que, inclusive, será integrado com toda a rede ferroviária existente no Nordeste.

4 – Terminal de GLP, que já existe e será ampliado. Nele serão operados todos esses terminais da Petrobrás.

5 – Usina termelétrica para 460MW. Pelo protocolo, já assinado, foi criada a empresa Termopernambuco, que será implantada em duas etapas. A primeira, com geração de 230 megawatts, será construída até 2003; a segunda, até 2005.

6 – Refinaria de petróleo. Trata-se de um sonho antigo de Pernambuco. Há dois grupos internacionais que estão analisando o projeto: a Samsung e a Petrogal, uma empresa estatal portuguesa.

7 – Usina siderúrgica.

8 – Terminal de frutas.

9 – Outros investimentos necessários para o complexo. O complexo industrial e portuário de Suape, iniciado originalmente com recursos próprios do Governo do Estado, contabiliza até dezembro de 1999 cerca de R\$345 milhões em investimentos, desde a concepção do plano diretor e início das obras, aplicados na construção da infra-estrutura geral e portuária, além dos custos de desapropriação de 13,5 mil hectares. Somente na infra-estrutura portuária específica foram gastos R\$242 milhões. É importante salientar que os recursos do Tesouro estadual representaram 50% do total investido até a presente data.

O futuro do projeto depende, entretanto, fundamentalmente, da efetiva liberação de recursos do Governo Federal, conforme prevê o Plano Plurianual de Ações do Governo do Estado – PPA, para o período 2000/2003, em consonância com a prioridade definida para Suape.

O PPA prevê, nesse período, o montante de R\$238 milhões em obras de infra-estrutura, aquisição de equipamentos e instalações, estudos de atualização do plano diretor, etc.

É oportuno, portanto, ressaltar neste momento a necessidade de garantir o repasse dos recursos sancionados pelo OGU-2000 para o Projeto Suape, no montante de R\$49.915 milhões, que serão utilizados basicamente para a construção do segundo Pêr de Granéis Líquidos; para a dragagem defronte ao quarto berço do porto interno, que seria a quarta etapa; para a aquisição e instalação dos sistemas de monitoramento de atracção de navios e de meio ambiente; e para a urbanização da margem esquerda do rio Ipojuca, em final de projeto, necessária à implantação dos futuros terminais de GLP, também já solicitados pelo mercado.

Caracterizado como um grande projeto de desenvolvimento, o complexo Suape merece tratamento diferenciado e prioritário no contexto das ações do Governo Federal no Nordeste. Além do repasse efetivo dos recursos consignados no OGU-2000, conside-

ro relevante registrar duas demandas específicas que dependem de decisão política do Governo Federal, extremamente importantes para assegurar a consolidação de Suape como pólo de desenvolvimento. As demandas são as seguintes:

– Redução do frete de cabotagem de derivados de petróleo.

Através de portaria, a ANP estabeleceu, em dezembro/98, um frete de cabotagem para transporte de derivados de petróleo para o Porto de Suape, que é o segundo mais caro do Brasil, reduzindo a sua competitividade em relação aos demais portos da Região Nordeste. Informações não oficiais dão conta de que a fixação desse alto valor se deu em função de se ter confundido Suape com Recife, que tem uma movimentação de derivados de petróleo inexpressiva, resultando daí o estabelecimento do valor elevado. A ANP informa que deverá rever os termos da portaria. É algo que deve ser feito rapidamente, pois está inviabilizando a administração do porto.

Taxa do FUNDaf – Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDaf, da Receita Federal.

O Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDaf – é um tributo criado pelo Decreto Lei nº 1.437/75, “destinado a fornecer recursos para a Receita Federal. O Regulamento Aduaneiro dispõe que o Secretário da Receita Federal estabelecerá a contribuição que seria devida ao Fundaf. Em 1998, foi estabelecido o valor de R\$17.480,00 mensais, a título de alandegamento de instalações portuárias, caso que no Porto de Suape está sendo aplicado ao Terminal de Contêineres da Caravel. Informações prestadas pelo Superintendente da Receita Federal em Pernambuco dão conta que o Fundaf cobre atualmente quase a integralidade dos gastos com custeio da Receita Federal como diárias para treinamento etc.

O Fundaf é importante. Entretanto, o Fundaf do Porto de Suape está muito mais alto do que deveria estar, em comparação com outros portos. Há portos que movimentam, por exemplo, 300.000 contêineres, enquanto o de Suape movimenta atualmente apenas 30.000, e pagam a mesma taxa. Então, é necessário que a taxa seja proporcional ao tamanho do porto.

Dessa forma, objetivando eliminar entraves e reduzir custos de operação do Porto de Suape, apelo à Bancada Federal e aos Srs. e Sr^{as} Senadores, para o encaminhamento das soluções requeridas pelas demandas do Governo de Pernambuco, desenvolvendo

gestões especiais junto à ANP e Receita Federal, ações essas que já venho desenvolvendo.

Finalmente, quero registrar mais uma vez a convergência de propósitos e de esforços da Bancada Federal, do Vice-Presidente Marco Maciel e do Governador Jarbas Vasconcelos, no sentido de recuperar a economia de Pernambuco por meio de uma ação coordenada para viabilizar a execução dos principais projetos estruturadores do desenvolvimento do Estado, entre os quais Suape é um dos principais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR
JOSÉ JORGE.**

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{tes}. e Srs. Senadores, em pronunciamento recente, sobre a importância dos recursos consignados para Pernambuco no Orçamento da União – 2000, manifestei a minha preocupação com a continuidade dos projetos estruturadores da economia do Estado, cuja execução é fundamental para a retomada do desenvolvimento, em face dos cortes apostos pelo Executivo à Lei Orçamentária. Desta feita, quero destacar a relevância do complexo industrial e portuário de Suape, não apenas para a economia de Pernambuco mas para todo o Nordeste, em razão de sua função estratégica. Esta obra merece, portanto, a atenção prioritária do Governo Federal e o esforço concentrado da bancada federal do Estado, visando assegurar a efetiva liberação dos recursos necessários a sua continuidade.

Sr^{tes} e Srs. Senadores, o projeto de Suape não pode sofrer solução de continuidade. Além da liberação dos recursos do OGU, comprometidos com as obras de construção do porto interno, é necessário apoiar as negociações com os grupos industriais privados que pretendem se instalar na área do complexo. Defendo também a revisão da política do frete de cabotagem de derivados do petróleo, adotada pela Agência Nacional de Petróleo, bem como da taxa do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, estabelecida pela Receita Federal, como medidas fundamentais para viabilizar a competitividade do Porto de Suape.

O Projeto Suape é um exemplo do arrojo e da tenacidade do povo pernambucano. De fato, há mais de vinte e cinco anos que o Governo do Estado concebeu um Plano Diretor (1973/1975) e iniciou, com extraordinário esforço e muitas dificuldades, a luta pela

implantação de um Complexo Industrial e Portuário, localizado no Cabo de Santo Agostinho, 40 Km ao Sul do Recife. Ainda em 1976, o Governo Federal solicitou do Governo do Japão, através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional, a JICA, a realização de um estudo, do ponto de vista técnico e econômico, para avaliar o Plano Diretor. Em agosto daquele ano, o estudo foi concluído, atestando a viabilidade técnica do Complexo e a perspectiva do desenvolvimento regional, o que atrairia certamente capitais externos.

Em 1977, ocorreu, após a necessária desapropriação de cerca de 13.500 hectares de terras, o efetivo início das obras previstas dentro da concepção estabelecida no Plano Diretor do Complexo. Foram realizados, até o ano de 1991, investimentos públicos da ordem de R\$ 144 milhões em áreas como infra-estrutura portuária, sistema viário interno (rodoviário e ferroviário), sistemas de abastecimento d'água, de energia e de telecomunicações, centro administrativo e obras complementares.

Em 7-11-78, foi criada, através da Lei nº 7.763/78, a empresa Suape Complexo Industrial Portuário, com a finalidade de realizar atividades relacionadas com a implantação do complexo industrial-portuário nas áreas delimitadas em decretos de declaração de utilidade e necessidades públicas, expedidos pela União, Estado de Pernambuco ou Municípios.

Em março/83, o Decreto Estadual nº 8.447/83 aprovou as Normas de Uso do Solo, Uso dos Serviços e de Preservação Ecológica do Complexo Industrial Portuário, de modo a garantir a ocupação e uso racional do solo com o menor dano sobre a biodiversidade local, conforme previsto no seu Plano Diretor. De acordo com este Decreto e legislação federal de criação da ZPE/Suape, a área de 13.500 hectares do Complexo foi subdividida em 10 zonas.

O início da operação do Porto de Suape ocorreu em abril/84, quando foi realizado o primeiro embarque de álcool, através do Pier de Granéis Líquidos, arrendado à Petrobrás. Posteriormente, em junho/87, foram intensificadas as operações naquele Pier, com a transferência do Parque de Tancagem de Derivados de Petróleo, até então localizados no Porto do Recife. A partir de 1991, entrou em operação o Cais de Múltiplos Usos, movimentando carga geral containerizada.

Em fevereiro/91 foram estabelecidas, pela Secretaria Nacional dos transportes do então Ministério da Infra-estrutura, as "Diretrizes da Política Nacional dos Transportes", onde Suape foi incluído entre os 11 portos prioritários do Brasil, para os quais se deveriam direcionar os recursos públicos federais de in-

vestimento em infra-estrutura portuária, o que começou a ocorrer no final daquele exercício.

A regularização da situação jurídico-institucional do Porto de Suape, junto ao Governo Federal, foi efetivada através do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários da Secretaria Nacional de Transportes do então Ministério de Infra-estrutura, em 1992, que concedeu autorização ao Governo do Estado de Pernambuco para a exploração comercial dos serviços portuários.

A conceituação portuária em que se fundamentou o Plano Diretor, concluído em 1975, foi o de localizar indústrias de primeira geração, no que se denominou Zona Industrial Portuária, às margens de canais internos de navegação, com as mesmas investindo em seus próprios terminais. As indústrias de segunda geração que adviram em consequência teriam, também, grande efeito multiplicador. Além disso, o Plano contemplava um local específico para implantação de um porto coletivo de uso público, visando o atendimento à demanda de indústrias de terceira geração, localizadas nas Zonas Industriais Periféricas. O conjunto de instalações portuárias, assim constituído, seria desenvolvido dentro da concepção de um porto escavado.

Apesar da escassez de recursos naturais na região, a existência de águas profundas no local, junto a um cordão natural de arrecifes, que protege extensa área plana na retaguarda, viria permitir a aproximação de navios de grande porte, gerando, como consequência, baixíssimos custos de frete. Por outro lado, a inexistência de transporte de sedimentos na área externa do cordão de arrecifes, comprovada nos estudos originais, viria possibilitar a permanência de profundidades dragadas para o acesso e para a manobra dos navios de grande porte, sem a necessidade de dragagens de manutenção. A partir de 1991, acresceu-se à concepção original de porto industrial, a vocação de Suape como porto concentrador de carga (**hub port**) de uso público, em função das grandes profundidades junto à costa (-17m a 1,2km do cordão de arrecifes).

Em uma estratégia planejada pelos armadores internacionais, Suape passou a ser visto como o porto que poderia realizar, na Costa atlântica da América do Sul, as operações de **transshipment**, ou seja, a transferência de cargas de navios de grande porte (**full containers** de quarta geração) para as instalações portuárias e reembarcando-as em navios de menor porte, que as transportariam, através do sistema **defer service**, com destino a portos de menor profundidade. Em resumo, SUAPE apresentava todas as credenciais para ser um dos **hub port** brasileiros.

Porto externo:

Aproveitando a bacia formada com a construção do molhe, foi implantada uma primeira oferta portuária, constando de duas instalações de acostagem de navios, ambas em forma de **pier**: o Pier de Granéis Líquidos – PGL e o Cais de Múltiplos Usos – CMU.

Foi criado um porto artificial externo, de uso público, funcionando o cordão de arrecifes com divisor entre as duas áreas portuárias – externa e interna – essa última construída por canais de navegação e áreas industriais, para cujo acesso fez-se necessária a abertura daquele cordão.

As profundidades das duas instalações de acostagem, para uso do público, acima mencionadas são: PGL (pier contendo um terminal de granéis líquidos) – 14m, e CMU – 15,5m. A movimentação geral de carga atual é superior a 4 milhões de toneladas/ano (base 1998), composta basicamente de granéis líquidos (derivados de petróleo, álcool e produtos químicos), carga containerizada e frutas.

Terminal de granéis líquidos:

Atende navios de até 50.000 TPB. Tem 84m de comprimento e 25m de largura na sua plataforma de operação, com profundidades de 14,0m, tanto no Berço Leste como no Berço Oeste. Dispõe de 4 **dolphins** laterais.

Toda operação portuária é realizada atualmente pela Petrobrás e pela Terminal Químico Aratu – TEQUIMAR, já estando credenciados outros operadores, vinculados aos novos terminais de gases e álcool, em construção.

Uma tancagem flutuante de 41.000 toneladas de GLP (gás de cozinha), implantada a partir de julho de 1993, junto ao Molhe de Abrigo, contribuiu para ampliar a movimentação anual de granéis líquidos de 1,2 milhões de toneladas em 1991 para mais de 3,6 milhões de toneladas em 1998, atendendo, através de transbordo **ship to ship**, o abastecimento de todo o Nordeste/Norte do Brasil, até Manaus.

Cais de múltiplos usos:

Com 343m de extensão e 39m de largura, oferece profundidades de 15,5m no seu Berço Leste e 10,0m nos iniciais do Berço Oeste. Sua superestrutura esta dimensionada para receber navios de até 80.000 TPB e 25.000 TPB, respectivamente. Na extremidade sul do Berço Leste, há uma rampa, com 20m de largura, destinada à operação de navios **roll-ônus roll-off**.

No Berço Leste, com extensão acostável de 323m, já operam navios "full-container" de 2.600 TEU's (TEU – twenty equivalent unit, ou seja unidade

equivalente a 20 pés), podendo receber navios de 4.000 TEU's. Na plataforma do cais estão disponíveis 52 tomadas para contêineres "reefers", utilizados como "pulmão" na exportação de frutas em "pallets". No Berço Oeste, está disponível uma extensão acostável de 180m, com 10m de profundidade, e mais 163m com profundidade de 7m a 9m.

Esse "pier" é conectado ao Pátio de Contêineres, no retroporto, através de uma plataforma e rodovia asfaltada com 200m de extensão. O Pátio de Contêineres é pavimentado com placas de concreto, com área da ordem de 29.000m² e uma capacidade estática de 3.000 TEU's, a 5 de altura, dispondo ainda de 72 tomadas para refrigeração de carga containerizada.

O "pier não conta com equipamentos portuários, mas já dispõe das calhas para receber trilhos, com bitolas de 10m e 15m, destinados a guindastes e pórticos, em toda a extensão do seu Berço Leste, e bitola de 10m ao longo do Berço Oeste.

Tendo iniciado suas operações 1991, o Cais de Múltiplos Usos atingiu, em 1998, uma movimentação de cerca de 50.000 TEU's. Um terminal de contêineres, privado, deverá ter sua exploração licitada em 2000, possibilitando o seu uso público, a partir de 2001. A sua área é de aproximadamente 200.000m², em uma primeira fase, e deve contar com, pelo menos, 600m de cais acostável (2 berços), e profundidade de 15,5m. Sua capacidade dinâmica está estimada em 400.000 TEU's/ano.

Porto interno:

Tendo implantado toda a infra-estrutura necessária à atração de empreendimentos industriais, incluindo as instalações do Porto Externo, o Governo de Pernambuco concluiu ser necessário a implementação da construção do Porto Interno, implementação que se verificou a partir de 1996, quando Suape passou a ser um dos 42 empreendimentos integrantes do Programa "Brasil em Ação" do Governo Federal.

Esta conclusão foi baseada em resultados concretos, com 49 indústrias e empresas de serviços portuários já instaladas, em fase de construção ou com terrenos já adquiridos, representando, até novembro/99, investimentos privados de cerca de US\$627 milhões e 4.700 empregos diretos gerados. A Primeira Etapa do Porto Interno, cuja abertura ao tráfego marítimo nacional e internacional se deu em 7-10-99, permitirá o acesso de navios de até 170.000 TPB (carregados com grãos) às margens dos terrenos ao longo do canal de navegação interno, com 15,5m (51 pés), onde estão projetados um Terminal

para Cereais a Granel (TEGRAN), com capacidade de 4,0 milhões de toneladas anuais, um Terminal de Contêineres (TECON), com 200.000m² de área, em sua primeira fase, além de outros terminais de carga e industriais de primeira geração, que dependem diretamente do Porto.

Os investimentos nas obras já realizadas, em execução e a executar na primeira Etapa do Porto Interno, estimados, inicialmente, em R\$ 172 milhões, estão orçados, atualmente, em R\$ 203,4 milhões (R\$191,9 milhões já haviam sido gastos até dezembro/99) e foram inseridos no Programa "Brasil em Ação", do qual o Porto de Suape é um dos 42 empreendimentos componentes.

O Porto de Suape incorporou o modelo de gestão "landlord port" desde o início de suas atividades. Exercendo a Autoridade Portuária, Suape delegou à iniciativa privada, a partir de maio/91, a execução da totalidade das operações portuárias e os investimentos na super-estrutura (equipamentos, pátios, etc) dos terminais de carga e das empresas de serviços e indústrias portuárias.

Além de ser um porto de apoio à instalação de indústrias, o Porto de Suape é também compatível para a recepção de navios de grande calado nos seus cais de uso público e nos futuros cais privados, funcionando como um porto concentrador de cargas containerizadas e a granel.

O Porto de Suape constitui-se, assim, na melhor opção para o estabelecimento de "feeder services", a partir dos demais portos da região Nordeste e de outras regiões do Brasil, constituindo-se na principal alternativa para o transbordo de cargas de e para toda a costa atlântica da América do Sul.

Sr^{tes}. e Srs. Senadores, para melhor avaliação da importância de SUAPE para a economia de Pernambuco e do Nordeste, sobretudo no que se refere à atração de novos investimentos privados, quero registrar as negociações que estão sendo desenvolvidas pelo Governo Jarbas Vasconcelos, com a decisiva participação do Vice-Presidente Marco Maciel e da Bancada Federal, em torno dos seguintes empreendimentos estruturadores do Complexo:

Terminal Marítimo De Gás Natural Liquefeito (Gnl) / Gás Liquefeito De Petróleo (Glp) E A Unidade De Regaseificação:

Trata-se de um empreendimento conjunto Shell/Petrobrás, cujo investimento está estimado em US\$ 290 milhões. O Projeto Básico já foi totalmente desenvolvido e nele foram investidos cerca de US\$ 5 milhões.

O Terminal Marítimo de Gás Natural utilizará o atual Cais de Múltiplos Usos do Porto Externo de Suape, que será liberado, com esta finalidade, após a transferência das operações com carga containerizada para os cais do Porto Interno, ora em construção, estimando-se uma movimentação anual do produto de 1,46 milhões de t/ano. A princípio, serão utilizados navios propaneiros com capacidade variado de 70.000m³ a 135.000m³ para o transporte do GNL, que deverá ser importado da Nigéria.

A movimentação de GLP, atualmente realizada através da tancagem flutuante disponível em Suape, é da ordem de 1,2 milhões de t/ano. A princípio, serão utilizados navios propaneiros de 45.000 m³ e 90.000 m³ para o transporte de GLP.

O gás produzido na planta de GNL deverá atender consumidores dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, já que estará conectado aos gasodutos Pilar-Cabo e Guamaré-Cabo (Nordestão) e a partir deste último ao gasoduto Guamaré-Pecém.

A entrada em operação do conjunto Terminal/Unidade de Regaseificação está prevista para o exercício de 2003. O consórcio Shell/Petrobrás já criou a empresa que vai gerir o empreendimento.

Terminal de Contêineres do Porto de Suape

A consolidação de Suape como porto concentrador de cargas containerizadas credita ao mesmo uma demanda de carga, com certeza, muito maior do que a da visão de atendimento a uma cabotagem tradicional. O Terminal de Contêineres que está sendo projetado para Suape estima que, em uma primeira etapa, seja movimentados cerca de 400.000 TEU's/ano cerca de 4 milhões de t/ano (de carga de transbordo), em um horizonte de 6 a 8 anos, a partir do início de suas operações efetivas (ano 2001). Esta demanda deve ser acrescida àquela prevista para a cabotagem tradicional.

Para tanto, a International Corporation – IFC, brprivado do Banco Mundial, contratada pela empresa Suape, procedeu a modelagem do processo para arrendamento da área que sediará o terminal de Contêineres, a ser explorado pela empresa privada vencedora da licitação. Caberá a esta empresa investir cerca de US\$ 40 milhões na super-estrutura do Terminal (pátios, equipamentos, etc.)

Terminal de grãos do Porto de Suape:

Dois fatores orientaram a concepção de um Terminal Graneleiro no Porto de Suape, desde os projetos originais, na década de 70:

- A economia de escala nos fretes marítimos no transporte de grãos em navios de até 170.000 tpb (toneladas de porte bruto), sendo SUAPE o único porto do Nordeste do Brasil, na época, com a profundidade (15,50 metros) para receber essa classe de navio;

- O investimento e a operação do Terminal pelo setor privado, assegurando eficiência e baixos custos operacionais.

Estes dois fatores representariam, segundo cálculos na época, reduções entre US\$ 15 a US\$ 20 por tonelada no preço do grão importado.

Preparando-se para oferecer este projeto ao mercado investidor, a empresa Suape contratou ao Porto de South Louisiana, o maior porto graneleiro dos Estados Unidos e com o qual mantém acordo de cooperação técnica, o Projeto Conceitual do Terminal de Grãos, que foi concluído em 1997. Esse projeto estabeleceu como parâmetros a construção do Terminal em duas fases, a primeira para importação (milho, trigo, cevada) e a segunda para exportação (soja), com investimentos total da ordem de US\$ 77 milhões, nas duas etapas.

Com base no Projeto Conceitual, SUAPE obteve a aprovação pela Agência de Desenvolvimento de Comércio, do Governo dos Estados Unidos, de uma doação de US\$ 250 mil para desenvolver o Estudo de Viabilidade do Terminal, instrumento essencial para apresentação do projeto ao mercado investidor. Este estudo, realizado pela empresa Black & Veatch International, foi concluído em fevereiro/2000.

Por ter sido financiado com recursos do Governo dos Estados Unidos, a contratação do estudo de viabilidade teve ampla divulgação e repercussão no mercado mundial da indústria de grãos, despertando interesse de diversos grupos investidores, em especial do Canadá e Estados Unidos, que vêm mantendo contato com a empresa Suape e solicitando informações sobre o projeto.

Também a nível nacional, o Projeto de Terminal de Grãos vem despertando interesse. Tão logo o novo Governo de Pernambuco assumiu, empresários goianos da indústria de grãos procuraram a empresa Suape para conhecer detalhes do projeto. Os entendimentos evoluíram e, independentemente da conclusão do estudo de viabilidade, o grupo já formalizou seu interesse no arrendamento do terreno, construção e operação de um Terminal de Grãos no Porto de Suape, com investimento inicial de US\$ 15 milhões.

Terminal de GLP do Porto de Suape:

A movimentação de GLP pelo Porto de Suape, incluindo recepção e distribuição para o mercado local e

para outros Estados já atinge cerca de 1,5 milhões de toneladas por ano. Entretanto, a estocagem dos produtos destinados a outros Estados é feita, desde 1991, em tanque flutuante (navio Albuquerque Berry, de 75.000m³ de capacidade = 41.000t, afretado pela Petrobrás)

Daí, a necessidade de implantação de um Terminal Criogênico de GLP (gás liquefeito de petróleo), para concentração das importações do exterior e distribuição para o mercado local e para outros Estados.

Diversos grupos mantiveram contato com a empresa Suape, demonstrando interesse em explorar na sua área portuária um Terminal específico para GLP. Entre eles, a AgipLiquigás, a Koch Hydrocarbon e a Petrobrás/Shell. No momento estuda-se a possibilidade de formação de uma **joint venture** entre essas empresas.

Usina Termelétrica:

O Governo Pernambuco firmou, na data de ontem, um protocolo de intenções com o consórcio Guaraniana e a Chesf para implantação de uma usina termelétrica em Suape, com capacidade para 460 MW. Esse consórcio, que ganhou recentemente o leilão de privatização da Celpe, é formado pelas empresas Iberdrola, O Fundo de Previdência do Banco do Brasil e o BB Invest.

Pelo protocolo é criada uma empresa para gerir o empreendimento avaliado em US\$ 500 milhões: A Termopernambuco. A empresa será implantada em duas etapas. A primeira, com geração de 230 MW, até dezembro de 2003. A Segunda etapa está prevista para conclusão até janeiro de 2005 e deverá gerar mais 230MW.

Quero ressaltar que em todo o país a implantação de termelétricas é fundamental para complementar a geração de energia, especialmente no nordeste onde a capacidade do rio São Francisco, principal matriz energética da região, se esgotará em 2002.

Ressalto também a participação do Governo Federal na construção da termelétrica de Suape, através do BNDES que está negociando com o Consórcio Guaraniana o financiamento necessário para aquisição dos equipamentos. Além disso, segundo declarações do Ministro Rodolfo Tourinho, a Petrobrás poderá ser uma das acionistas da Termopernambuco, com uma participação de 30% das ações.

O Protocolo inicial Shell/Petrobrás, assinado em 9-11-98, para construção do Terminal Marítimo de Gás Natural e Unidade de Regaseificação e que tem, como um dos principais clientes, uma usina termelé-

trica, previa que esta usina viesse a ter uma capacidade inicial projetada de 480 MW, em módulos.

O Governo do Estado de Pernambuco, entretanto, entendeu que o primeiro módulo deveria ser deflagrado com a construção de um unidade de 260 MW, a ser construída pela Petrobrás em associação com a Asea Brown Boveri.

Este investimento, já definido e no valor de R\$150 milhões é decorrente da repartição, em duas unidades, de uma unidade maior de 480 MW, já adquirida, que seria instalada, integralmente, no Estado da Bahia. Para tanto, foi assinado, em 27.05.99, um Protocolo de Intenções, entre a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, e o Estado de Pernambuco, objetivando garantir, a partir do não 2002, o suprimento de energia elétrica para o Estado de Pernambuco e regiões circunvizinhas, com os seguintes compromissos:

I. O Estado de Pernambuco disponibiliza a cessão de área na Zona Industrial Portuária de Suape, suficiente à implantação progressiva de usinas termelétricas;

II. A União promove a implantação imediata, na área destacada e definida para esse fim, de usina termelétrica de 260 MW, através da Eletrobrás.

Para complementar a capacidade de 480 MW, o Governo do Estado de Pernambuco incluiu no leilão de privatização de sua companhia de energia (a Celpe), realizado no início de 2000 e ganho pela empresa espanhola Iberdrola, a condição de que a mesma invista na construção do módulo complementar. Mais recentemente, a Iberdrola vem estudando, junto ao Governo do Estado, a possibilidade de assumir, também, a unidade a ser construída pela Petrobrás, implementando, modularmente, as duas unidades.

Refinaria de Petróleo:

Dois grupos internacionais estão interessados: a Petrogal, de Portugal, e a Samsung, da Coreia. Os contactos realizados com a Petrogal foram iniciados em outubro/99, com a vinda de missão portuguesa chefiada pelo Presidente da Petrogal (visita a Suape. Governador do Estado de Pernambuco e Petrobrás), posteriormente foi contratado estudo preliminar do meio ambiente com consultora que elaborou o EIA/RIMA de Suape e aberto escritório da Petrogal em Recife, em janeiro/2000. Além disso foi iniciado estudo preliminar de viabilidade técnico-econômica para uma refinaria de 200.000 barris/dia, com investimento estimado em US\$ 2 bilhões, a ser concluído no exercício de 2000. A depender do resultado do Estudo de viabilidade técnico-econômica, a Petrogal estará buscando parceiros para o projeto (sua participação,

em princípio, será de 40%) e elaborando a equação financeira para implantação do empreendimento, cujo desenvolvimento poderia acontecer a partir de 2001.

Com a Samsung foram realizados dois contatos em 1999. Posteriormente, a empresa apresentou ao Governo do Estado de Pernambuco, em janeiro/2000, estudo preliminar de viabilidade técnico-econômica para uma refinaria com 2 alternativas: produção de 110.000 barris/dia e 220.000 barris/dia, com investimentos estimados, respectivamente, em 1,54 bilhões e 2,23 bilhões. Durante o exercício 2000, a Samsung espera desenvolver o estudo da viabilidade técnico-econômica do trabalho, elaborar a equação financeira do empreendimento com participação de outros parceiros, de modo a permitir, se tudo for factível, a constituição da empresa que implantará o projeto.

Usina Siderúrgica:

Em novembro de 1997, a direção do Grupo Vicunha visitou Suape dando início a entendimentos com vistas à implantação no Complexo Industrial Portuário de Suape de uma unidade industrial destinada à fabricação de produtos siderúrgicos (laminados) planos. O investimento previsto é da ordem de US\$ 600 milhões. O passo inicial dos trabalhos foi a formação, em início de 1998, de um Grupo de Trabalho, com representantes do Governo do Estado de Pernambuco e do Grupo Vicunha, para analisar os aspectos do projeto, visando a assinatura de um Protocolo de Intenções.

O aspecto mais importante da discussão está centrado na redução, pela Petrobrás, do preço de fornecimento do gás natural para R\$ 1,25/m³, condição colocada pela Vicunha para viabilização do projeto. Apesar desta discussão não ter chegado a um termo final, a última informação prestada pelo Presidente do Grupo Vicunha, por ocasião de solenidade realizada no final de 1998, na SUDENE, para viabilização, pelo mesmo grupo, da construção da Ferrovia Transnordestina, era de que o interesse continuava.

Terminal de frutas:

O Porto de Suape vem, desde 1991, configurando-se como o principal porto exportador de frutas produzidas na região Petrolina/Juazeiro do Vale do Rio São Francisco, notadamente para uvas e mangas. Ultimamente, o escoamento das frutas tem se utilizando de navios "full containers".

Com a inauguração da primeira Etapa do Porto Interno, em outubro/99, foi ofertada uma nova Infraestrutura que permitirá aos navios "full reefers", que não têm podido atracar no Cais de Múltiplos Usos do Porto Externo de Suape – constantemente ocupado pe-

los navios "full containers" – voltar a frequentar o porto e incrementar, mais ainda, as exportações de frutas.

Este fato provocou interesse dos dois principais grupos exportadores de frutas, através de sua associação, a Valexport, que procurou a empresa Suape para retomar os entendimentos com vistas à implantação, no Porto de Suape, de um Terminal de Frutas. Esta intenção fundamenta-se no crescimento significativo que a produção de frutas no Vale do São Francisco vem registrando, o que credencia o segmento a pleitear a implantação do Terminal. Configura-se, dessa forma, a potencialidade de Suape em atrair mais um segmento gerador de desenvolvimento.

Investimentos realizados e necessários:

O complexo industrial e portuário de Suape, iniciado originalmente com recursos próprios do Governo do Estado, contabiliza até dezembro/1999 cerca de R\$ 345 milhões em investimentos, desde a concepção do Plano Diretor e início das obras, aplicados na construção da infra-estrutura geral e portuária, além dos custos de desapropriação de 13.500 hectares. Somente na infra-estrutura portuária específica, foram gastos R\$ 242 milhões. É importante salientar que os recursos do Tesouro Estadual representaram 50% (cinquenta por cento) do total investido até a presente data.

O futuro do projeto depende entretanto, fundamentalmente, da efetiva liberação de recursos do Governo Federal, conforme prevê o Plano Plurianual de Ações do Governo do Estado – PPA, para o período 2.000/2.003, em consonância com a prioridade definida para SUAPE no programa Brasil em Ação.

O PPA prevê, nesse período, o montante de R\$ 238 milhões, em obras de infra-estrutura (R\$ 212 milhões), aquisições de equipamentos e instalações (R\$ 22,5 milhões), Estudos de atualização do Plano Diretor (R\$ 1,0 milhão). Do total previsto na programação de investimentos do Complexo Suape, o orçamento geral da União participará com R\$ 216,3 milhões (91%) e o Governo do Estado com R\$ 12,6 (9/0%).

É oportuno, portanto, ressaltar, nesse momento, a necessidade de garantir o repasse dos recursos sancionados pelo OGU-2000 para o Projeto Suape, no montante de R\$ 49,915 milhões. Na verdade esses recursos já estão comprometidos com obras e serviços previstos no Programa de Investimentos do Complexo para o corrente ano, sendo que já foram celebrados alguns contratos e outros se encontram em processo de licitação. Entre essas obras e serviços destacam-se:

- Construção do segundo Pier de Granéis Líquidos (contrato – R\$ 8 milhões) – única obra que teve sua autorização expedida e se destina a atender ao aumento da demanda dos derivados de petróleo movimentados pelo Porto de Suape.

- Dragagem defronte ao quarto berço do Porto interno (contrato – R\$ 14,7 milhões) – necessária para permitir a construção em 2001 do cais do Terminal de Grãos, já solicitado pelo mercado.

- Aquisição e instalação dos sistemas de monitoramento de atracação de navios e de meio ambiente (contrato – R\$ 11,9 milhões) – condição imprescindível para funcionamento do Terminal de Gás Natural, empreendimento conjunto Shell/Petrobrás.

- Urbanização da margem esquerda do Rio Ipojuca em final de projeto (R\$ 6,8 milhões) – necessária à implantação dos futuros terminais de GLP, também já solicitados pelo mercado.

Caracterizado como um grande projeto de desenvolvimento regional o complexo Suape merece um tratamento diferenciado e prioritário no contexto das ações do Governo Federal no Nordeste. Além do repasse efetivo dos recursos consignados no OGU-2000, considero relevante registrar duas demandas específicas que dependem de decisão política do Governo Federal, extremamente importantes para assegurar a consolidação de SUAPE como polo de desenvolvimento. Essas demandas são as seguintes:

Redução do frete de cabotagem de derivados de petróleo:

Através de Portaria, a ANP estabeleceu, em dezembro/98, um frete de cabotagem para transporte de derivados de petróleo para o Porto de Suape que é o segundo mais caro do Brasil, reduzindo a sua competitividade em relação aos demais portos da região Nordeste. Informações não oficiais dão conta que a fixação deste alto valor se deu em função de se ter confundido Suape com Recife, que tem uma movimentação de derivados de petróleo inexpressiva, resultando daí o estabelecimento do valor elevado. A ANP informa que deverá rever os termos da portaria.

Taxa do Fundaf:

O Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF, é um tributo criado pelo Decreto Lei Nº 1.437/75, “destinado a fornecer recursos para o reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Receita Federal, a atender aos demais encargos específicos inerentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos tributos federais e, especialmente, a intensificar a repressão às infrações relativas a mercadorias estrangeira e a outras modalidades de fraude

fiscal ou cambial, inclusive mediante a instituição de sistemas especiais de controle do valor externo de mercadorias e de exames laboratoriais. O Regulamento Aduaneiro (Decreto 91.030/85) dispõe que o Secretário da Receita Federal estabelecerá a contribuição que seria devida ao Fundaf. Em 1998, foi estabelecido o valor de R\$ 17.480,00 mensais, a título de alfandegamento de instalações portuárias, caso que no Porto de Suape está sendo aplicado ao Terminal de Contêineres da Caravel. Informações prestadas pelo Superintendente da Receita Federal em Pernambuco (4ª SRF) dão conta que o Fundaf cobre atualmente quase a integralidade dos gastos com custeio da Receita Federal como diárias para treinamento, aquisição de computadores, etc. rubricas que não são contempladas com verbas do OGU.

Não se discute a importância do Fundaf para a Receita Federal, mas o critério que estabeleceu seu valor como único, independentemente do tamanho da instalação portuária que foi alfandegada, é questionável. Por exemplo, o Tecon do Porto de Santos paga o mesmo valor que o Terminal de Caravel em Suape, quando se sabe que a quantidade de Contêineres movimentada nestes terminais é bastante diferenciada (300.000 contêineres contra 30.000). Por que não fixar tais valores com base em parâmetros como o tamanho da instalação ou área da instalação, valor comercial das mercadorias depositadas na instalação, etc. sem que se altere o valor total da arrecadação deste tributo? O Conselho de Autoridade Portuária de Suape já apresentou esse pleito à Receita Federal mas não obteve sucesso.

A continuar este quadro, o alfandegamento de terminais de menor porte, uma das estratégias que as empresas de logística, que pretendem se instalar em Suape, contam para consolidar Pernambuco no pólo logístico mais importante da região Nordeste fica prejudicada.

Dessa forma, objetivando eliminar entraves e reduzir custos de operação do Porto de Suape, apelo a Bancada Federal e apelo aos Senhores e Senhoras Senadores, para encaminhamento das soluções requeridas pelas demandas do Governo de Pernambuco, desenvolvendo gestões especiais junto à ANP e Receita Federal.

Finalmente, quero registrar, mais uma vez, a convergência de propósitos e de esforços da Bancada Federal, do Vice-Presidente Marco Maciel e Governador Jarbas Vasconcelos, no sentido de recuperar a economia de Pernambuco através de uma ação coordenada para viabilizar a execução dos principais projetos estruturadores do desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

Era o que tinha a dizer.

PORTO DE SUAPE**Programação para o PPA 2000 - 2003**

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil		
	TOTAL	OGU	ESTADO
OBRAS	<u>212.00</u>	<u>192.727</u>	<u>19.273</u>
	<u>0</u>		
1 Dragagem dos canais de acesso aos cais da 2ª Etapa do Porto Interno e ao cais do terminal Pesqueiro	93.000	84.545	8.455
2 Construção do Cais Tatuoca 1 (Ilha Tatuoca)	20.000	18.182	1.818
3 Construção do Cais do 4º berço do Porto Interno	28.000	25.455	2.545
4 Construção do Cais Cocaia 1 (Ilha Cocaia)	8.000	7.273	727
5 Duplicação da Av. Portuária, do TDR-Sul e Acessos	15.000	13.636	1.364
6 Complementação da Pavimentação do TDR-Norte	8.000	7.273	727
7 Acesso Rodo-Ferroviário A 2ª Etapa Do Porto Interno	28.000	25.455	2.545
8 Complementação da Urbanização da ZIP	12.000	10.909	1.091
AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES	<u>22.500</u>	<u>20.455</u>	<u>2.045</u>
1 Sistema de controle de tráfego marítimo	1.700	1.545	155
2 Sistema de controle de atracação de navios e ambiental	11.900	10.818	1.082
3 Sistema de controle de Tráfego Rodoviário Interno	300	273	27
4 Sistema de controle das instalações e carga	500	455	45
5 Sistema de controle das instalações do Porto Externo	5.100	4.636	464
6 Sistema de controle à navegação do porto	2.000	1.818	182
7 Sistema de controle à poluição	1.000	909	91
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS	<u>1.000</u>	<u>909</u>	<u>91</u>
1 Atualização do Plano Diretor Portuário	1.000	909	91
ASPECTOS DE MEIO AMBIENTE	<u>2.500</u>	<u>2.273</u>	<u>227</u>
1 Mitigações e compensações ambientais	2.500	2.273	227
TOTAL	<u>238.00</u>	<u>216.364</u>	<u>21.636</u>
	<u>0</u>		

Fonte: Empresa Suape

PORTO DE SUAPE**Programação para o período 2000 - 2003**

Em R\$ mil

Nº	DISCRIMINAÇÃO	TOTA L GERA L	ANOS			
			2000	2001	2002	2003
	OBRAS	<u>212.000</u>	<u>31.222</u>	<u>70.900</u>	<u>72.900</u>	<u>37.000</u>
1	Dragagem dos canais de acesso aos cais da 2ª Etapa do Porto Interno e ao cais do terminal Pesqueiro	93.000	23.000	34.900	34.900	
1.1	Construção do Cais Tatuoca 1 (Ilha Tatuoca)	20.000			5.000	15.000
1.2	Construção do Cais do 4º berço do Porto Interno	28.000		17.000	1.000	
1.3	Construção do Cais Cocaia 1 (Ilha Cocaia)	8.000	2.000	6.000		
1.4	Duplicação da Av. Portuária, do TDR-Sul e Acessos	15.000		7.000	8.000	
1.5	Complementação da Pavimentação do TDR-Norte	8.000	3.000	3.000	2.000	
1.6	Acesso Rodo-Ferrovário A 2ª Etapa Do Porto Interno	28.000			8.000	20.000
1.7	Complementação da Urbanização da ZIP	12.000	3.000	3.000	4.000	2.000
1.8		0				
	AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES	<u>22.500</u>	<u>17.000</u>	<u>2.000</u>	<u>500</u>	<u>3.000</u>
2	Sistema de controle de tráfego marítimo	1.700	1.284,44	151,11	37,78	226,67
	Sistema de controle de atracação de navios e ambiental	11.900	8.991,11	1.057,78	264,44	1.588,67
	Sistema de controle de Tráfego Rodoviário Interno	300	226,67	26,67	6,67	40,00
	Sistema de controle das instalações e carga	500	377,78	44,44	11,11	66,67
	Sistema de controle das instalações do Porto Externo	5.100	3.853,33	453,33	113,33	680,00
	Sistema de controle à navegação do porto	2.000	1.511,11	177,78	44,44	266,67
	Sistema de controle à poluição	1.000	755,56	88,89	22,22	133,33
3	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>			

3.	Atualização do Plano Diretor Portuário	1.000	1.000		
1					
4	ASPECTOS DE MEIO AMBIENTE	2.500	1.000	1.000	500
	Mitigações e compensações ambientais	2.500	1.000	1.000	500
	TOTAL	238.000	49.200	73.900	74.400 40.500

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado Federal expor minha crítica à maneira como o Governo Federal está tratando a questão da segurança pública, seja por meio do plano de segurança nacional, apresentado no semestre passado, ou do recente encaminhamento de projeto de lei que altera o Código Penal Brasileiro.

Sr. Presidente, a solução para tais conflitos, seguramente não será encontrada com o enrijecimento de normas penais, como vemos amplamente difundido pelos mais variados meios de comunicação. Essa problemática deve ser enfocada sob um ponto de vista conjuntural; observando-se a evolução social, econômica, política, religiosa e cultural da sociedade, para a partir daí buscar-se soluções inteligentes e eficazes.

Diante de um sistema penal inócuo, que não mais dá as respostas satisfatórias à sociedade, no que se refere ao preocupante avanço da criminalidade, temos que buscar respostas a perguntas intrigantes: como reprimir a escalada da violência? como reintegrar, reeducar e ressocializar o infrator a fim de se evitar a reincidência?

A elaboração de leis casuísticas, que não seguem a análise contida, que visem ao bem coletivo, mas apenas como forma de dizer que se está fazendo algo, deu ensejo ao que se denomina de *Direito Penal simbólico*. Este, que produz efeitos apenas no plano abstrato, é, na maioria das vezes, inaplicável, e tem seu surgimento, quase sempre, quando o ofendido é alguma pessoa pública.

Como fruto dessa verdadeira inflação de leis, que não atenuam em nada os índices criminológicos proliferantes por todos os rincões do país, surgem campanhas, por meio de pesquisas visivelmente tendenciosas, insufladoras de penas cada vez mais descabidas, retrógradas e até mesmo potencialmente atentadoras ao Estado Democrático de Direito. Tais pesquisas abordam um cidadão que vê a todo momento cenas de violência, seja contra ele mesmo ou a um vizinho; sem citar a grande divulgação da mídia. Inserido nesse contexto, incrédulo no atual sistema, esse indivíduo vê-se acuado e fragilizado, portanto, aberto a quaisquer sugestões que lhe dêem alguma esperança de reverter tal quadro de violência caótica. Ao ser inquirido sobre a possibilidade da reinserção – em nosso sistema jurídico penal – de penas como prisão perpétua, pena de morte e mais recentemente a diminuição da imputabilidade penal, torna-se de fácil compreensão a posição favorável a esses institutos, em que se coloca o cidadão no calor do questionamento.

Ora, quem defende esse tipo de pena não conhece a atual situação do sistema penitenciário brasileiro; em que se encontram mais de 100 mil presos e mais centenas de milhares de prisões que não foram efetuadas. Mas se assim o fosse, não haveria condições de comportá-los, ou mesmo desconhece que o custo médio de um preso ao mês seja, em várias partes do país, de 500 reais, aqui em Brasília passa dos 900 reais. Desconhece ainda, ao defender a diminuição de imputabilidade penal, que mais de 90% dos crimes são cometidos por adultos, segundo noticiado na revista *Istoé*, publicada em outubro de 1999. E como é de conhecimento de todos, a maioria não tem nem o nível fundamental completo. Talvez se esses dados fossem passados aos cidadãos, os números das pesquisas fossem outros.

Se observarmos países de estruturas criminais bem mais desenvolvidas que as nossas, que aplicam a pena capital, veremos a sua ineficácia. Caso aqui fosse aplicado esse mesmo modelo retrógrado, ao invés de diminuir a criminalidade, correríamos o risco até de aumentá-la, visto que, por haver o temor da aplicação da pena, o criminoso eliminaria a vítima, que em outra situação poderia ter alguma chance de safar-se com vida. Mas um outro aspecto que não poderia deixar de ser mencionado, sem levarmos em conta o absurdo do total monopólio sobre a vida e a morte pelo ente estatal, é o de que dificilmente veríamos, no corredor da morte, aqueles criminosos que lesam milhares de pessoas; sonegando impostos; falindo empresas e bancos, e depois sendo socorridos pelo Governo, ou lucrando com o desvio de verbas destinadas à seca do Nordeste ou queimadas na Amazônia.

Basta observar nossos presídios superlotados, que mais servem como faculdades da criminalidade, em que se mantêm os presos de menor potencial ofensivo na mesma cela dos criminosos de alta periculosidade, sem as mínimas condições humanas de se reintegrarem ou mesmo de se reeducarem; se é que já tiveram algum tipo de acesso à educação algum dia, já que as cadeias de nosso país são formadas de pessoas de baixíssimas condições financeiras. E, como todos sabemos, volta e meia surge uma situação nova que altera alguma sentença e inocenta alguma pessoa que foi presa injustamente. Não seria possível, por motivos óbvios, corrigir tal erro se lhe fosse aplicada a pena capital.

Remédios, eficazes, que não chegariam ao extremo da pena de morte nem surtiriam apenas efeitos paliativos, como os indultos de fim ano, que por vezes, devolvem à sociedade indivíduos nem um pouco recuperados, seriam, dentre outros:

- implementação de casas de albergados e colônias agrícolas;

- para os menores infratores, a efetivação do programa de ocupação assistida, além da aprovação do Projeto de Lei nº 593/99 que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, de minha autoria, vez que retira o sentimento de impunidade equivocadamente difundido e contrário ao Estatuto da Criança e do Adolescente e que subsidia a defesa da diminuição do maioridade penal, visto que proponho a aplicação de medida socioeducativa em todas as situações, com sanções alternativas;

- tornar eficaz o Programa de Proteção à Testemunha;

- reestruturação policial, partindo-se de maiores critérios de seleção, cursos regulares de reciclagem, tanto físicos quanto psicológicos; investimento em materiais: armamentos e viaturas, a fim de afastar a desvantagem contra bandidos super bem equipados. Além de incentivos por produtividade, como os já testados em alguns estados da Federação;

- melhores condições de trabalho aos Magistrados e Promotores de Justiça; com o aumento do número de serventuários; permitindo que possam acompanhar os ex-detentos, pressupondo-se que o Estado lhes dará condições de trabalho, encaminhando-os a empresas conveniadas, evitando-se, assim, a reincidência. Devem também, os funcionários da supracitados, serem cada vez mais treinados com cursos de especialização, visto que a todo momento surgem novos tipos de condutas criminosas, como crimes na área de informática, por exemplo;

- a defasagem salarial é, sem dúvida alguma, um fator de peso que desmotiva tanto os policiais que por vezes têm que fazer "bicos".

Essas medidas, se adotadas, fariam uma grande diferença, tanto no plano da repressão quanto da prevenção da criminalidade. Ocorre que elas não estão contidas no plano de segurança nacional lançada pelo Governo Federal ou mesmo na recente reforma do Código Penal.

Não podemos esquecer que somente com a reestruturação dos institutos basilares da sociedade, que se encontram tão deturpados, poderemos oferecer perspectivas de uma sociedade mais justa aos nossos compatriotas. Mas para tanto, faz-se mister pensar no fenômeno da criminalidade como consequência de nossa conduta, enquanto membros de uma sociedade excludora, consumista e egoísta, que não investe no social, permitindo assim, que os nossos presos tenham condições de se reintegrar, reeducar e ressocializar.

Sr^{tes} e Srs. Senadores, o ponto de vista ora exposto, não deseja em momento algum tomar partido pela impunidade, busca sim, dar uma pequena parcela de contribuição à necessária racionalização dos institutos penais, pois a paz é a justiça social.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, acaba de ser publicada a quinta Agenda Legislativa da Confederação Nacional da Indústria – CNI, examinando os projetos de lei de interesse da entidade que tramitam pelo Congresso Nacional. As intenções principais da Confederação consistem na procura de soluções para o "Cus-

to Brasil" e na adoção de medidas que contribuam para o crescimento de nossa economia.

De forma transparente, a CNI tem trabalhado, nos últimos cinco anos, junto aos parlamentares, na busca de um caminho certo, pela adoção de normas jurídicas satisfatórias que permitam ao Brasil sua inserção na economia mundial, cada dia mais globalizada e exigente em matéria de produtividade e competitividade.

Evidente que a Reforma Tributária é a prioridade número um da CNI, na procura de formas que gravem de maneira mais justa as empresas brasileiras. Os atuais impostos em cascata que as atingem, tornam difícil a conquista de mercados, especialmente os externos. Segundo a CNI a carga tributária concentrada e mal distribuída, com sobretaxação do setor produtivo e, especialmente do setor industrial, constitui uma inaceitável tributação sobre as exportações e sobre os investimentos.

Por essas razões, a CNI defende uma reforma tributária, cujos princípios básicos seriam: "desoneração da produção, das exportações e investimentos; aumento da base de arrecadação, com melhor distribuição da carga tributária; simplificação do sistema, com eliminação e fusão de impostos, e neutralidade em relação à decisões de produção e investimento".

Manifesta-se, a CNI, contrária a qualquer criação de impostos ou à ampliação de incidência que terminam por aumentar a carga tributária, com ônus para o setor produtivo. A fim de que os setores carentes sejam beneficiados, considera necessária uma reprogramação de gastos dos governos, a começar pelo corte de despesas supérfluas e improdutivas. Outra sugestão, em relação aos Estados e Municípios, seria a descentralização de serviços públicos prestados à população.

Para que o Brasil possa se inserir na economia internacional com solidez, a CNI sugere uma tributação racional, seguindo parâmetros já estabelecidos nos países mais desenvolvidos. A tributação deve ser dirigida para a ponta de consumo, evitando-se a exportação de tributos. Propugna iniciativas governamentais voltadas para desonerar as exportações dos impostos indiretos e em cascata.

Afirma a CNI que o crescimento econômico só se sustenta com a elevação de investimentos, que deverão ser desonerados para que se tornem cada dia mais vantajosos e atraiam novos parceiros para o Brasil. Se o País assentar o sistema tributário sobre a base de consumo, mais fácil e rápida será a integração internacional da nossa economia.

Por outro lado, a estabilização econômica que o Brasil atingiu não mais justifica os exíguos prazos de recolhimento de tributos e as elevadas multas tributárias e previdenciárias que vigoravam no tempo de inflação incontrolável. Como a moeda perdia seu valor no tempo e a indexação não conseguia reverter esse efeito, era aceitável, por parte das empresas, tal atitude. Os tempos, felizmente, mudaram. E o País precisa hoje de uma legislação que inclua redução de multas, parcelamento de débitos e aumento de prazo para o recolhimento de tributos, estimulando o pagamento de impostos sem ônus excessivo para as empresas.

No setor de geração de empregos, a CNI inclina-se para a flexibilização das relações de trabalho, por meio de reformas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na própria Constituição. Recomenda, ainda, a regulamentação da reforma da previdência, com a finalidade de estabelecer, definitivamente, os planos de previdência complementar públicos e privados.

Lembra, com propriedade, que "o sistema de relações de trabalho, no Brasil, caracterizado por exacerbado intervencionismo estatal e pela rigidez de seu marco regulatório, constitui barreira à competitividade das empresas e desestímulo à geração de empregos formais". Insinua um novo sistema de relações de trabalho, com mais negociação, flexibilizando os sistemas de contratação e de remuneração.

Outra preocupação da CNI é o custo do dinheiro. Considera a expansão do mercado de capitais a melhor alternativa para novas oportunidades de investimento na economia nacional, pois o aperfeiçoamento e o desenvolvimento desse mercado produzirão recursos a custos razoáveis. Por essa razão, uma de suas prioridades é a reforma da legislação sobre as Sociedades Anônimas.

Outro assunto de interesse da entidade é a reforma política, uma vez que o crescimento econômico está intimamente ligado à estabilidade do regime. Assim é que se interessa pelos projetos em andamento no Congresso Nacional referentes ao tema, especialmente quando cuidam do sistema eleitoral, da proporcionalidade representativa e do revigorecimento das instituições republicanas.

Dedicando capítulos específicos para a infraestrutura, energia e telecomunicações, política de transportes com inclusão de transporte de cargas, portos e aeroportos e outros para previdência social e educação, a CNI manifesta-se em termos técnicos sobre suas intenções de melhorias na legislação brasileira.

A Agenda Legislativa da Indústria é uma publicação de interesse para todos os parlamentares. Além de conceitos gerais, preocuparam-se os autores em examinar separadamente cada projeto, em andamento no Congresso Nacional, que possa afetar a indústria brasileira, manifestando sua opinião convergente ou divergente. Não digo que sigamos à risca as recomendações da CNI, mas essa Agenda pode nos servir de guia para o posicionamento técnico e político a adotarmos por ocasião dos exames de tais proposições.

Parabéns a CNI pelo trabalho realizado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, quinta-feira, dia 31, haverá sessão não deliberativa ordinária a realizar-se às 10 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 36 minutos.)

(OS 17232/2000)

Ata da 76ª Sessão Não Deliberativa,
realizada em 12 de junho de 2000
(Publicada no **Diário do Senado Federal**
de 13 de junho de 2000)

RETIFICAÇÃO

Nas páginas nºs 12750 e 12761, no cabeçalho das Mensagens nºs 515 e 516, de 2000-CN,

Onde se lê:

MENSAGEM Nº 515, DE 2000
(Nº 796/2000, na origem)

MENSAGEM Nº 516, DE 2000
(Nº 802/2000, na origem)

Leia-se:

MENSAGEM Nº 515, DE 2000-CN
(Nº 796/2000, na origem)

MENSAGEM Nº 516, DE 2000-CN
(Nº 802/2000, na origem)

Ata da 77ª Sessão Deliberativa Ordinária, **realizada em 13 de junho de 2000**

(Publicada no **DSF**, de 14 de junho de 2000)

RETIFICAÇÃO

Trecho de Ata, à página nº 12987, 2ª coluna, referente à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2000, que se republica por haver saído com incorreções:

.....
O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, propostas de Emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Tião Viana.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À **CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2000**

Altera a redação da alínea a do inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000, para estabelecer que nos municípios com até 10.000 habitantes o cargo de vereador será honorífico, sem direito a remuneração.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea a do inciso VI do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29

VI –

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o cargo eletivo de vereador será considerado honorífico, vedada a percepção de remuneração ou ajuda de custo de qualquer espécie, assegurada a contagem do tempo de exercício do mandato como primeiro critério de desempate na hipótese de empate em número de votos na disputa de cargos eletivos e como título nos concursos públicos para cargos ou empregos públicos municipais ou estaduais." (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data da sua publicação, assegurado o direito dos atuais vereadores de perceberem o subsídio fixado, até o final do mandato.

Justificação

A distribuição dos municípios brasileiros por população indica que 49,5% dos municípios têm até 10.000 habitantes, 90,9% dos municípios têm até 50.000 habitantes e 99,8% dos municípios possuem até 1.000.000 de habitantes. O gráfico abaixo representa a distribuição dos municípios em face da população.

Ressalte-se que a manifestação do então Relator da Revisão Constitucional foi um verdadeiro vaticínio, visto que as medidas adotadas mediante a Emenda Constitucional nº 1, de 1992 perpetuaram-se como insuficientes, tanto que houve por bem o Congresso promulgar a Emenda Constitucional nº 25, de 2000, dando normatização mais objetiva à matéria, mediante tratamento escalonado do teto salarial dos vereadores, por faixa populacional, adotando-se uma proporcionalidade direta entre a população e o subsídio dos deputados estaduais.

Por essa Emenda Constitucional, foram fixados os seguintes tetos salariais para a remuneração dos vereadores, proporcional ao subsídio dos deputados estaduais e o seguinte limite máximo das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos:

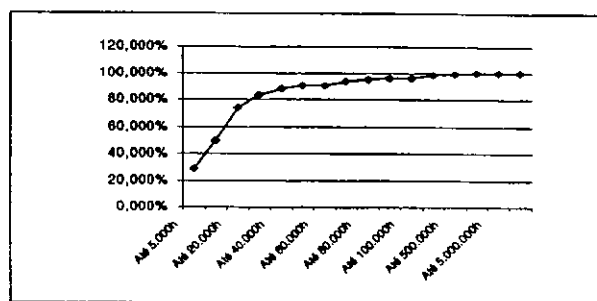
Limites	Remuneração do Vereador	Despesa da Câmara Municipal
Faixa de população	% Subsídio dos Deputados Estaduais	% Das Receltas Municipais
Até 10.000	20	8
10.001 a 50.000	30	8
50.001 a 100.000	40	8
100.001 a 300.000	50	7
300.001 a 500.000	60	6
Mais de 500.000	75	5

Cumpre-nos observar, também, a variação da distribuição populacional conforme o anuário estatístico do IBGE de 1992 (adotado pelo parecer do então Deputado Nelson Jobim) e a contagem populacional de 1996, também do IBGE, que apresenta a seguinte evolução:

População	1992	1996
Até 5.000	16,50%	28,68%
Até 10.000	40,00%	49,55%
Até 20.000	69,00%	73,85%
Até 30.000	81,20%	83,84%
Até 50.000	89,50%	90,97%
Até 100.000	96,00%	96,24%
Até 500.000	99,40%	99,53%
Até 1.000.000	99,70%	99,80%
Mais de 5.000.000	100,00%	100,00%

Conforme se verifica do quadro, de 1992 para 1996 a proporcionalidade dos municípios com até 5.000 habitantes passou de 16,5% para 28,7% dos municípios brasileiros, o que está a indicar uma indiscriminada criação de municípios, donde se conclui que não está havendo rigor na análise das condições econômicas para a criação de municípios, o que prejudica sobremaneira o quadro sociopolítico da Federação, seja sob o enfoque do município criado, seja pelo município que cedeu população e área, gerando unidades da Federação economicamente frágeis, o que significa maior carência social nesses municípios.

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS POR POPULAÇÃO ACUMULADA



Pela proposta, nos municípios com até 10.000 habitantes, compreendendo quase 50% dos municípios brasileiros, o exercício da vereança será considerado honorífico, sem direito a percepção de remuneração de qualquer espécie.

Por ocasião da revisão constitucional, o então Relator, Deputado Nelson Jobim, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, afirmava no Parecer nº 20,

integrante do Primeiro Constituinte do Relator, versando sobre a Remuneração dos Agentes Políticos Municipais, asseverava sobre essa matéria:

“A fixação dos valores remuneratórios dos agentes políticos municipais costuma oferecer problemas.

Desses, os mais significativos são aqueles que dizem respeito à proporcionalidade entre tais valores e a capacidade econômica da municipalidade e à efetiva carga de trabalho desses agentes – muito especialmente a dos membros do Legislativo local.

Não raro, infelizmente, os Vereadores atribuem a si mesmos valores incompatíveis com a intensidade de seus trabalhos e com o caixa do Município – e atribuem ao Prefeito e seu Vice, via de regra, valores semelhantes, para evitar que se crie problemas com o Executivo.

Nessa situação, quem perde sempre é a comunidade local, e, tendo em vista que tais práticas abusivas disseminam-se por todo o País, a população prejudicada é bastante considerável. Costuma ser a mais desprovida de recursos e alternativas, a que reside nos municípios de menor expressão econômica.

O constituinte de 1988 ofereceu um crédito aos membros das Câmaras Municipais, interpondo à sua competência para fixar valores de remuneração apenas limites de ordem administrativa e tributária, como indica o disposto no inciso V deste art. 29.

No entanto, o que se viu foi a desmesurada prática de abusos, pelos quais houve vários casos em que a remuneração dos agentes políticos locais superava não só valores considerados razoáveis para a realidade local, mas também a de Deputados Estaduais e Governadores.

Tentando dar solução a tais abusos, o Congresso Nacional deliberou aprovar, em 1992, a Emenda Constitucional nº 1, que teve por efeito introduzir novos incisos VI e VII e reenumerar os subseqüentes.

Esses novos incisos limitam a remuneração dos Vereadores a 75% da percebida pelos Deputados Estaduais, e estabelecem

como teto para a soma das despesas com tal remuneração 5% da receita do Município.

Entretanto, estes novos dispositivos constitucionais não surtiram o efeito desejado, posto que a imensa maioria das Câmaras Municipais passou a fixar os valores remuneratórios de tal forma que os montantes indicados nesses incisos não significaram tetos, mas sim pisos – que foram e continuam sendo, na prática, rateados entre os membros do Legislativo local.

A ocorrência de tais fatos indica que a matéria deve ser melhor disciplinada, guardando coerência com aspectos como a expressão populacional e a realidade socioeconômica dos municípios.

A regulamentação da matéria revela-se complexa, dada principalmente à multiplicidade de características dos quase cinco mil municípios já instalados em nosso País, quanto a cultura, economia, território e, conseqüentemente, renda pública, ou seja, quanto à capacidade de arrecadação e de sustentação de suas despesas de manutenção e de investimento.

Uma vez que é necessário dar, no texto constitucional, novo tratamento à fixação da remuneração dos agentes políticos locais, e considerando que ela deve ser coerente com a expressão populacional do município, não entendemos adequado fazer referência ao número de habitantes, porque, além dos censos ocorrerem apenas a cada dez anos, o cadastro eleitoral é permanentemente atualizado, não gerando distorções de ordem temporal.

No mais, julgamos recomendável que o exercício da vereança seja remunerado apenas nos municípios com mais de dez mil eleitores, o que corresponde a cerca de 35,8% das municipalidades. A economia relativa e absoluta de recursos financeiros, portanto, será significativa, e favorável a repercussão junto à população.

Além dos aspectos referentes ao tempo despendido para com as atividades da vereança, há que considerar também a capacidade de pagamento dos municípios. É certo que os pequenos municípios geral-

Nº	SENADOR	ASSINATURA
2	HELENA HELENA	Helena Helena
3	Teófilo Viana	Teófilo Viana
4	Teófilo Viana	Teófilo Viana
5	Teófilo Viana	Teófilo Viana
6	Teófilo Viana	Teófilo Viana
7	Teófilo Viana	Teófilo Viana
8	Teófilo Viana	Teófilo Viana
9	Teófilo Viana	Teófilo Viana
10	Teófilo Viana	Teófilo Viana
11	Teófilo Viana	Teófilo Viana
12	Teófilo Viana	Teófilo Viana
13	Teófilo Viana	Teófilo Viana
14	Teófilo Viana	Teófilo Viana
15	Teófilo Viana	Teófilo Viana
16	Teófilo Viana	Teófilo Viana
17	Teófilo Viana	Teófilo Viana
18	Teófilo Viana	Teófilo Viana
19	Teófilo Viana	Teófilo Viana
20	Teófilo Viana	Teófilo Viana
21	Teófilo Viana	Teófilo Viana
22	Teófilo Viana	Teófilo Viana
23	Teófilo Viana	Teófilo Viana
24	Teófilo Viana	Teófilo Viana
25	Teófilo Viana	Teófilo Viana
26	Teófilo Viana	Teófilo Viana
27	Teófilo Viana	Teófilo Viana

LEGISLAÇÃO CITADA**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 25,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2000****Altera o inciso VI do art. 29 e acrescenta o art. 29-A à Constituição Federal, que dispõem sobre limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º a inciso VI do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.

.....
"VI – o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:" (NR)

"a) em municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;" (AC) AC = acréscimo.

"b) em municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;" (AC)

"c) em municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;" (AC)

"d) em municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;" (AC)

"e) em municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;" (AC)

"f) em municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;" (AC)

....."
Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 29-A:

"Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:" (AC)

"I – oito por cento para municípios com população de até cem mil habitantes;" (AC)

"II – sete por cento para municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;" (AC)

"III – seis por cento para municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;" (AC)

"IV – cinco por cento para municípios com população acima de quinhentos mil habitantes." (AC)

"§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores." (AC)

"§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:" (AC)

"I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;" (AC)

"II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou" (AC)

"III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária." (AC)

"§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo." (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro de 2001. Brasília, 14 de fevereiro de 2000.

Mesa da Câmara dos Deputados – Deputado **Michel Temer**, Presidente – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente – Deputado **Severino Cavalcanti**, 2º Vice-Presidente – Deputado **Ubiratan**

tan Aguiar, 1º Secretário – Deputado **Nelson Trad**, 2º Secretário – Deputado **Jaques Wagner**, 3º Secretário – Deputado **Efraim Morais**, 4º Secretário.

Mesa do Senado Federal – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – Senador **Geraldo Melo**, 1º Vice-Presidente – Senador **Ademir Andrade**, 2º Vice-Presidente – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, 1º Secretário – Senador **Carlos Patrocínio**, 2º Secretário – Senador **Nabor Júnior**, 3º Secretário – Senador **Casildo Maldaner**, 4º Secretário.

CAPÍTULO IV Dos Municípios

*Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III – posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV – número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI – subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2, I;

VII – o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

IX – proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa;

X – julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

XI – organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XII – cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XIII – iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XIV – perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

* EC 1/92, 16/97 e 19/98.

Leia-se "§ 1º", por força do disposto na EC 19/98, art. 2º.

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II – as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III – as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV – as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

*Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4, 57, § 7º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I

§ 3º Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

****Art 28.** A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

*EC 1/92 e EC 19/98.

** EC 16/97 e EC 19/98.

Emenda Adicionada perante a Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória nº 1.925-11, adotada em 23 de agosto de 2000 e publica no dia 24 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a cédula de crédito bancário":

Congressista	Emenda nº
Deputado Marçal Filho	026

SACM

Emendas Convalidadas: 25

Emendas Adicionadas: 1

Total de Emendas: 26

COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.925-11 DE 23 DE AGOSTO DE 2000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.925-11
DE 23 DE AGOSTO DE 2000

Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.

EMENDA SUBSTITUTIVA

O art. 1º, **caput**, §§ 1º e 2º; art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I, II e IV, § 2º, incisos I e II; art. 4º, II, §§ 1º e 4º; art. 6º, parágrafo único; art. 14; art. 16; art. 19, **caput**; art. 20 e art. 21, § 3º, da Medida Provisória nº 1.925-10, de 26 de julho de 2000, passam a vigor com a seguinte redação:

CAPÍTULO I

Da Cédula de Crédito Bancário

"Art.1º A Cédula de Crédito Bancário é título de Crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

§ 1º A instituição credora deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão da Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição financeira domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiros.

§ 2º A Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior somente poderá ser emitida em moeda nacional, permitida a sua equivalência em moeda estrangeira.

Art. 3º A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, mediante a indicação da soma nela expressa, que estará limitada ao saldo devedor objeto do contrato de crédito, além dos encargos previstos no § 1º deste artigo, que deverão ser comprovados por planilha de cálculo, elaborada de acordo com o § 2º deste artigo, devendo conter detalhadamente todos os lançamentos de crédito e débito, conforme demonstrado no respectivo extrato da conta de depósito à vista.

§ 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados:

I – os juros sobre a dívida, que não poderão ser capitalizados, os critérios de sua incidência, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação;

II – os critérios de atualização cambial da dívida, quando for o caso, na forma do § 2º do art. 1º e nos demais casos permitidos em lei;

III –

IV – os critérios de apuração e de ressarcimento, pelo emitente ou por terceiro garantidor, das despesas cartoriais decorrentes de cobrança extrajudicial da dívida e dos honorários advocatícios, no caso de cobrança judicial, que, neste caso, não poderão superar o limite de dez por cento do valor total devido.

V –

VI –

VII – e

VIII –

§ 2º Sempre que necessário, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, representado pela Cédula de Crédito Bancário, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo ou do extrato de conta de depósito à vista, ou de ambos, documentos esses que integrarão a Cédula, observado que:

I – os cálculos realizados deverão evidenciar de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais devidos, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela de atualização cambial, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, as despesas cartoriais decorrentes de cobrança extrajudicial e os honorários advocatícios, no caso de cobrança judicial, devidos até a data do cálculo e, por fim, o valor total da dívida; e

II – a Cédula de Crédito Bancário representativa de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito bancário em conta de depósito à vista será emitida pelo valor original do crédito contratado pelo emitente, competindo ao credor, nos termos deste parágrafo, discriminar nas planilhas de cálculo, que serão anexados a Cédula, as parcelas utilizadas do crédito aberto, os eventuais aumentos do limite do crédito inicialmente concedido, as eventuais amortizações da dívida e a incidência dos encargos nos vários períodos de utilização do crédito aberto.

Art. 4º.....:

I –

II – a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível no seu vencimento, conforme valor originariamente previsto no contrato de abertura de crédito bancário, ressalvados os valores e encargos previstos no art. 3º, inciso II, desta lei, desde que sejam correspondentes ao crédito utilizado;

III –

IV –

V –; e

VI –

§ 1º A Cédula de Crédito Bancário poderá ser objeto de cessão de acordo com as disposições de direito comum, caso em que o cessionário, que será obrigatoriamente uma instituição financeira, ficará sub-rogado em todos os direitos do cedente, podendo, inclusive, cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada na Cédula.

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º A Cédula de Crédito Bancário pode ser aditada, retificada e ratificada mediante documento escrito e devidamente assinado pelo devedor, datado, com os requisitos previstos no parágrafo anterior, passando esse documento a integrar a Cédula para todos os fins.

CAPÍTULO II

Das Garantias Cedularmente Constituídas

Art. 6º.....

Parágrafo único. O penhor de direitos constitui-se pela mera notificação ao devedor do direito onerado.

Art. 14. Nos casos previstos nos arts. 12 e 13 desta Medida Provisória, facultar-se-á ao credor exigir a substituição ou o reforço da garantia.

CAPÍTULO III

Das Disposições Especiais

Art. 16. Nas operações de crédito rotativo, o limite de crédito concedido poderá ser recomposto automaticamente desde que haja concordância expressa do cliente, mediante nova aposição de sua assinatura, que irá revalidar um novo prazo de vigência da Cédula de Crédito Bancário.

Art. 19. As instituições financeiras, quando autorizadas pelo Banco Central do Brasil e nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, poderão emitir Certificados de Cédulas de Crédito Bancário – CCB com lastro efetivo em Cédulas de Crédito Bancário mantidas em custódia, para negociar esses créditos no mercado nacional ou internacional, exclusivamente com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

§ 1º.....

§ 2º.....

- § 3º.....
 § 4º.....
 § 5º.....
 § 6º.....

CAPÍTULO IV Das Disposições Gerais

Art. 20. Aplica-se às Cédulas de Crédito Bancário a legislação cambial, especialmente no tocante à exigência de protesto para garantir o direito de regresso contra endossantes, avalistas e terceiros garantidores.

Art. 21.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º A inscrição não dispensará o respectivo endosso, somente se aperfeiçoando com o recebimento, pela instituição financeira proponente do redesconto, de mensagem de aceitação do Banco Central do Brasil, ou, não sendo eletrônico o termo de tradição, após a assinatura das partes.

§ 4º....."

Justificação

Nossa preocupação ao propor esta série de modificações à Medida Provisória em epígrafe é condizente com a necessidade de se proteger os direitos do consumidor brasileiro, além de preservar a prerrogativa do Congresso Nacional em legislar sobre matérias que não contêm os requisitos constitucionais de relevância e urgência, conforme exigidos pelo art. 62 da Constituição Federal quando delimita os casos de edição de medidas provisórias.

Na verdade, achamos um absurdo que o Poder Executivo assumia o papel de gestor dos interesses do segmento bancário neste País, em detrimento dos interesses maiores do povo brasileiro que elegeu este mesmo Governo que edita medida tão danosa aos interesses dos clientes de bancos no Brasil.

Tecnicamente constatamos inúmeras impropriedades no âmbito do Direito Comercial e, mais especialmente, na esfera do Direito Cambial, que oferece o arcabouço legal para todos os demais títulos de crédito que circulam em nosso País. Assim, a nota promissória, o cheque e a duplicata têm características especiais e atributos que são observados nos processos de cobrança extrajudicial e judicial por parte dos credores. Exemplo desse rigor diz respeito à exigência da lavratura do protesto para exercício do direito de regresso por parte do endossatário.

Outra questão muito controversa, que foi inserida na Medida Provisória sob comento, é a capitalização dos juros nos empréstimos bancários. Dispositivo semelhante já foi inserido em outras medidas provisórias em tramitação neste Congresso Nacional, o que prejudica fortemente as pessoas físicas e empresas tomadoras de empréstimos junto ao setor bancário. Retiramos do texto a inserção do juros capitalizados, por respeito às recentes decisões do Poder Judiciário e da própria Lei de Usura ainda vigente no Brasil, sendo que ambas são integralmente contrárias à prática dos juros compostos nos empréstimos junto ao setor financeiro.

Assim, acreditamos que, nós Parlamentares, na qualidade de representantes do povo brasileiro, não podemos nos omitir ante esta tentativa camuflada dos banqueiros de aumentar ainda mais seus vultosos lucros. Nossas alterações seguramente aperfeiçoam o título de crédito "Cédula de Crédito Bancário" instituído estranhamente por meio da medida provisória em análise. Por isso, registramos nosso veemente repúdio a este procedimento muito questionável do Poder Executivo.

A despeito da prerrogativa do Poder Legislativo poder oferecer emendas à medida provisória, o Poder Executivo deveria ter encaminhando a matéria à Câmara dos Deputados por intermédio de projeto de lei, o que permitiria uma análise mais criteriosa e técnica das Comissões Permanentes de ambas as Casas que compõem o Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 23 de agosto 2000. – Deputado **Marçal Filho**.

Emendas adicionadas perante a comissão mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.956-53, adotada em 23 de agosto de 2000 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que "altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências":

Congressista	Emenda nº
Deputado Salatiel Carvalho	092 093 094 095 096

SACM

Emendas Convalidadas: 091

Emendas Adicionadas: 005

Total de Emendas: 096

Relator: Deputado **Moacir Micheletto**



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.956-53

000092

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao § 7º do art. 4º da Lei nº 4.771, de 1965, adotado na forma do art. 1º da MP 1956-53, a seguinte redação:

*Art. 4º

§ 7º É livre o trânsito de pessoas e animais pelas Áreas de Preservação Permanente para terem acesso aos corpos d'água, desde que não exija a supressão e não comprometa a regeneração da vegetação nativa.

JUSTIFICAÇÃO

A redação deste dispositivo merece ajuste. Pode dar a entender que fica permitida, sem análise pelo órgão ambiental, a implantação de sistema para a captação de água.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.956-53

000093

DATA	PROPL MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Suprima-se o § 11 do art. 16 da Lei nº 4.771, de 1965, adotado na forma do art. 1º da MP 1956-53.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo em tela prevê a Reserva Legal em regime de condomínio entre mais de uma propriedade. Não se manteve na MP a exigência de critérios para que isso ocorra, que constava da proposta aprovada no CONAMA. Não se prevê, também, que o condomínio aconteça entre propriedades limitrofes. Na forma da MP, podem ser criados efeitos perversos em termos de proteção ambiental. Propomos a supressão do dispositivo. Além disso, como a alteração da Reserva Legal em caso de desmembramento já é vedada desde 1989, o dispositivo não faz sentido.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MP 1.956-53

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000094

DATA		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53		
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao *caput* do art. 16 da Lei nº 4.771, de 1965, adotado na forma do art. 1º da MP 1956-53, a seguinte redação:

"Art. 16. Em todo imóvel rural, deve ser mantida a título de Reserva Legal área contínua coberta com vegetação nativa correspondente a:

- I – 80% do imóvel situado em área de floresta na Amazônia Legal;
- II – 50% do imóvel situado em área de cerrado na Amazônia Legal;
- III – 20% nos demais casos.

JUSTIFICAÇÃO

O *caput* do art. 16 presente na MP é confuso. A ressalva às florestas "não sujeitas ao regime de utilização limitada" não tem lógica. Propomos que o texto seja simplificado, explicitando aquilo que realmente se pretende, ou seja, impor a Reserva Legal como uma obrigação.

No que se refere à Amazônia, entendemos que o percentual para áreas de cerrado pode ser ampliado. A conservação ambiental das manchas de cerrado existentes na

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

floresta é importantíssima para o equilíbrio ambiental da região como um todo. Outrossim, as propriedades rurais na Amazônia têm, em regra, dimensões maiores do que as do restante do País.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.956-53

000095

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao *caput* e ao §§ 4º, 5º e 6º do art. 44 da Lei nº 4.771, de 1965, adotado na forma do art. 1º da MP 1956-53, a seguinte redação:

"Art. 44. Tratando-se de Reserva Legal a ser instituída em áreas já desmatadas ou comprometidas por usos alternativos do solo, parcial ou totalmente, em 14 de dezembro de 1998, o proprietário ou possuidor deve adotar as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - recompor a Reserva Legal do imóvel, mediante o plantio a cada dois anos de, no mínimo, um décimo da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente;

II - conduzir a regeneração natural da Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal mediante autorização do órgão ambiental estadual competente, conforme critérios estabelecidos em regulamento, por meio de uma das seguintes alternativas:

a) manutenção em outro imóvel do mesmo proprietário de área sob regime de Servidão Florestal;

b) arrendamento de área sob regime de Servidão Florestal.

§ 4º Na compensação de que trata o inciso III do *caput*, exigir-se-á que a área compensadora seja equivalente em importância ecológica e extensão, pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

mesma microbacia hidrográfica da área compensada.

§ 5º Na impossibilidade de compensação da Reserva Legal na mesma microbacia hidrográfica, o órgão ambiental estadual competente deve aplicar o critério de maior proximidade possível entre a propriedade desprovida de Reserva Legal e a área a ser escolhida para compensação, desde que na mesma bacia hidrográfica e no mesmo Estado, atendido o respectivo plano de bacia hidrográfica, quando houver, e os outros requisitos estabelecidos no § 4º.

§ 6º O proprietário rural poderá ser desonerado, pelo período de trinta anos, das obrigações previstas no *caput*, mediante a doação, ao órgão ambiental competente, de área localizada no interior de Parque Nacional ou Estadual, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva Biológica ou Estação Ecológica pendente de regularização fundiária, respeitados os requisitos estabelecidos no § 4º.

JUSTIFICAÇÃO

Analisando-se o conteúdo do art. 44-C, conclui-se que as normas estabelecidas para a recomposição da Reserva Legal no art. 44 referem-se a situações já comprometidas por uso alternativo do solo ou desmatadas na data da adoção da MP 1736-31/98. Sendo assim, para que não surjam dúvidas na aplicação da lei, impõe-se a alteração do comando constante do *caput*.

O inciso I do *caput* do art. 44 prevê a recomposição da Reserva Legal mediante o plantio a cada três anos de um mínimo de um décimo da área, o que totaliza 30

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

anos. Como o período de 30 anos já está previsto no art. 99 da Lei 8.171/91, o prazo deve ser reduzido, sob pena de serem beneficiados os que não tomaram ainda qualquer providência para adequação às determinações legais.

O § 5º prevê a alternativa de aquisição de Cota de Reserva Florestal – CRF – para fins de compensação de Reserva Legal. Como a CRF é uma inovação grande demais e sequer é detalhada pela MP, propomos que essa possibilidade não seja admitida. Em nossa opinião, a CRF deve ser analisada via apresentação de projeto de lei comum.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.956-53

000096

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1956-53			
AUTOR DEPUTADO SALATIEL CARVALHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 (X) SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				
Suprima-se o art. 44-B da Lei nº 4.771, de 1965, adotado na forma do art. 2º da MP 1956-53 <u>JUSTIFICAÇÃO</u> A CRF é uma inovação complexa demais e sequer é detalhada pela MP. Pretende-se regular por decreto as suas características, natureza e prazo de validade, assim como os mecanismos controladores da conservação da vegetação objeto do título. O Poder Legislativo não pode dar uma delegação tão ampla para o Executivo numa matéria dessa importância. Em nossa opinião, a CRF deve ser analisada via apresentação de projeto de lei comum.  ASSINATURA				

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.058, ADOTADA EM 23 DE AGOSTO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO, QUE «ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NO QUE SE REFERE AOS INCENTIVOS FISCAIS DE ISENÇÃO E DE REDUÇÃO, DEFINE DIRETRIZES PARA OS INCENTIVOS FISCAIS DE APLICAÇÃO DE PARCELA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS»:

Congressista	Emenda nº
Deputado José Pimentel	001

Total de Emendas: 001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.058,
DE 23 DE AGOSTO DE 2000

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se à Medida Provisória n. 2.058 a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei n. 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte

‘Art. 1º.

II – (Suprima-se)

Art. 2º A partir do ano-calendário de 2000 e até dezembro de 2013, a opção das pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real pela aplicação de parcela do imposto sobre a renda devido, será de:

1 – 30% (trinta por cento) em favor do Fundo de Investimentos do Nordeste – Finor e do Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, art. 1º, I, a), incluídas as deduções compulsórias, no montante de 12% (doze por cento), em favor do Programa de Integração Nacional – PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do

Nordeste – PROTERRA, de que cuidam o art 5º, do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de julho de 1970, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, respectivamente; e

II – 25% (vinte e cinco por cento) em favor do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Funres (Decreto-Lei nº 1.376, de 1974, art. 11, V).

Parágrafo único. A opção referida neste artigo não alcança os pagamentos por estimativa ou de quota do imposto com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2.014.

Art. 3º.

§ 2º Após decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, os recursos serão transferidos aos respectivos Fundos devidamente remunerados com base na taxa Selic divulgada pelo Banco Central.

Art. 4º As importâncias repassadas pelo Departamento do Tesouro Nacional, decorrentes das opções por incentivo fiscal, de que trata o art. 1º, inciso I, e outros recursos dos Fundos de Investimentos, enquanto não aplicados, serão remunerados pelos Bancos Operadores, referidos no Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, com base na taxa Selic divulgada pelo Banco Central.

Parágrafo único. O resultado da referida remuneração constitui recursos dos Fundos de Investimento Regionais.

Art. 5º Os Fundos de Investimentos aplicarão seus recursos, a partir do exercício de 2001, sob a forma de subscrição de debêntures não conversíveis em ações, de emissão das empresas beneficiárias.

I – (Suprima-se)

II – (Suprima-se)

§ 1º (Suprima-se)

§ 3º (Suprima-se)

§ 4º As debêntures a serem subscritas com os recursos dos Fundos deverão ter, preferencialmente, garantia real ou, secundariamente, garantia flutuante.

§ 6º (Suprima-se)

§ 7º As debêntures terão sua remuneração total composta por custos básicos equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e por outros encargos financeiros de quatro por cento ao ano.

§ 7º A Serão concedidos rebates de até 50%, incidentes sobre a remuneração total das debêntures, segundo critérios de geração de emprego, localiza-

ção e porte dos projetos beneficiários, conforme proposta anualmente elaborada pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais e aprovada pelo Ministério da Integração Nacional.

.....
Art. 6º (Suprima-se)

Art. 7º Para efeito de avaliação, os títulos antigos e novos, integrantes da carteira dos Fundos de Investimentos, respeitadas as legislações em vigor quando da sua emissão, serão computados, conforme o caso:

.....
Art. 8º (Suprima-se)

Art. 9º (Suprima-se)

Art. 10.

II – aprovar os projetos merecedores das aplicações de recursos, observados os parâmetros e objetivos constantes do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento.

.....
§ 4º (Suprima-se)

.....
Art. 12.

§ 3º (Suprima-se)

.....
§ 5º (Suprima-se)

§ 6º (Suprima-se)

.....
Art. 18 (Suprima-se)

Art. 19 (Suprima-se)

Art. 20.

I – (Suprima-se)

II – dois por cento ao Banco Operador, calculados sobre o valor de cada liberação de recursos pelo respectivo Fundo, para custeio de atividades de pesquisa e promoção;

III – três por cento à Superintendência de Desenvolvimento Regional, calculados sobre o valor de cada liberação de recursos pelo respectivo Fundo, para custeio das atividades de pesquisa e promoção relacionadas com as regiões beneficiadas pelos incentivos e de análise, acompanhamento e fiscalização dos projetos.

Parágrafo único. Os Bancos Operadores e as Superintendências de Desenvolvimento Regional prestarão contas, anualmente, ao Ministério da Integração Nacional, da arrecadação e da utilização dos recursos de que trata este artigo.

.....
Art. 23. (Suprima-se)

Art. 24. (Suprima-se)

.....
Art. 26. (Suprima-se)

.....
Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor da data de sua publicação."

Justificação

A Justificativa será oferecida em Plenário.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2000. – Deputado **José Pimentel**, PT/CE.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 888, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011195/00-2, resolve dispensar a servidora MARIA TEREZINHA NUNES, Matrícula nº 4681, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Jurídico, Símbolo FC-06, da Advocacia do Senado Federal, e lotá-la na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, com efeitos financeiros a partir de 23 de agosto de 2000.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000. – **Agaciél da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 889, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, resolve dispensar a servidora ZILMAR DANTAS RAMALHO, Matrícula nº 2296, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Apoio Técnico da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2000.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000. – **Agaciél da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 890, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, resolve dispensar o servidor JAIRO SÉRGIO DE FREITAS, Matrícula nº 1333, ocupante do cargo efetivo de Ana-



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 349 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

lista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2000, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 891, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, resolve dispensar o servidor EMANUEL FRANCISCO DE MATTOS, Matrícula nº 5515, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Telecomunicações, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2000.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 892, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011390/00-0, resolve designar o servidor ALDECYR FREITAS MACIEL, Matrícula nº 4720, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 3 – Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir 29 de agosto de 2000.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 893, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3, resolve homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em estágio probatório:

Nome do(a) Servidor(a)	Matrículas	Média Final
Maria Liz de M. Roarelli	5479	188
Fábio Gondim P. da Costa	5480	188
Carlos Murilo E. P. de Carvalho	5481	188
Antonio Helder M. Rebouças	5482	188
Rita de Cássia Leal F. dos Santos	5483	188
Ana Cláudia C. Silva Borges	5484	188

Senado Federal, 30 de agosto de 2000 – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 894, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11324/00-7, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, LEDA VIEIRA DA CUNHA para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000 – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 895, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11392/00-2, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, LIANA MARIA FRANÇA SILVA ALAGEMOVITS, para exercer o cargo, em comissão, de Assessora Técnica, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nabor Júnior.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000 – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 896, DE 2000

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11391/00-6, resolve exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, SAMUEL WALLACE MACDOWELL, matrícula nº 30444, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, a partir de 22-8-2000.

Senado Federal, 30 de agosto de 2000 – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Diroeu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: diroeu@senado.gov.br

Atualizada em: 10/08/2000

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
VAGO (3)			4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 09/08/2000 -

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
PEL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
3º BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrsc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:

PMDB	
VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
PSB - (F) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. VAGO (2)		
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
CAMPOS					

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO OUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regular. Quartas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em 28/02/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PEDRO SIMON AMIR LANDO RENAN CALHEIROS	PMDB - 3		
	RS-3230/32	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
	RO-3130/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
	AL-2261/68	3 - IRIS REZENDE	GO-203
JOSÉ JORGE ÉDISON LOBÃO	PFL - 2		
	PE-3245/46	1 - JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-30
	MA-2311/17	2 - BELLO PARGA	MA-30
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PSDB - 1		
	DF-2012/14	1 - LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1			
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 - JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

Atualizada em 14/8/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
VAGO (4)			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CANDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIAO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TIT	R	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIC		PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(4) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
Horário regimental: Quarta-feira às 14:00 horas

Atualizada em :09/08/2000

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ALVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSICAO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTEs)

TITULARES

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ALVARO DIAS	3206/0
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPD)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE Presidente: JOSÉ SARNEY Vice-Presidente: CARLOS WILSON (19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. VAGO (3)		
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regular: Quarta-feira às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em 26/05/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
Horário regulamentar: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 09/06/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em 09/08/2000

II – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

(Art. 58 CF)

1) DESTINADA A ACOMPANHAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, O ATENDIMENTO FEITO JUNTO AOS DESABRIGADOS, FLAGELADOS E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DAS ENCHENTES E DESMORONAMENTOS QUE OCORREM NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS:

Presidente: ROBERTO FREIRE

Vice-Presidente: TEOTONIO VILELA FILHO

Relator: CLODOALDO TORRES

PMDB

Renan Calheiros (AL)

Ramez Tebet (MS)

PFL

José Jorge (PE)

PSDB

Teotonio Vilela Filho (AL)

PPS

Roberto Freire (PE)

PTB

Clodoaldo Torres (PE)

PT

Helôisa Helena (AL)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	# 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	###59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TECNICA: Dra MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr JORGE FONTOURA e Dr FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 166 PÁGINAS